

ÍTALO GUEDES SOARES

**O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA DE
CARATINGA – MG: O CASO DA IGREJINHA SÃO JOÃO E ESTAÇÃO
FERROVIÁRIA (1997 A 2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S676e
2023
Soares, Ítalo Guedes, 1981-
O entorno de bens tombados na atual dinâmica urbana de
Caratinga - MG: o caso da igrejinha São João e estação
ferroviária (1997 a 2020) / Ítalo Guedes Soares. – Viçosa, MG,
2023.

1 dissertação eletrônica (126 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2023.

Referências bibliográficas: f. 97-103.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.425>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Caratinga (MG) -
História. I. Araújo, Patrícia Vargas Lopes de, 1972-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens
e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69

ÍTALO GUEDES SOARES

**O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA DE
CARATINGA – MG: O CASO DA IGREJINHA SÃO JOÃO E ESTAÇÃO
FERROVIÁRIA (1997 A 2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de abril de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 ÍTALO GUEDES SOARES
Data: 07/07/2023 19:28:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ítalo Guedes Soares
Autor

Documento assinado digitalmente
 PATRÍCIA VARGAS LOPES DE ARAÚJO
Data: 10/07/2023 10:23:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrícia Vargas Lopes de Araújo
Orientadora

*A Minha mãe, que me trouxe a vida, me deu coragem,
e não mediu esforços para que eu tivesse uma boa educação nessa caminhada...
Aos meus filhos, Bernardo e Helena, minha fonte de inspiração...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em minha vida, toda a inspiração, fé e meu destino, a Ele agradeço todos os dias por permitir que meu esforço me conduza a vitória. A Universidade Federal de Viçosa e todo o Departamento de História e seu corpo docente, que oportunizou aprendizado mudando os meus horizontes, influenciados pela forte confiança no mérito e na ética aqui presentes.

Agradeço a minha esposa Lourdes, que sempre foi minha companheira, amiga, colega de mestrado e parceira em todas as horas. Me ajudou a não desistir devido às dificuldades e a sobrecarga que tive para conciliar os meus estudos, trabalho, a enfermidade de minha mãe e superar o seu falecimento ocorrido nesta reta final do mestrado.

Agradeço aos meus filhos Bernardo e Helena, que mesmo tão pequenos superaram minha ausência e respeitaram meus momentos de estudos.

À minha irmã Pollyanna, minha tia Namir, por cuidar tão carinhosamente dos meus filhos enquanto eu viajava para Viçosa em busca do meu sonho. Minha tia Dirce que me auxiliou no meu aprendizado sendo uma excelente professora de língua portuguesa e literatura.

Ao meu irmão Ibitsem que mesmo distante sempre me incentivou dizendo sempre que eu era capaz.

Ao professor Luiz Lima Vailati pelas aulas oferecidas enquanto aluno não vinculado. E foi através dessas aulas e de seu incentivo que eu pude acreditar que fazer um mestrado em uma Universidade Federal era possível.

Ao Monsenhor Raul Motta de Oliveira e seus funcionários que com muita cordialidade permitiram a minha entrada na Biblioteca do Seminário Diocesano.

Ao Jaider Cevidanes que aos seus 91 anos me concedeu entrevista, trazendo de sua iluminada memória informações importantes para minha pesquisa.

A todos os colegas da turma de 2019 que estive como aluno não vinculado. Em especial, ao colega e amigo Lucas Roberti, que mesmo distante esteve tão perto e presente em tempo de pandemia me encorajando, fazendo acreditar que eu era capaz de superar dificuldades. À turma de 2020, onde me tornei oficialmente aluno do mestrado, agradeço pelos diálogos e troca de conhecimento durante as aulas.

A meus pais já falecidos, mas vivos em minha memória, pois, deles tive os melhores exemplos de educação e coragem para enfrentar as adversidades da vida. Com eles, aprendi que o valor da vida está naquilo que nos proporciona, no que oferecemos, no que ajudamos e permitimos uns aos outros.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todos os mestres do Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal, fazendo-me acreditar que a educação é o melhor caminho para nossa formação enquanto cidadãos.

E por fim, não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, a professora Dra. Patrícia Vargas Lopes Araújo pela compreensão das minhas limitações, pela sua paciência, atenção e incentivo.

RESUMO

SOARES, Ítalo Guedes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2023. **O entorno de bens tombados na atual dinâmica urbana de Caratinga – MG Caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária (1997 a 2020).** Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

A presente pesquisa “O entorno de bens tombados na atual dinâmica urbana de Caratinga – MG - Caso igrejinha São João e Estação Ferroviária (1997 a 2020)”, discutiu a história de Caratinga sob a ótica do Patrimônio Cultural, em especialmente em relação à “igrejinha estação.” O estudo foi desenvolvido na perspectiva qualitativa, por meio de análise de documentos e entrevista. Foram analisadas as legislações municipais que norteiam a preservação do patrimônio cultural, bem como as questões urbanísticas de Caratinga. Também fizeram parte desse estudo: Dossiês de Tombamento, Plano de Inventário e jornais locais. As fontes foram em sua maioria encontradas no arquivo do Departamento de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Caratinga e arquivo do Seminário Diocesano de Caratinga. As fotografias da década de 1930/1940 foram fontes fundamentais para compreender o desenvolvimento urbano da cidade e por meio delas, a pesquisa resultou em um produto final que será um audiovisual que ficará acessível à comunidade por meio de apresentações em escolas e lugares estratégicos.

Palavras-chave: História. Patrimônio Cultural. Entorno. Paisagem.

ABSTRACT

SOARES, Ítalo Guedes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April 2023. **The surroundings of listed buildings in the current urban dynamics of Caratinga, Minas Gerais: the case of *Igrejinha São João* and *Estação Ferroviária* (1997 to 2020).** Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Stemming from the perspective of Cultural Heritage, this research discussed the history of Caratinga, Minas Gerais, especially regarding the “*igrejinha estação*” (Station’s Church). This is a qualitative-based study developed through document analysis and interviews. Municipal laws that guide the preservation of cultural heritage were analyzed, as well as urban affairs, in Caratinga. Also, this study is composed of Property Listing Reports, Inventory Plan, and local newspapers. The sources were mostly found in the archive of Caratinga’s Town Hall Department of Cultural Heritage and in the archive of the Diocesan Seminary of Caratinga. The photographs from the 1930s/1940s were vital sources to understand the urban development of the town and, through them, the research resulted in a final audiovisual product, which will be available to the community through presentations in schools and strategic places.

Keywords: History. Cultural Heritage. Surroundings. Landscape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Minas Gerais nos fins da era colonial. Caratinga de destaque principal freguesia do leste mineiro.....	19
Figura 2 - Mapa do distrito de Dom Lara e Dom Modesto	22
Figura 3 - Foto ano 1915 Lago da Barreira. Hoje, Praça Cesário Alvim	22
Figura 4 - Construção da Catedral São João Batista do período de 1933 a 1934	30
Figura 5 - Planta Baixa	33
Figura 6 - Catedral início da pintura interna.....	36
Figura 7 - A imagem tirada por satélite mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	45
Figura 8 - Prédio da Antiga Estação Ferroviária	46
Figura 9 - Edificação implantada para suporte às atividades de exercício físico na Praça Coronel Rafael Silva Araújo (Antiga Praça da Estação).....	46
Figura 10 - Arquivo dossiê de tombamento 2002 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga e após a 2ª restauração.....	48
Figura 11 - Croqui da Igrejinha - arquivo dossiê de tombamento 2002 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga.....	61
Figura 12 - A imagem capturada por satélite mostra a Igrejinha de São João	62
Figura 13 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João	62
Figura 14 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João	63
Figura 15 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João	63
Figura 16 - Imagem arquivo complemento do dossiê de tombamento 2007 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga.....	65
Figura 17 - A imagem tirada por satélite mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	66
Figura 18 - Entorno do bem tombado demarcado de vermelho	67
Figura 19 – A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	61
Figura 20 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	68
Figura 21 - Planta de localização.....	70

Figura 22 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	71
Figura 23 - Planta de localização.....	72
Figura 24 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano.....	73
Figura 25 - Planta de localização.....	74
Figura 26 - Deslizamento de barranco atinge casa e ameaça prédios em Caratinga	76
Figura 27 - Vista parcial da cidade no período de 1940.....	85
Figura 28 - A visão periférica ou visão indireta é aquela que ocorre no canto do olho, permitindo a visualização de objetos que estão fora do campo visual central sem que seja necessário virar a cabeça ou mover os olhos	85
Figura 29 - Vista parcial da cidade no período de 1940. Praça Cesário Alvim esquina com Rua João Pinheiro	86
Figura 30 - Vista parcial da cidade do mesmo ângulo da foto anterior.....	87
Figura 31 - Roteiro turístico de Caratinga pontuando a localização dos patrimônios tombados	88
Figura 32 - Igreja São João Batista; Casarão das Artes; Conjunto Paisagístico da Praça Cesário Alvim; Prédio da Estação Ferroviária	89
Figura 33 - A imagem mostra rua onde está localizada a Igrejinha de São João	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CENIBRA- Celulose Nipo-brasileira

CF - Constituição Federal

COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CSN - Comissão Nacional de Saúde

EIV - Estudo de Impacto e Vizinhança

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEPHA-MG – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais

IGA - Instituto de Geociências Aplicadas

IMN - Inspetoria de Monumentos Nacionais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Proálcool - Programa Nacional de Álcool

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A DINÂMICA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARATINGA	16
1.1 A origem do município de Caratinga e sua relação patrimonial.....	16
1.2 A primeira igreja da cidade	27
1.3 Expansão e desenvolvimento econômico: A chegada da ferrovia	37
1.4 A interferência do crescimento da cidade com o patrimônio cultural.....	43
CAPÍTULO 2: MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS PATRIMÔNIOS	51
2.1. Um estudo sobre as legislações municipais.....	51
2.2 A origem do ICMS Patrimônio Cultural e sua adesão na cidade de Caratinga	55
2.3 A delimitação do entorno nos processos de tombamento Igreja de São João e Estação Ferroviária de Caratinga	57
2.4 A memória e o espaço urbano em disputa: interesses econômicos e impactos causados ao patrimônio cultural de Caratinga	77
CAPÍTULO 3: PROJETO AUDIOVISUAL: A HISTÓRIA EM IMAGENS.....	83
3.1 Memória na vida dos caratinguenses	83
3.2 O uso da fotografia como fonte histórica.....	84
3.3 Estrutura do audiovisual e roteiro	90
3.4 Roteiro.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	104
APÊNDICES.....	117

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise de dois importantes bens culturais tombados no município de Caratinga na região leste de Minas Gerais: a Igrejinha de São João e a antiga Estação Ferroviária. A Igrejinha de São João foi a primeira igreja do município, localizada à Rua Major Carlos Teixeira, no centro de Caratinga, erguida no ano de 1870. Tombada pelo decreto n.º 011/1998, é um exemplar da arquitetura colonial no município. Nela, encontra-se a primeira imagem de São João Batista, padroeiro da cidade, e a arquitetura mineira podem ser observados nos traços e simplicidade do imóvel com seus balaústres rendilhados do coro. A Igrejinha de São João pode ser considerado o bem tombado mais importante do município¹.

A Estação Ferroviária de Caratinga, por sua vez, tombada pelo decreto n.º 010/98, localizada à Praça Coronel Rafael Silva Araújo, região central de Caratinga, preserva muitas de suas características arquitetônicas originais, testemunho da Estrada de Ferro Leopoldina, projetado pelo engenheiro Dr. Rodolpho Darigo, inaugurada em 1930 e desativada em 1978. A estação possui valor inestimável para história de Caratinga, sendo considerada um marco do desenvolvimento econômico local². Embora os dois bens em questão sejam tombados, percebe-se que há um descumprimento da legislação, uma vez que são realizadas construções no entorno desses bens que comprometem sua paisagem, pois, os dois imóveis estão localizados no centro do município em área de grande especulação imobiliária.

Tal escolha está relacionada ao fato de que os dois bens se encontram com a visibilidade comprometida devido a algumas intervenções ocorridas em seu entorno. Essa dissertação, neste sentido, procura contribuir com a discussão da importância desses dois bens tombados para o município e o processo de descaracterização da paisagem do entorno dos patrimônios. Tais bens patrimoniais são importantes, pois o crescimento da cidade teve início nas proximidades da Igrejinha, sendo esse o local em que o fundador da cidade, João Caetano do Nascimento, fixou uma cruz para que nesse lugar fosse construída a então Igrejinha de São João. Assim, começou a história de Caratinga. Portanto, a escolha por pesquisar esse bem é devido ao significado histórico para a cidade e por ser um espaço de memória coletiva. Já o imóvel da antiga estação ferroviária de Caratinga representou outra fase de desenvolvimento da cidade. Foi através dela que a economia se desenvolveu com o transporte de pessoas e mercadorias.

¹ Dossiê de Tombamento, 2002.

² Id, 2002.

O interesse para essa pesquisa partiu da minha atuação profissional, como prestador de serviços de assessoria para captação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Patrimônio Cultural junto aos municípios. Nessa perspectiva entendia que o patrimônio cultural de uma cidade deve ser mantido e em seu entorno preservado, para que futuras construções não obstruam a sua visibilidade.

Nesse sentido, questiono: qual a relação da sociedade local com o poder executivo? Há interesse do poder público em esclarecer e contribuir para o entendimento de suas responsabilidades perante as questões urbanísticas que envolvem todo o crescimento e desenvolvimento da cidade? Os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico do município de Caratinga - MG são suficientes?

Dessa forma, a pesquisa tem como principal objetivo entender como o processo de crescimento da cidade, pode interferir negativamente no entorno e na gestão dos bens tombados que são objetos de estudo dessa pesquisa e como essas ações podem ser amenizadas no município de Caratinga, a partir de um contato direto com a comunidade.

Em relação ao caminho percorrido para a construção dessa dissertação, a metodologia utilizada pontuou que o processo investigativo se inicia na fase exploratória, visando aproximação dos conceitos e teorias inerentes ao tema, bem como as metodologias adequadas, tudo isso para proporcionar sustentação teórica e metodológica para a pesquisa. O panorama geral resultante da fase exploratória, a questão a ser pesquisada, as pessoas que farão parte do estudo irão determinar o desenho do estudo (MINAYO, 2001³; GIL, 2008⁴).

Assim, esta pesquisa, buscou compreender os processos de tombamento da Igrejinha de São João e da antiga Estação Ferroviária de Caratinga no que diz respeito à delimitação do entorno desses bens. Procurou ainda investigar a interface preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento urbano em relação à possibilidade de o patrimônio cultural fazer parte das vivências da comunidade. Por tudo isso optou-se pela pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, sob a forma de estudo de caso. A abordagem qualitativa é adequada nas pesquisas cuja reflexão se ancora no olhar dos sujeitos do estudo (FLICK, 2013)⁵. Para Minayo a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e

³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social, teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

⁵ FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] (MINAYO, 2001, p. 21).

Quando se pretende refletir sobre situações e sujeitos em um contexto específico e características relacionadas a uma população e eventos determinados os estudos descritivos são apropriados (GIL, 2008). Sempre que tivermos estudos empíricos de fenômenos contemporâneos, com vistas a ampliar o entendimento de uma dada realidade justifica-se a opção pelo “estudo de caso” (CAMPOS, 2012)⁶.

O estudo foi realizado na cidade de Caratinga, Minas Gerais, no período de 2021 e 2022. O município tem uma população estimada para 2021 de 93.124 pessoas, está localizado no Vale do Rio Doce (IBGE, S/D)⁷. Essa pesquisa se valerá de documentos de processo de tombamento, pesquisa em jornais antigos e entrevista oral com pessoas que vivenciaram a época da ferrovia na cidade e pessoas que frequentavam a igreja de São João. Nesse sentido foi necessário acessar informações do Seminário Diocesano de Caratinga (Apêndice 3), do Casarão das Artes (Apêndice 4), do Núcleo de Documentação e Estudos Históricos (Apêndice 5), e do Instituto Hélio Amaral (Apêndice 6).

Assim, para as construções dos dados, foram utilizadas análise documental e entrevista. Os documentos são depositários de informações que já foram coletadas e organizadas, podendo ser acessadas por vários instrumentos, tais como leis, normas, decretos, relatórios, jornais (GIL, 2008). Neste trabalho foram analisados os seguintes documentos: livros que retratam a história de Caratinga, os jornais *O Município* (anexos 5 e 6), *Jornal Caratinga*, *Diário de Caratinga* (anexo 4), *O Combate* (anexo 3). O jornal *O Município* faz parte do acervo do Seminário Diocesano e os outros dois compõem o arquivo da prefeitura do município. Além dessas fontes, constituíram nossa base de documentos fotografias de acervo pessoal, públicos e ainda aquelas divulgadas em redes sociais, como Facebook.

Já a entrevista foi empregada a fim de estabelecer um diálogo orientado para levantar informações específicas, na qual o entrevistado produz a sua narrativa com alguma liberdade, ainda que a mesma se dê a partir de um roteiro norteador (FLICK, 2013).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a definição do único entrevistado deu-se pelo fato da ferrovia ter feito parte da sua infância e juventude, uma vez que nasceu em 1931 e morou ao lado da ferrovia. O entrevistado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

⁶ CAMPOS, Paulo Tiago Cardoso. **MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso:** Uma estratégia de pesquisa. *Conjectura*, v.17, n. 3, p. 164-169, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1802>. Acesso em: 03 Dez. 2022.

⁷ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caratinga**. In: Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/caratinga.html>. Acesso em: 27 Nov. 2021.

(Anexo 2) e, além disso, assinou a autorização para a divulgação de sua identidade (Apêndice 1). A entrevista seguiu roteiro (Apêndice 2), foi realizada remotamente por meio do aplicativo WhatsApp®. A entrevista foi gravada e transcrita para posterior análise. O projeto deste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob o parecer nº 4.720.849 e registro no CAAE, 43836921.8.0000.5153 (ANEXO 1), conforme determina a Resolução da Comissão Nacional de Saúde, CSN 466/2012.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, sendo que a “Introdução” apresentou os objetos, a justificativa, as questões norteadoras, os objetivos e a metodologia. A partir da introdução a dissertação é apresentada em capítulos, originários da discussão dos resultados relacionados aos objetivos específicos.

Desse modo, o capítulo 1 denominado “A dinâmica urbana no município de Caratinga” trata-se da origem do município e sua relação com o patrimônio. O capítulo 2 “Mecanismos de proteção”, que traz um estudo sobre as legislações a nível federal, estadual e municipal que tratam da preservação do patrimônio cultural. Ainda nesse capítulo é discutido sobre como se deu a definição do entorno dos bens que são objetos dessa pesquisa no dossiê de tombamento.

O capítulo 3 intitulado “A história em imagens”, foi dedicado ao projeto de elaboração do produto desse trabalho, como forma de ampliar a divulgação da memória desses patrimônios. O produto será um audiovisual apresentado por fotografias antigas e atuais, apresentando a evolução da cidade e mostrando também que a Igrejinha de São João e a estação ferroviária não ocupam mais um lugar de destaque devido às construções em seu entorno. E por fim, ao último capítulo coube apresentar as “Considerações finais.”

CAPÍTULO 1: A DINÂMICA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARATINGA

1.1 A origem do município de Caratinga e sua relação patrimonial

A origem de Caratinga está relacionada com a chegada dos “pioneiros” que vieram à procura de ouro para a Coroa Portuguesa. As expedições nessa região tiveram início no século XVI, sendo utilizado o Rio Doce como referência e trilha para se explorar. No vale deste rio encontra-se hoje a cidade de Caratinga e o Rio Doce foi a fonte de referência para os “bandeirantes” que seguiam o seu leito e aventuravam-se pelas matas existentes (VAL, 1972)⁸. O desenvolvimento do município de Caratinga não foi diferente da maioria das cidades mineiras. As terras eram exploradas por suas riquezas vegetais e minerais, onde os precursores buscavam ouro e às margens do Rio Doce iniciaram o plantio de vegetais, porém o café predominou. A região foi originalmente ocupada por habitantes nativos da região, da tribo dos Aimorés.

Havia um aldeamento desses índios no local denominado Batatais, hoje, São José e São Sebastião do Batatal, distrito de Ubaporanga. Além deste aldeamento havia outros que se localizavam mais ao Norte da região. Por essas terras se encontrava um tubérculo alimentício muito duro de se comer, porém muito apreciado pelos nativos, nomeado de “cará”, que significava cara-branco. Daí originando-se a denominação Caratinga. Em decorrência disto, o gentílico de todas as pessoas nascidas na cidade é caratinguense (VAL, 1972).

Ao relatar, as terras exploradas do município de Caratinga, não podemos deixar de mencionar que a presença indígena no Brasil remonta a milhares de anos antes da chegada dos colonizadores europeus. Compreender os intricados aspectos do domínio indígena sobre a terra requer, em essência, a exploração dos contornos do conceito moderno de propriedade e a análise da relação desse conceito com a noção cultural de controle e vínculo com a terra. Ao longo dos séculos, as populações indígenas enfrentaram desafios significativos, como a colonização, o contato com doenças e o deslocamento forçado de suas terras.

Minas Gerais, assim como outras regiões brasileiras, possui uma rica diversidade cultural e histórica indígena. Existem diferentes etnias indígenas que habitaram e ainda habitam a região, cada uma com sua língua, cultura e território específico. Algumas das etnias indígenas

⁸ VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da Região de Caratinga**. Caratinga, MG: Editora Gráfica Alvorada, 1972.

⁹ A ipeca (Psychotria ipecacuanha) é reconhecida mundialmente como planta medicinal. O nome da planta em português, ipecacuanha, é originado da palavra nativa i-pe-kaa-guéne, que significa “planta de doente de estrada”.

que possivelmente tiveram presença na área de Caratinga incluem os Krenak, Pataxós, Maxakali, Aimorés, entre outros.

Os Krenak, descendentes dos antigos botocudos, enfrentaram diversas intervenções governamentais com o propósito de eliminar ou assimilar sua cultura. Os Botocudos, denominados assim devido à utilização de enfeites labiais e auriculares, habitavam as regiões dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Embora o termo "botocudo" tenha uma conotação depreciativa atribuída pelos europeus aos povos indígenas, a maior parte da literatura sobre o tema utiliza essa denominação para categorizar esse grupo étnico.

As primeiras medidas estatais basearam-se na Carta Régia de 1808, que estabeleceu as Divisões Militares do Rio Doce com o objetivo de promover a ocupação demográfica da região e subjugar os botocudos, considerados como um empecilho para o desenvolvimento econômico local. Embora essa política tenha sido implementada desde o período colonial e intensificada durante o Segundo Reinado, não obteve o êxito almejado. Somente com a chegada da Estrada de Ferro Vitória-Minas, na década de 1910, houve um aumento significativo na ocupação demográfica do vale do rio Doce (DOMINGUES, A. *et al* orgs. 2019).

Considera-se Domingos Fernandes Lana, natural de Araponga, município de Viçosa, como o primeiro precursor do território do município de Caratinga. Ele chegou acompanhado por amigos, serviçais, escravos e índios catequizados, em busca de poaia (ipêcacuanha), uma substância abundante na região e de alto valor comercial. Acredita-se que ele tenha permanecido na região desde os primeiros anos da década de 1840 até 1847 (VAL, 1972)⁹.

Em torno de 1848, atraídos pelas promissoras notícias sobre a nova terra, os irmãos João Caetano do Nascimento, João Antônio de Oliveira e João José da Silva, vindos de Ponte Nova, partiram para as terras com o interesse de estabelecerem-se definitivamente. Os três adentraram a mata, percorrendo os vales dos rios Caratinga, Manhuaçu, João Pinto e Cuieté, chegando atéem ao Rio Doce. Entretanto, devido ao clima e às febres, logo abandonaram a zona do vale Cuieté. Posteriormente, seguiram caminhos separados, e João Caetano do Nascimento prosseguiu em direção à região do Rio Preto e Jacutinga (VAL, 1972).¹⁰

Ao retornar de sua viagem, ele empreendeu esforços para chegar às nascentes dos rios Lages e Preto, estabelecendo-se permanentemente em uma das partes da serra que posteriormente ficaria conhecida como "Serra do Jacutinga". Assim, ele estabeleceu

¹⁰ VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da Região de Caratinga**. Caratinga, MG: Editora Gráfica Alvorada, 1972.¹⁰

legitimamente seu direito sobre vastas áreas de terras, obtendo sesmarias e trazendo pais e amigos para participarem da exploração dessas novas terras. Dessa maneira, surgiu a povoação que hoje é denominada Caratinga. Foi nesse momento que João Caetano do Nascimento começou a derrubar árvores e preparar o solo para o cultivo de cereais, frutas, legumes, além da criação de animais de pequeno porte e aves.

Em junho de 1848, a povoação foi elevada à categoria de paróquia e conselho distrital, subordinada à Comarca de Mariana. Posteriormente, fez parte dos territórios de Ponte Nova, Abre Campo e Manhuaçu. O Distrito e Freguesia de Caratinga foram criados oficialmente por meio da lei providencial nº 2.027, de 1º de dezembro de 1873. Nessa mesma época foi construída a Igreja de São João, primeira igreja de Caratinga. A importância da Igreja Católica nas conquistas políticas da região, fez com que a Diocese de Caratinga, filiada à Arquidiocese de Mariana, fosse criada em 10 de dezembro de 1915 pela Bula¹¹ “Pastorale Romani Pontifici Officium” do Papa Bento XV¹². Tal influência repercute até os dias atuais na vivência da cidade com sua circunscrição eclesiástica da Diocese, refletida em setecentas e noventa e quatro igrejas e capelas (sendo setecentos e cinquenta capelas e quarenta e quatro matrizes) e quatro escolas; um Seminário maior, dois colégios das Freiras e o Instituto Monte Carmelo, espalhados em cinquenta e três municípios da microrregião (LOURES, 2015)¹³.

O distrito se desmembrou de Manhuaçu e recebeu a denominação de São João de Caratinga, por meio do Decreto Estadual nº 16, de 06 de fevereiro de 1890, assinado pelo Presidente de Minas Gerais, Dr. José Cesário de Faria Alvim e assim surgiu o Município (e Vila).

¹⁰ A bula pontificia é um alvará passado pelo Papa ou Pontífice católico, com força de lei eclesiástica, pelo qual se concedem graças e indulgências aos que praticam algum acto meritório.

¹² Diocese de Caratinga, p. 59.

¹³ LOURES, Orthon Fernandes. Diocese de Caratinga: Documentos para sua história 1840-1920. Caratinga: FUNEC, 2015.

Segundo dados do IBGE, o município de Caratinga, ao longo dos anos passou por diversas transformações que decorreram em perdas territoriais e reformulações administrativas. Fato é que até 1958 passou a ser constituído por doze distritos, sendo eles: Caratinga (sede), São Cândido, Vargem Alegre, Entre Folhas, Dom Lara, Sapucaia, Ubaporanga, Imbé, Santo Antônio do Manhuaçu, São João do Jacutinga, Santa Rita e Santa Bárbara. Em 27 de abril de 1992 registrou-se perdas territoriais em face da emancipação dos distritos Ubaporanga, Entre Folhas, Santa Rita e Santa Bárbara, nos quais Santa Rita e Santa Bárbara passaram a ser denominados como Santa Rita de Minas e Santa Bárbara do Leste, respectivamente. Três anos depois a cidade de Caratinga perderia mais dois distritos, Vargem Alegre e Imbé que o último também teve o nome alterado para Imbé de Minas, após terem suas emancipações em 21 de dezembro de 1995 (IBGE).

Por outro lado, nesse período alguns distritos se desmembraram de Caratinga, dando origem aos distritos de Cordeiro de Minas, Dom Modesto, Patrocínio e Santa Luzia que até então eram apenas povoados. Para descrever sobre a característica história e geográfica dos distritos, recorreremos ao Plano de Inventário do Acervo Cultural de Caratinga que por meio de um levantamento técnico trouxe as informações dos Distritos de: Cordeiro, Dom Lara, Dom Modesto, Patrocínio, Santa Efigênia, Santa Luzia, Santo Antônio do Manhuaçu, Sapucaia, São Cândido, São João da Jacutinga. Nesse contexto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico entende que:

Os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

A delimitação da área do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ocorre em função das referências presentes em um determinado território. Tais áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, podendo ser corresponder a uma vila, um bairro, uma zona ou mancha urbana, uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Os projetos do INRC são distribuídos por regiões do País e pelas Superintendências Estaduais do Iphan, sendo classificados como realizados e em andamento. (IPHAN, S/D)¹⁵.

Por meio desse Plano de Inventário, o município de Caratinga conseguiu informações sobre os distritos e os bens de valor histórico de cada um, porém será dado ênfase aos distritos de Dom Lara e Dom Modesto por fazerem parte do percurso da linha férrea Vitória Minas e por se a estação ferroviária de Caratinga objeto dessa pesquisa.

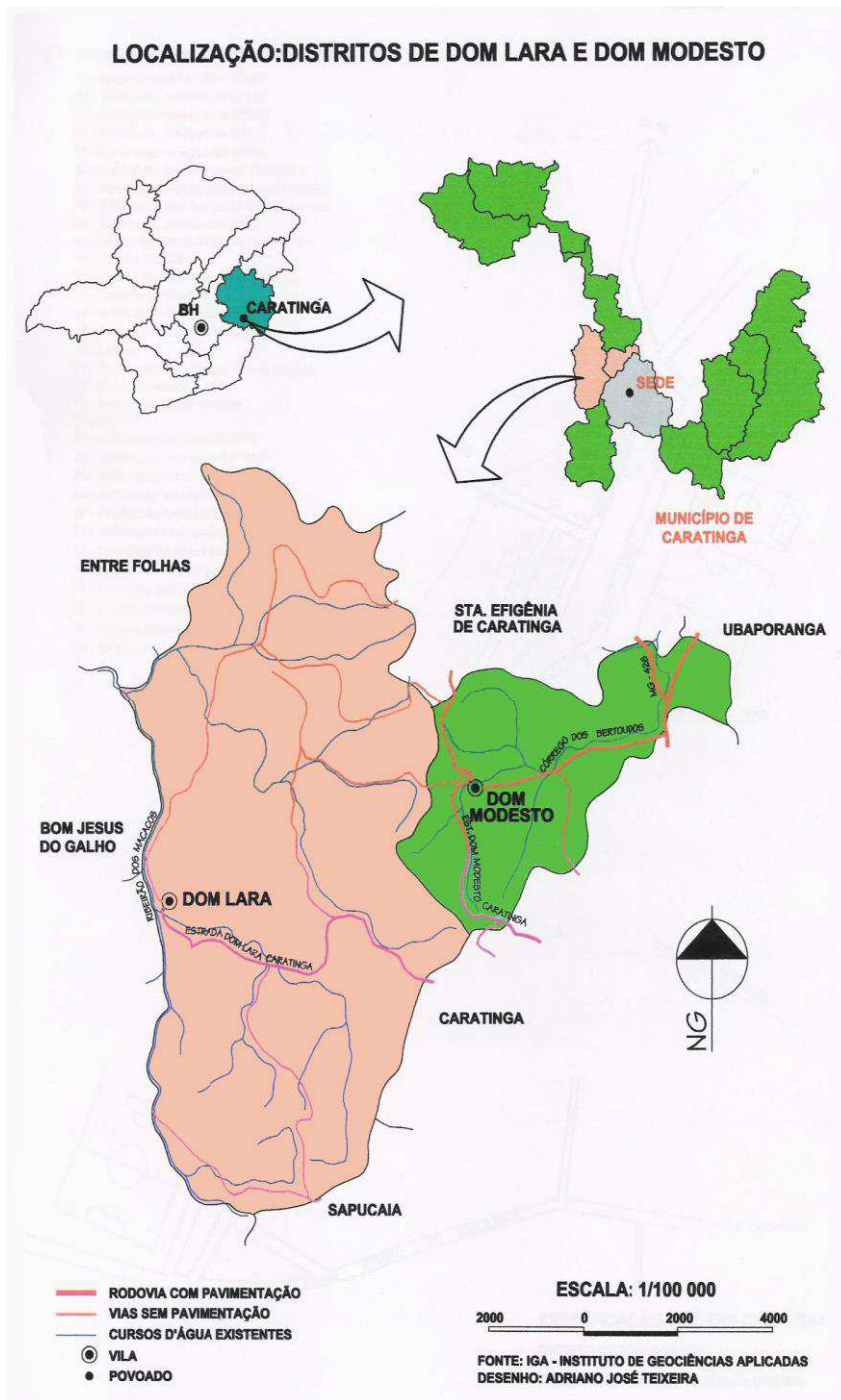
¹⁵ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventários de bens culturais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421#:~:text=Os%20Invent%C3%A1rios%20s%C3%A3o%20instrumentos%20de,de%20natureza%20imaterial%20e%20material>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

O distrito de Cordeiro de Minas, criado em 1991, faz divisa com a cidade de Ipatinga/MG, faz parte da atual divisão administrativa do município de Caratinga. Delimitada naturalmente pelo Rio Doce na porção noroeste, pela lagoa Silvana e bacia do ribeirão Lagoa na parte norte, pela serra Santa Cruz no Leste e pelo ribeirão do Boi que abrange toda a extensão do território. Conhecida como região das lagoas em razão da drenagem esparsa na área rebaixada. Cordeiro de Minas demonstra uma paisagem de grande potencial turístico rural e ambiental. Segundo o geógrafo Milton Santos, a paisagem é “[...] tudo aquilo que nossa visão alcança [...] esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1988, p. 61)¹⁶. O distrito é caracterizado pelas extensas plantações de eucalipto para produção de celulose na porção centro-oeste por meio da empresa Celulose Nipo-brasileiro S/A (Cenibra) instalada na região desde 1973. As áreas de pastagem para criação extensiva de gado e alguns focos de matas preservadas complementam o restante das paisagens. A área urbana de Cordeiro de Minas é caracterizada por imóveis de valor histórico para a população local. Entretanto é na área rural que se situam alguns casarões, sedes de antigas fazendas expressando relevância arquitetônica do período neocolonial.

Sobre o distrito de Dom Lara, este foi criado em 1948 e se encontra a 13 km de Caratinga. Urbanisticamente é caracterizada por algumas edificações de relevância cultural e arquitetônica que representam a história do lugar. Neste distrito está situada a edificação da antiga Estação Ferroviária de Dom Lara, tombada em 2004, conforme registrou o Dossiê de Tombamento. O distrito possui as seguintes bacias: ribeirão do Macaco, córrego do Macaco, córrego Baixada Santa Maria e córrego Água Santa. Apesar do estado de conservação irregular, permanecem ainda no cenário rural os antigos casarões sedes das fazendas de produção de café e leite. Atualmente predomina a criação extensiva de bovino para produção leiteira como principal setor da economia local. Segundo o plano de inventário, os bens indicados a serem inventariados são: Pedra do Carneiro e Pontilhão da antiga linha férrea.

¹⁶ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 61.

Figura 2 - Mapa do distrito de Dom Lara e Dom Modesto



Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

O distrito de Dom Modesto, criado em 1992, é composto pela bacia do córrego dos Bertoldos se estabelece delimitando naturalmente o distrito onde predominam atividades variadas de culturas como café, gado de leite, eucalipto e horta. A Vila que constitui o espaço urbano se caracteriza por um conjunto de edificações ordenadas em um traçado urbano sinuoso, destacando-se alguns exemplares de casas de relevância histórica, por serem as primeiras

construções/edificação na formação do município. Essas edificações remetem ao período de desenvolvimento econômico da região por se tratar de exemplares remanescentes do período em que a linha férrea Leopoldina ocupava o distrito. A proximidade com o distrito Sede permite que muitos habitantes de Dom Modesto trabalhem em Caratinga estabelecendo-se assim um uso diferenciado do espaço como, por exemplo, as chácaras de lazer. Alguns exemplares de casas de fazenda com bens integrados de grande importância cultural podem ser encontrados.

O distrito de Patrocínio criado em 1991, distante 36 km do centro de Caratinga, estrutura-se através de três ruas principais conectadas a uma praça. Geograficamente, o conjunto urbano está situado em um vale entremeado por pequenas colinas e dois cursos d'água, o córrego São Manoel e o ribeirão Jacutinga. Os poucos imóveis de relevância histórica encontrados na área urbana e rural apresentam-se deteriorados pela ação do tempo e falta de manutenção, comprometendo a sua conservação. Esse é um distrito que possui uma baixa economia que fornecem condições desfavoráveis de desenvolvimento o que favorece ao êxodo rural. Como nos demais distritos que compõem o município de Caratinga, o relevo é o agente delineador das divisas que constitui a correspondente área e das regiões que estabelecem de acordo com as bacias hidrográficas existentes. Desta forma, a área do distrito de Patrocínio estrutura-se com a região do córrego São Manoel na porção noroeste, a região de Jacutinga na parte nordeste e a região de Volta Grande no setor leste. A extensão centro-sul delimita-se através da nascente do ribeirão Jacutinga em local conhecido como Cabeceiras do Jacutinga e a região do córrego do Emboque compõem a parte oeste. A economia do distrito baseia-se fundamentalmente na cultura do café e na criação extensiva de rebanho bovino para produção de leite. Existem também na região focos preservados de mata natural e plantações de eucalipto para aplicação na construção civil. Os bens indicados a serem inventariados, pelo corpo técnico do município e aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga (COMPAC) neste distrito são: Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, Cachoeira, Máquina de café (Propriedade Diogo Pires) Fazenda de Gilson José Botelho, Fazenda de Tito Paulo Paiva (Construção 1951), Represa DPC (Proprietário Jean).

Santa Efigênia é um distrito criado em 1948, próximo ao distrito de Dom Modesto. Possui infraestrutura com água tratada, luz e duas escolas, a Escola Municipal Sebastião dos Santos Rosa e a Escola Estadual Venceslau José da Silva. Em relação às edificações religiosas existem, a Igreja Católica de Santa Efigênia, a Igreja Batista e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. É caracterizado economicamente pela produção e beneficiamento de café de alto padrão na escala comercial. Paralela a esta atividade encontra-se também uma extensa área de

pastagem ocupada por rebanho bovino para produção de leite. É importante destacar que esse território foi o ponto central de disseminação da cultura de cana de açúcar para a produção de álcool combustível através do Proálcool – Programa Nacional de Álcool na década de 70 e 80.

Em meio ao primeiro choque do petróleo em 1973, o governo brasileiro passa a buscar formas alternativas para reduzir a dependência do país ao combustível fóssil e amenizar os efeitos do choque na economia brasileira. (MICHELLON, SANTOS, RODRIGUES, 2008, p. 3)¹⁷

[...] O Proálcool foi criado em 1975 com o intuito de se produzir um combustível alternativo ao petróleo, o qual teve um elevado aumento de preço após o primeiro choque do petróleo em 1973. (MICHELLON, SANTOS, RODRIGUES, 2008, p. 12)

Em Caratinga, a conjuntura político-econômica da época não favoreceu o desenvolvimento da usina que acabou sendo desativada na região. Tal circunstância influenciou o cenário rural através da ocupação da cultura de cana de açúcar em detrimento das atividades existentes e conseqüentemente no processo cultural local. Geograficamente a região é caracterizada pela bacia do córrego São Silvestre. Nesta bacia estão situados grandes e médios latifúndios que apresentam antigas benfeitorias que retratam a história do distrito. O distrito de Santa Efigênia e o povoado de São Pedro, distantes respectivamente 13 km e 22 km do centro de Caratinga, apresentam situações urbanísticas de pouca relevância cultural-histórica. Recentemente, o desenvolvimento do espaço urbano de Santa Efigênia vem se instalando de forma desordenada em consequência da ausência de critérios de uso e ocupação do solo. Segundo o Plano de inventário os bens propostos a serem inventariados são: Escola Estadual Venceslau José da Silva Praça da Matriz Igreja de Santa Efigênia Imagem da Igreja de Santa Efigênia Toco de Braúna na Praça da Matriz Coreto da Praça.

O distrito de Santa Luzia, criado em 1991, é composto pelas bacias dos rios Claro e Preto. O espaço urbano se estrutura através de um eixo principal acompanhando o sentido da estrada que segue em direção ao povoado do Córrego do Suíço. Podem ser verificados alguns exemplares de construções neocoloniais que se apresentam descaracterizados pelo mau uso. A economia local é condicionada pela colheita das lavouras de café que se apresentam em grande abundância. As áreas de pastagens e as plantações de eucalipto também se destacam como atividades econômicas. A área rural desse distrito é caracterizada pela presença de grandes

¹⁷ MICHELLON, Eduardo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. AgEcon Search - Research in agricultural & applied economics. Rio Branco, 2008, 16 p. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/109225/#:~:text=As%20perspectivas%20futuras%20para%20o,no%20play%20mundial%20do%20C3%A1lcool>. Acesso em: 15 Ago. 2022.

latifúndios onde o núcleo constituído pela sede e benfeitorias apresentam-se em alguns casos conservados.

O distrito de Santo Antônio do Manhuaçu é caracterizado por uma região montanhosa onde a pecuária leiteira destaca-se como a principal atividade econômica da região. Distante 46 km do distrito Sede de Caratinga, é delimitado geograficamente pela serra da Jacutinga e serra do Caracol na porção oeste, a serra de Santo Apolinário no Sul, o rio Manhuaçu em toda porção leste e parte norte onde apresenta-se também a serra Caracol. A principal via de acesso à região é a estrada Caratinga-Ipanema, que está pavimentada somente até a sede do distrito. A área rural é abrangida por uma extensa rede de estradas vicinais que abastecem as regiões dos vários córregos existentes. Ao Norte destacam-se as regiões dos córregos da Água Santa, do Veadão, do Jacutinga, do Valão e Manhuaçu que concentram exemplares de sedes de fazendas de meados do século XIX, com bens integrados de grande importância cultural. Na parte central do distrito encontram-se situados os córregos do Gambá e São Vicente. Ao longo da estrada Caratinga-Ipanema, encontramos a Reserva Particular do Patrimônio Cultural (RPPN) Feliciano Miguel Abdala. Situada na margem esquerda do rio Manhuaçu, esta reserva abrange uma área total de 957 hectares de Mata Atlântica preservada. A RPPN representa aproximadamente 72% da propriedade conhecida como fazenda Montes Claros, composta por 80% de matas em excelente estado de conservação e os outros 20% composta por pastos abandonados e florestas em processo de separação. Adjacentes à RPPN, muitos vizinhos da fazenda Montes Claros possuem pequenas áreas de florestas em suas propriedades totalizando aproximadamente 1450 hectares. A área meridional do distrito é composta pelas regiões dos córregos do Leitão, Ponte de Pedra, Santa Bárbara e Suíço onde destacam-se casarões sedes de antigas fazendas da região. O povoado do Suíço é abastecido pelo ribeirão Suíço, importante afluente da bacia do rio Manhuaçu. O espaço urbano que constitui o distrito é caracterizado por um pequeno trecho calçado no centro sendo o restante do arruamento composto de terra batida. Podem ser destacadas algumas edificações de relevância cultural como antigos casarões em estado médio de conservação e a igreja matriz de Santo Antônio. A festa mais conhecida do lugar denomina-se “Encontro do Santo Antonieense Ausente” que conta com diversas comemorações, configurando-se como patrimônio imaterial. Os bens indicados pela equipe técnica e aprovados pelo COMPAC da época a serem inventariados são: Escola Estadual Antônio Penna Sobrinho, Túmulo do Barão de Itaperuna (suposto filho bastardo de Dom Pedro II e Edificação Residencial da Rua Joaquim Brígida, 42).

O distrito de Sapucaia possui atividades que caracterizam economicamente, sendo as

lavouras de café e a pecuária leiteira, além da produção de aguardente de cana de açúcar para fins artesanais e comerciais. Tais atividades contribuíram em épocas remotas para a instalação de um cenário de fazendas coloniais que ainda se retrata fragilmente através de casarões sedes e suas benfeitorias. A construção de fazendas coloniais se deu por meio de influência do governo federal e estadual nas criações das fazendas modelos que tinha como propósito ministrar o ensino agrícola aos trabalhadores e jovens mineiros. O decreto 2.207/1907 determinava ainda que a atividade predominante das fazendas-modelo deveria estar de acordo com a competência de cada área: o ensino para o cultivo da terra, nas regiões agrícolas, e o ensino da pecuária, nas regiões pastoris.¹⁸

A possibilidade de identificar a presença de bens móveis e integrados apresenta-se bastante razoável nestas condições. Distante 14 km do distrito Sede, a área urbana é caracterizada por uma praça onde se destaca a igreja de Nossa Senhora da Conceição como principal elemento arquitetônico. Geograficamente, o conjunto de edificações está inserido em um vale cercado por pequenos montes onde se destaca o córrego Sapucaia que acompanha toda extensão do sinuoso traçado urbano existente. Os povoados de São Vicente da Guanabara e Cachoeira Alegre distantes respectivamente 18 km e 23 km do centro de Caratinga completam outros tipos de estruturas urbanas. Neste distrito foi indicado apenas um bem a ser inventariado, sendo a Praça Dr. José Augusto Ferreira.

O distrito de São Cândido é caracterizado geograficamente pela presença de grandes baixadas na região centro-oeste onde se destaca a bacia do córrego do Prata e a bacia do córrego Brejão. Nesse contexto, a lagoa Silvana aparece delimitando naturalmente a divisa com o distrito de Cordeiro de Minas na extensão oeste. Toda a parte leste é assinalada por uma região montanhosa bastante acidentada onde o córrego Vermelho destaca-se concentrando propriedades rurais com imóveis em estado de conservação regular. A parte urbana do distrito apresenta-se definida por vias principais pavimentadas distinguindo-se algumas edificações de valor histórico para a comunidade. A economia local está baseada principalmente na criação de bovinos para produção de leite, havendo também em pequena escala a criação de avestruzes.

O distrito de São João do Jacutinga distante 30 km do centro de Caratinga, é definido através de seus limites naturais constando a serra do Caracol na parte noroeste, o córrego da Fortaleza ao norte, a serra de Jacutinga em toda extensão leste e o córrego do Arrozal na porção

¹⁸ VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. **A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais:** uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914). *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3346>. Acesso em: 25 Fev. 2023.

sul. A região de pequenos montes entre o córrego São Manoel e o córrego do Mono até encontrar o ribeirão Jacutinga compõe o limite do distrito na área sudoeste. A economia local está baseada na cultura de café e criação de rebanho bovino para produção de leite e derivados. Possui exemplares de fazenda em estado de conservação regular, com bens integrados de grande importância cultural. As regiões que constituem o espaço rural são representadas pelo córrego do Mono, do Arrozal, Jesus, do Vidal e Ponte Alta.

A parte urbana do distrito está representada através de uma rua principal estruturada entre a estrada Caratinga-Ipanema e o ribeirão Jacutinga. Neste trecho e suas adjacências podem ser verificadas algumas edificações de caráter histórico e cultural que fazem parte da memória do lugar. A tradicional “Festa do Biscoito” acontece durante o mês de julho e comemora a culinária típica da região com shows, desfiles, eleição da rainha do biscoito, cavalgadas além de caminhadas ecológicas e turismo rural. Foram indicados os bens a serem inventariados: Igreja São João Batista, situada à Praça Dom Pedro II, Quitanda Donna Therezza, Festa do Biscoito.

1.2 A primeira igreja da cidade

Assim como em outras cidades mineiras, o desenvolvimento de Caratinga teve início a partir de sua primeira capela. Em 1848, quando as terras foram exploradas por João Caetano do Nascimento ergueu uma cruz como marco inicial, estabelecendo a construção da primeira capela dedicada a São João Batista. Essa capela histórica ainda permanece de pé até os dias de hoje, localizada na Rua Major Carlos Teixeira.

A colocação da cruz em terras conquistadas era um ritual simbólico, originário dos portugueses e isso dava força para o condicionamento do espaço urbano, sendo essa um dos principais referenciais da paisagem urbana. Segundo Padre Othon, “o fundador João Caetano do Nascimento doou a São João Batista como patrimônio, o terreno atual centro da cidade de Caratinga, porém não existe nenhum documento formal que comprova, também não existia nos primeiros tempos, nenhuma igreja com o nome de São João¹⁹”.

Segundo o livro de Lázaro do Val,

[...] No princípio da década de 70 do século XIX foi erigida a capela do lugarejo que então se formava, graças aos esforços do Cap. David, de Antônio Caetano e de Joaquim José Ribeiro. Veio celebrar em nosso meio os primeiros ofícios religiosos, o Pe. Maximiano João da Cruz, natural de S. Januário de Ubá e vigário da Paróquia de

¹⁹ Diocese de Caratinga, p. 57.

S. Francisco de Assis do Ribeirão Vermelho, da qual tomara posse em 21 de julho de 1867. [...] Era a pequena capela inacabada e tosca, o único sinal de civilização da terra que permanecia segregada e inóspita [...] (VAL, 1972, p. 59)²⁰.

A primeira Igreja erguida pertencia a Diocese de Mariana, e só em 1915, foi criada a Diocese de Caratinga, como cita o livro:

[...] A “Diocese de Caratinga – criada pela bula Pastoralis Romani Pontificis officium, de 10 de dezembro de 1915. Primeiro bispo – Dom Carloto Fernandes da Silva Távora, natural de Jaguaribe Mirim, Ceará; Presbítero a 07 de julho de 1889; eleito bispo a 18 de dezembro de 1919; sagrado a 25 de janeiro de 1920. Instalou o bispado a 06 de março deste último ano. Segundo bispo Dom José Maria Parreira Lara, natural de Resende Costa, outrora lage de Tiradentes: Presbítero a 18 de abril de 1911. (TRINDADE, 1945, p. 92)²¹

As capelas enquanto espaços de culto são elementos fundamentais para o entendimento da dinâmica local, sendo pontos de atração do crescimento urbano. No caso da Igrejinha de São João em Caratinga torna-se um ponto de referência do crescimento da cidade, visto que a cidade começou a se desenvolver no entorno desta capela, posteriormente se expandindo até o Largo da Barreira, hoje Praça Cesário Alvim e se estendendo até o Barro Branco, atualmente Praça Calógeras.

A cidade de Caratinga, ainda com o nome de São João de Caratinga, se desenvolveu inicialmente de forma irregular, e em 1867 teve o início da construção da Igreja de São João e em 1873, ela foi consolidada como a primeira igreja católica de Caratinga.

Por alguns anos a Igrejinha de São João foi a única igreja do município, local onde se realizavam missas, casamentos e batismos. Sua construção teve início em 1867 e em 1873 teve sua obra concluída. Já em 1880, começou a ser construída a nova igreja matriz de São João Batista para atender a um maior número de fiéis. Esta nova igreja foi construída em um estilo colonial em um local denominado Largo da Barreira, que mais tarde passou a se chamar Praça Cesário Alvim. Segundo Val (1972) “foi esta antiga igreja matriz da Praça Cesário Alvim, demolida em 1930 e em seu local se ergue hoje a nova e bela Catedral”.

²⁰ VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da região de Caratinga**. Caratinga MG: Editora Gráfica Alvorada, 1972, p. 59.

²¹ TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de capelas e matrizes do antigo bispado e do atual arcebispado de Mariana**. In: Instituições de igrejas no bispado de Mariana. SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, publicação nº 13, 1945, p. 92 Disponível em: <https://ia804509.us.archive.org/33/items/instituicoesdeig00trin/instituicoesdeig00trin.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

Figura 3 - Foto ano 1915 Lago da Barreira. Hoje, Praça Cesário Alvim



Fonte: Retirada de página do Facebook,
<https://www.facebook.com/101015061569049/photos/a.101019514901937/101127794891109/>
 Acesso em: 20/12/2021

A figura 11 retrata a segunda Igreja a ser construída, recebeu a mesma denominação, tornando-se essa matriz de São João Batista e a primeira Igrejinha de São João, o nome popular “igrejinha” se deve por ser uma igreja pequena e modesta. De acordo com a Diocese de Caratinga, em 10 de dezembro de 1915, a matriz foi promovida a Catedral e ainda assim ficou pequena para atender os fiéis e em 1930 começou-se a construir uma nova Catedral que atualmente é a igreja matriz.

Na imagem abaixo pode ser vista a matriz de São João Batista, construída em estilo colonial com duas torres na fachada frontal, duas janelas e uma porta de entrada. Atrás da matriz encontra-se a atual Catedral de São João Batista em estilo neogótico, onde foi erguida uma torre central com a imagem do padroeiro São João Batista bem no alto.

Figura 4 - Construção da Catedral São João Batista do período de 1933 a 1934



Fonte: Retirado da página de registro de imóveis de Caratinga, <https://registroimoveiscaratinga.com.br/historia>. Acesso em: 14/12/2021.

Dessa forma já se via o desenvolvimento da cidade e em 1929 há registros que a população de Caratinga já clamava por melhorias, como, por exemplo, escolas, calçamentos, correios e estradas. Conforme o jornal *O Município*²², edição nº 67 do ano de 1929, os caratinguenses já tinham o conhecimento que a cidade tinha um relevante eleitorado e já exerciam pelo menos três direitos de cidadania plena: alistar-se como eleitor, cobrar promessas políticas, exigir cumprimento de serviços de órgãos públicos.

Entre as décadas de 1920 e 1940 houve um significativo desenvolvimento em serviços urbanos com instalação da iluminação pública, redes de água e esgoto; criação de praças e calçamentos de ruas. Nesse mesmo período foi construído o edifício da Prefeitura e da Câmara Municipal e na Praça Getúlio Vargas foi construído o Fórum Desembargador Faria e Souza e em 1947 o Cine Brasil.

A área urbana começou a se expandir, principalmente, às margens do Rio São João e do Rio Caratinga. A parte central era mais plana e habitada, a ocupação passou a ser em terrenos mais íngremes e a cidade, dessa maneira, teve sua expansão horizontal no início do século XX. Importante ressaltar que a cidade foi crescendo, porém, sem parâmetros urbanísticos suficientes para o planejamento urbano, muitas construções foram erguidas à beira dos rios, o que hoje ocasiona em enchentes.

²² Jornal *O Município*. Caratinga, 1929, nº 67.

Foi então que o entorno da Igrejinha de São João que antes ficava situada em um lugar privilegiado, de destaque, ficou comprimida em meio às construções. Esse crescimento é inevitável, porém, é interessante notar que a deficiência de instrumentos urbanísticos adequados fez com que a cidade crescesse sem planejamento estratégico. Dessa forma, a Igrejinha que é um dos objetos dessa pesquisa, não pode ser vista mais de todos os ângulos da rua, pois, muitas construções foram erguidas em seu entorno. A ocupação do entorno da igrejinha de São João acabou por separá-la de forma irreversível de seu esquema original e da dinâmica urbana. A preocupação com esse entorno, se deve ao fato de a capela ter passado por um processo de patrimonialização sendo protegida por lei se tornando oficialmente um Patrimônio Cultural do município e ainda assim após passar pelo processo de tombamento foi realizadas intervenções em seu entorno que comprometeram sua visibilidade.

Esse problema da ocupação desordenada é muito antigo, não só em Caratinga, mas no Brasil, visto que o ordenamento de uma cidade se faz por meio de elaboração e cumprimento de leis específicas. Devido à falta dessa orientação urbanística por meio de leis, a cidade foi crescendo sem se preocupar com o planejamento urbano e, principalmente, sem se preocupar com a proteção do patrimônio cultural e de seu entorno.

A Igrejinha de São João ficou por um bom tempo sendo usada como capela velório. Em 1997, ano de criação da Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, a edificação foi tombada por meio Decreto nº 11/1998²³ e segundo o livro de tombos do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga, foi tombada pelo seu valor histórico e arquitetônico. Ainda assim, mesmo depois de tombada, continuou sendo usada como capela velório. Por se tratar de uma igreja pequena e uma construção muito antiga, a edificação começou a ser deteriorada devido ao uso inadequado e a falta de cuidado. Além dessa depredação causada pelos velórios, ocorreram também vandalismo ao longo dos anos, chegando ao ponto de bancos serem queimados durante a noite, pichações e pequenos furtos.

Foi então que o poder público, principal responsável pela preservação do patrimônio cultural, percebeu o real valor histórico que a Igrejinha possuía pela população, pois moradores próximos a ela e que a tem como referência, procuraram o jornal para fazer um apelo solicitando ao poder público uma reforma.

Conforme informações do jornal *Diário de Caratinga*²⁴, (anexo 4), a Igreja de São João, que estava sob a responsabilidade da Igreja Nossa Senhora da Conceição, responsabiliza os frequentes velórios pela amplitude dos estragos. A enorme quantidade de lixo encontrada no

²³ CARATINGA. **Decreto Executivo n.º 011/1998**. Dossiê da Igrejinha São João, Caratinga, 1998.

²⁴ Jornal *Diário de Caratinga*. Caratinga, 2002, p. 3.

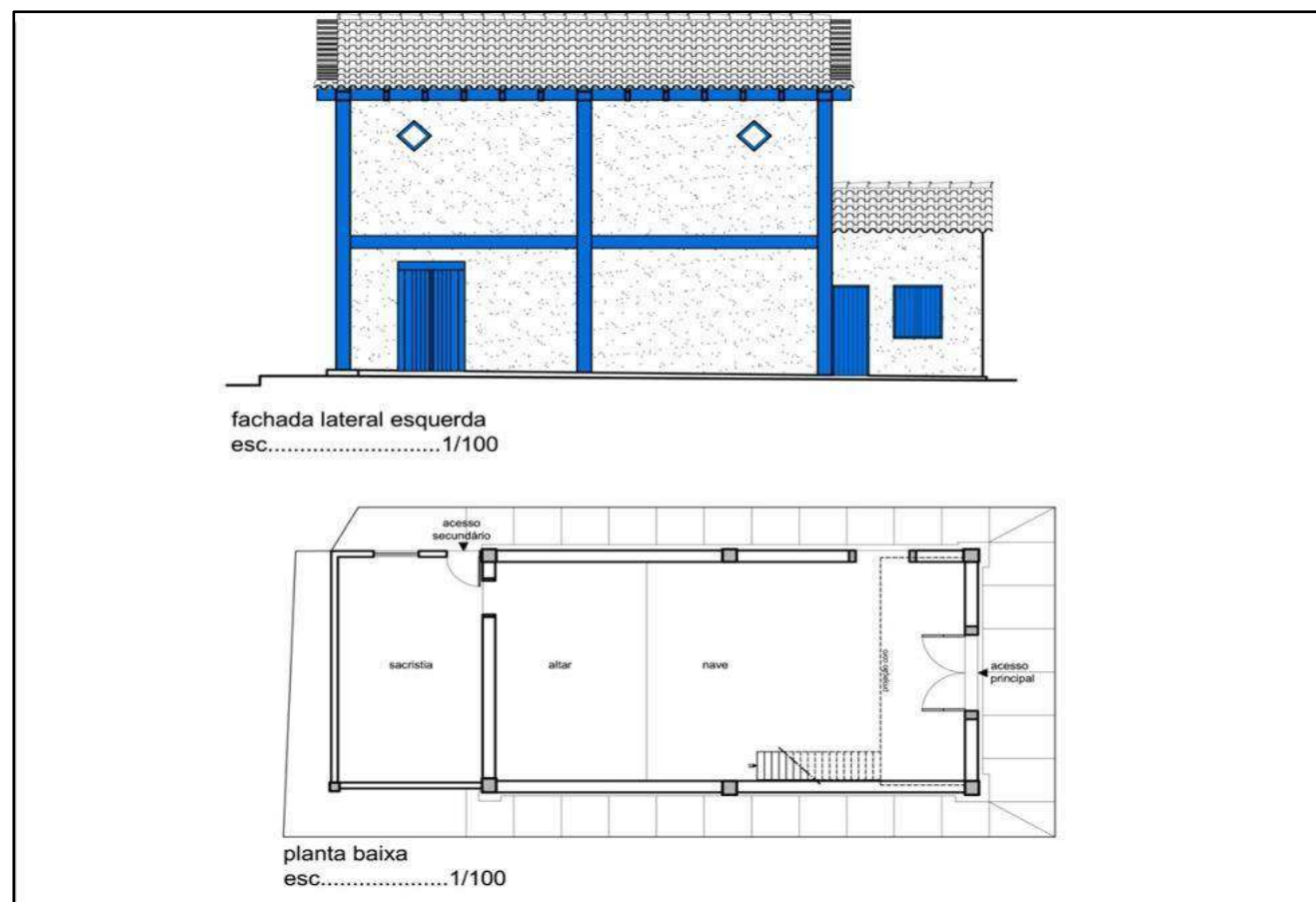
jardim, copos plásticos, garrafas de água mineral e papel são dos frequentadores dos velórios. As funerárias sequer preocupavam-se em manter o espaço em ordem. Sem cuidados, a capela virou local para velórios e isso seria a causa para os problemas, de acordo com o presidente da conferência Nossa Senhora do Rosário Sebastião Pinheiro em entrevista cedida para o jornal *Diário de Caratinga*, de 28 de julho de 2002. Nessa entrevista, destacou em sua página o descaso das autoridades responsáveis com relação ao imóvel. Sebastião Pinheiro ainda acrescenta: “Queremos que as autoridades façam alguma coisa pela capela, que não pode continuar desse jeito. É a primeira igreja de Caratinga e precisa ser lembrada. Por que não criam um espaço próprio para velórios públicos? Isso seria de fundamental importância para preservação da história”.²⁵

Dessa forma, podemos notar a preocupação por parte da população que tem a igrejainha como um marco na história de Caratinga. A partir do apelo da comunidade em outubro de 2002 começou a restauração da edificação mantendo todas as suas características originais que segundo o jornal *Diário de Caratinga*²⁶, houve reconstituição do telhado, troca do forro, restauração da porta, escada, bancos e coro. E foi nesse mesmo ano que o COMPAC, deliberou pelo fim do uso da capela, como capela velório e após a reforma, o espaço foi transformado em um modesto museu de arte sacra, que abriga a imagem primitiva do padroeiro São João Batista esculpida em madeira e peças sacras que vieram da matriz Catedral de São João Batista para ocupar o museu, doadas pelo então Pároco Monsenhor Raul Motta de Oliveira.

²⁵ Jornal Diário de Caratinga. Caratinga, 2002, p. 3.

²⁶ Id, 2002.

Figura 5 - Planta Baixa



Fonte: IPatrimônio, Nelson Sena Filho, <http://www.ipatrimonio.org/caratinga-igrejinha-de-sao-joao/#!/map=38329&loc=-19.791168000000003,-42.145147999999999,17>.

Através dessa planta baixa, figura 13, percebe-se a simplicidade da capela, construída em estilo arquitetônico colonial e é exatamente essa simplicidade que remete a um passado carregado de histórias que traz identidade para a população de Caratinga. A edificação possui portas de madeira, estrutura de madeira e telhados com telhas francesas, desprovida de qualquer ornamento nas paredes, apenas pintura convencional.

Define seu espaço por uma única seção de forma retangular. Apresenta apenas um amplo salão, que serve de nave e capela-mor ao mesmo tempo. O piso é de cimento que substitui o assoalho de tábuas. O coro, cujo acesso é feito por escadaria de madeira, possui piso em taboado e se apresenta protegido por guarda-corpo em balaustrada de madeira entalhada. O forro em madeira esconde o engradamento do telhado, que distribui a sua carga na estrutura de madeira e tijolos. (...) A estrutura é mantida por esteios aflorados. A fachada é coroada por um frontão triangular simples. O acesso principal à igreja é feito por uma portada em verga reta, vedada por folhas de madeira almofadadas. Esta porta possui também uma abertura menor no centro, com verga em arco. Acima da portada encontra-se a única janela, com vedação em folha maciça de madeira. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO, 2002, p. 42)²⁷.

Apesar das circunstâncias pelas quais a Igrejinha já passou ao longo de seus cento e cinquenta e quatro anos, podemos perceber que a população de Caratinga, guarda lembranças e atribuem um valor especial a ela, visto que foi por meio de um apelo da comunidade que o poder público decidiu pela reforma e preservação.

A memória é construída pela comunidade conforme apontado por Halbwachs (2013)²⁸, “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós²⁹”.

Nesse sentido é possível compreender que a memória, mesmo que individual, torna-se coletiva, pois as lembranças que guardamos na memória sempre será lembrada por outras pessoas. Maurice Halbwachs empreendeu diversas abordagens para distinguir entre história e memória. Seu interesse direcionou-se para compreender os elementos que cultivamos as pessoas coesas em grupos. Ao observar o significado unificador das lembranças compartilhadas, ele desenvolveu o conceito de memória coletiva. Essa memória não apenas reside no grupo, mas é o próprio grupo que confere estabilidade às lembranças.

A estabilidade da memória coletiva está intrinsecamente ligada ao grupo. Quando esse grupo se desintegra, os indivíduos perderam parte das lembranças que os mantiveram unidos e os identificaram como membros desse mesmo grupo. Nesse contexto, a memória coletiva se

²⁷ Dossiê de Tombamento, 2002, p. 42.

²⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

²⁹ Id., p. 30.

escapará, levando consigo as garantias e identificações que foram fornecidas pelo pertencimento ao grupo.

O sociólogo também observou que a mudança no contexto político pode resultar no desvanecimento de certas lembranças, uma vez que essas memórias não possuem uma força permanente e dependem fundamentalmente das lembranças sociais (HALBWACHS, 2013).

O autor em questão faz uma distinção clara entre memória coletiva e ciência histórica, enfatizando que a memória coletiva garante a singularidade e a continuidade de um grupo, enquanto a memória histórica não tem a função de garantir identidade. As memórias coletivas, assim como os grupos, estão intrinsecamente operacionais e existem sempre no plural. Por outro lado, a memória histórica é construída de forma integradora a partir de várias narrativas que existem no singular (HALBWACHS, 2013).

Segundo Nora (1993, p 12):

Memória, história: não são sinônimos de modo algum; na verdade, como já sabemos hoje, são opostos em todos os aspectos. [...] A memória é sempre um fenômeno atual, uma construção vivida em um presente eterno, enquanto que a história é representação do passado. [...] A memória orienta a recordação para o sagrado, a história expulsa-a: seu objetivo é a desmistificação. A memória surge a partir de um grupo cuja conexão ela estimula. [...] A história, por sua vez, pertence a todos e a ninguém, e por isso é designada como universal.³⁰

Dessa forma, a comunidade luta pela preservação da memória da Igrejinha, um lugar de memória que, ainda que tenha perdido a função de “Igreja” por não realizar mais missa no local, a memória coletiva mantém presente na vida da comunidade de Caratinga. Atualmente, acontecem projetos voltados para a educação para o patrimônio, a partir dos quais as crianças fazem visitas orientadas com intuito de conhecer a história desse símbolo. As múltiplas temporalidades do espaço urbanístico e suas diversas camadas de sentidos atribuídas ao longo do tempo por seus habitantes estabelecem uma relação entre o monumento e os seus vizinhos na questão da visibilidade do imóvel tombado, que é aspecto fundamental para reconhecer a sua importância histórica.

Hoje a matriz que leva também o nome de “Catedral de São João Batista” foi oficialmente reconhecida como patrimônio cultural pelo Decreto nº 39/2002³¹ e inscrição no Livro de tombo nº 03/2002, pelo seu valor arquitetônico. A Catedral possui uma arquitetura

³⁰NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

³¹ CARATINGA. **Lei nº 3.039**, de 08 de abril de 2008. Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Caratinga, e dá outras providências. Câmara Municipal de Caratinga. Disponível em: https://www.cmcaratinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3039_2008?cdLocal=5&arquivo={E3B2FD45-3FBD-FEDD-D9CD-0AFDE6ADC1F8}.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2022.

neogótica e possui uma pintura interior admirada por todos, pintada pelas mãos do artista Padre Lázaro.

Figura 6 - Catedral início da pintura interna



Fonte: Artista Plástico Pe. Lázaro A. Diogo, 04/02/1994

Ao contrário da Igrejinha que é totalmente desprovida de ornamentos e pinturas, a Catedral de São João Batista, localizada à Praça Cesário Alvim e que hoje é a matriz, possui pinturas sacras que foram pintadas pelo Padre Lázaro em 1994 como pode ser visto na imagem acima.

Sabemos que ao longo dos séculos XX e XXI, a questão da proteção do ambiente envolvendo os monumentos históricos tem sido discutida a nível internacional, e isso pode ser verificado através das cartas patrimoniais, declarações e recomendações. Cada um de nós que vive nas cidades têm olhares diferentes para a memória, por lugares que reconhecemos, onde vivemos experiências de vida cotidiana ou situações individuais. E nesse sentido também somos induzidos a partilhar das mesmas referências de lugar e espaço, por um processo natural de vivenciar um espaço urbano coletivo.

A modernidade de uma cidade implica em mudanças, os interesses econômicos muitas vezes ultrapassam o sentimento de pertencimento e cria ao mesmo tempo dúvidas nos cidadãos de um modo geral em o que preservar ou não preservar, o que lembrar, o que esquecer.

Filósofo, historiador e crítico, Tzvetan Todorov³² em seu livro *Los abusos de la memoria*, debate para que serve memória particular e que a transformação acelerada do tempo faz com que a memória se perca. Explicita que o descarte da memória é intencional e menciona que, quando se trata da memória política, principalmente os grupos e Estados são capazes de promover uma supressão de memória, embora não seja esquecida. Ela garante uma ação de

³² TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona, 2002.

lembrança e para alguns grupos, preferem que muitos atos não sejam lembrados, preferem que caíam no esquecimento. Com o passar dos anos e o desenvolvimento inevitável da modernidade, não significa que a memória seja suprimida, ela fica em outra posição, mas sempre existente. No seu entendimento, a memória singular possui várias características de memória, não estando relacionada com o presente, já a memória histórica está, ou seja: a memória é uma consciência temporal. Nesse sentido é possível entender que a Igrejinha de São João possui uma memória histórica que está relacionada com o passado e com o presente.

1.3 Expansão e desenvolvimento econômico: A chegada da ferrovia

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, durante o primeiro recenseamento geral realizado no Brasil, o país ainda era governado por um regime imperial. Nessa época, a população brasileira era inferior a dez milhões de habitantes, e a cidade do Rio de Janeiro ainda ocupava o papel de capital. Naquele período, São Paulo não era considerada a maior cidade do país, e os estados de Minas Gerais e Bahia possuíam como cidades mais populosas.³³ Devido a sua grande extensão territorial, Caratinga teve um crescimento demográfico significativo. Nos anos de 1907 a 1931 esteve entre as cidades mais populosas do país, sendo a melhor posição do município destacando como a nona maior cidade, posto que ocupou no período de 1916 a 1925.

A atividade mineradora foi um dos principais impulsionadores do desenvolvimento da rede urbana no estado de Minas Gerais, confiante para a integração de vastas áreas do território brasileiro. Até a década de 1930, Minas Gerais ostentava o maior número de municípios entre os vinte maiores estados do país, até ser ultrapassado pelo estado de São Paulo.

Nesse período, os maiores municípios situavam-se no interior dos estados brasileiros, caracterizados por extensas áreas territoriais e uma população predominantemente rural. Essas localidades abrigavam pequenos centros urbanos onde se localizavam como sedes municipais. Essas ocorreram ao longo de quase cento e cinquenta anos e podem ser visualizadas no gráfico elaborado a partir de dados provenientes de doze Censos Demográficos, sendo oito deles controlados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além das Estimativas de População.

³³ RENAUX, Pedro. **Gráfico mostra os 20 municípios mais populosos desde o primeiro Censo** (de 1872 a 2019). Agência de notícias IBGE. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25467-grafico-mostra-os-20-municipios-mais-populosos-desde-o-primeiro-censo>. Acesso em: 15 Fev. 2022.

Fundada em 1897, Belo Horizonte começou a ganhar destaque a partir de 1920, alcançando o status de terceira maior cidade do Brasil na década de 1960. Por sua vez, Caratinga figurou entre as vinte cidades mais populosas do país durante um período de vinte e quatro anos. Em 1907, a cidade ocupava a 19ª posição, ultrapassando Ribeirão Preto/SP. Na lista das 20 maiores cidades, em ordem da 1ª para a 20ª colocação, estavam: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Salvador/BA, Recife/PE, Belém/PA, Campos dos Goytacazes/RJ, Porto Alegre/RS, Juiz de Fora/MG, Santo Amaro/BA, Campinas/SP, Barbacena/MG, Serro/MG, Minas Novas/MG, Manaus/AM, Santos/SP, Feira de Santana/BA, Nazaré da Mata/PE, Teófilo Otoni/MG, Caratinga/MG e Ribeirão Preto/SP.

Em 1926 foi ultrapassada por Campinas/SP, caindo para a 11ª posição e no último ano no top 20 das cidades mais populosas, em 1931, Caratinga ocupou a 18ª posição. Isso demonstra que o desenvolvimento de Caratinga estava bem à frente de muitas cidades brasileiras o que influenciou de maneira positiva, porém, esse crescimento ocorreu de forma desordenada. A migração campo-cidade, conhecida como êxodo rural, trouxe grande competitividade em várias áreas e com isso, a cidade gerou ao longo dos anos graves problemas urbanos. No ano de 1894 conforme registros no jornal *O Combate*³⁴, (anexo 3) de 16 de dezembro de 1894, já havia rumores para tentar trazer a estrada de ferro para o desenvolvimento da cidade.

Segundo jornal *O Município* (1927)³⁵, anexo 5, já se encontrava em estudos a construção do trecho da Estrada de Ferro Leopoldina, de Raul Soares a Caratinga e a cidade, receberam a visita dos engenheiros Dr. Rodolpho Darigo, chefe de serviço de construção do ramal da Leopoldina Railway e Dr. Antonio Monteiro de Castro, engenheiro do Estado de Minas Gerais e fiscal de construção.

No Brasil, a história das ferrovias começou em 30 de abril de 1854, quando Pedro II inaugurou a primeira linha no Rio de Janeiro, a Ferrovia Petrópolis, ligava o Porto Mauá a Frágoso, conectado com um trajeto total de 14 quilômetros de extensão. Mas, a estrada que atravessa a Serra do Mar só chega a Petrópolis em 1886.

Em São João Del Rei (MG), o Museu Ferroviário tem a nobre missão de preservar a história da antiga ferrovia Oeste de Minas, que foi estabelecida em 1872. Pedro II (posteriormente renomeada no Brasil), e mais tarde, estendeu-se até São João Del Rei através de uma nova concessão. A ferrovia Oeste de Minas expandiu-se para outras cidades e, juntamente com os ramais ferroviários, alcançou uma impressionante extensão de seiscentos e

³⁴ Jornal O Combate, 1934.

³⁵ Jornal O Município, 1927.

oitenta e quatro milhas em 1894, sendo considerada a primeira ferrovia brasileira de pequeno porte.

Implantar estradas de ferro no Brasil foi um desafio repleto de dificuldades. O governo optou por um sistema de concessões como característica da política de infraestrutura durante o período imperial, com o objetivo de atrair investidores. No final do século XIX e início do XX, recursos, especialmente de investidores britânicos séculos, apoiaram a construção de linhas férreas.

Essa expansão não apenas incentivou a entrada de capital estrangeiro no país, mas também visava fortalecer a economia estrangeira. As primeiras linhas de serviço conectavam os centros de agricultura e de mineração diretamente aos portos ou superavam obstáculos à navegação fluvial. Vários planos de viação foram elaborados com o objetivo de integrar a malha herdada e ordenar a implantação de novos trechos. No entanto, nenhum deles obteve sucesso devido à política de concessões estabelecidas pelo governo brasileiro.³⁶

A Ferrovia Leopoldina Railway foi inaugurada em 1874 e foi a primeira ferrovia do estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. Expandiu-se no Estado do Rio de Janeiro e atingiu Vitória no Estado do Espírito Santo. Ela chegou a Caratinga em 1930, após cinquenta e seis anos de sua existência e marcou época na história da cidade além do transporte de passageiros, serviu de escoadouro para a produção agrícola do município.

A construção da ferrovia impulsionou o crescimento da cidade, ocorreu na abertura de novas ruas e envolveu as áreas próximas ao Barro Branco em um próspero centro comercial. Apenas dois anos após a inauguração da ferrovia, já era evidente o progresso e as transformações ocorridas em Caratinga, levando-a a receber o honroso título de "Princesa da Mata".

Com uma extensa área livre e plana, abrangendo aproximadamente dezesseis mil metros quadrados, a cidade viu facilitada a conectividade com outras regiões, o que se revelou essencial para o seu desenvolvimento. Nos cinquenta anos seguintes, houve a necessidade de estabelecer o escritório do Instituto Brasileiro do Café em Caratinga, o que marcou o início de sua ascensão como polo da cafeicultura.

³⁶ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História das ferrovias no Brasil**. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/609>. Acesso em: 19 Dez. 2021.

Entretanto, o transporte ainda era um desafio a ser superado pela cidade. Somente no final da década de 1930, essa questão foi resolvida com a extensão do ramal ferroviário de Raul Soares até Caratinga, ligando-a à Estrada de Ferro Leopoldina.

O mérito pela implantação do ramal deve-se à luta incansável do Dr. Agenor Ludgero Alves, que, de forma espontânea, obteve a assinatura do contrato entre a Estrada de Ferro Leopoldina e o Estado de Minas Gerais junto ao então Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, no ano de 1927. Essa conquista marcou um novo capítulo na história de Caratinga, impulsionando seu crescimento e importância regional.

Trinta e seis anos após publicação do jornal *O Combate*, o jornal *O Município* já publicava a inauguração da primeira locomotiva na cidade de Caratinga.

Em pesquisa no site Estações Ferroviária, nos trouxe informações do trecho da estrada de ferro Leopoldina.

O trecho da Estrada de Ferro Leopoldina que chegou a Caratinga, na verdade, era uma junção de várias linhas isoladas na região. O trecho de Entre Rios (Três Rios) e Silveira Lobo foi aberto em 1903 e 1904; o seguinte, até a estação de Guarani, ficou pronto em 1883 e havia sido construído e operado pela Cia. União Mineira, até a entrega à Leopoldina, em 1884; o trecho entre esse ponto e Ligação ficou pronto em 1886 enquanto, daí para a frente, até Ponte Nova, foi entregue entre os anos de 1879 e 1886. Entre 1912 e 1926, entregou-se a linha até Matipó (Raul Soares) e, finalmente, em 1931, a linha chegou a Caratinga, de onde não avançou. Havia um trem diário de Barão de Mauá, no centro do Rio de Janeiro, para Caratinga, via Petrópolis, desde que a linha completa foi entregue, em 1931. Sem trens de passageiros desde os anos 80 do século XX (em 1980 ainda existiam trens mistos fazendo o serviço de passageiros entre Ubá e Caratinga, vindo de Recreio, na antiga linha-tronco da EFL), a linha foi erradicada em 1994 nos trechos Três Rios-Ligação e Ponte Nova-Caratinga. (GIESBRECHT, 2018, s/p)³⁷.

A chegada da ferrovia em Caratinga, foi um marco no desenvolvimento da economia que mudou a paisagem da cidade, fazendo os moradores comemorar esse progresso, que Segundo o Jornal *O Município*, de 07 de setembro de 1930, anexo 6:

(...) a primeira locomotiva da Leopoldina Railway chegou à cidade de Caratinga. Impossível descrever o entusiasmo (...) as 15 horas, aproximadamente, um silvo forte se fez ouvir, repercutindo de quebrada em quebrada e indo acordar nas anfractuosidades das serranias que circundam a nossa cidade, as energias da nossa gente, até então adormecidas, como um toque de rebate, concitando-as à luta pelo progresso e desenvolvimento da nossa terra. Logo em uma curva da estrada, resfolegando, possante, toda engalanada, surgiu a locomotiva, mostrando-se orgulhosa à multidão que a contemplava presa, de júbilo indescritível. Aclamações sem conta partiam de todas as bocas, enquanto centenas de foguetes subiam aos ares. (O MUNICÍPIO, 1930, p. 4)³⁸.

³⁷ GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **E. F. Leopoldina (1886-1975)**. In: Estações ferroviárias do Brasil. 2018. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/ligacao.htm. Acesso em: 15 Fev. 2022.

³⁸ Jornal O Município, 1930, p. 4.

Os caratinguenses viam a chegada da ferrovia como progresso e desenvolvimento, facilitando o transporte de chegada e saída de produtos e o comércio na região e com isso, diminuindo a distância com o mercado, proporcionou o desenvolvimento e a partir daí a população via um crescimento econômico. Segundo o Dossiê de Tombamento³⁹, completava-se o instrumental para alavancar de vez o progresso da cidade. A produção agrícola e pecuária crescia e gerava empregos e bem-estar social. A ferrovia foi responsável pelo incentivo e crescimento da cultura cafeeira em nosso município, pois agora era possível o escoamento de milhares de sacas produzidas em nosso solo.

Em torno da Estação de Caratinga, formou-se um grande centro comercial, que iniciava na Praça das Magnólias, seguindo a Avenida Olegário Maciel, Praça Calógeras e Rua Marechal Deodoro. Em 1932, abriu a Rua Nova hoje denominada Rua Coronel Antônio da Silva, que, foi durante anos, a principal via de comércio da cidade⁴⁰. Toda essa abertura de ruas para facilitar a chegada e saída de passageiros mudou a paisagem urbana. O partir e esperar de pessoas chegarem de viagem movimentou a cidade, além dos curiosos que saíam da zona rural para conhecer a locomotiva. Sendo a cidade feita por pessoas, são elas que dão sentido ao lugar, dessa forma, percebe-se o quanto essa movimentação em função da ferrovia foi trazendo além do fortalecimento da economia, sentido à cidade. O transporte ferroviário na cidade, além de facilitar o transporte de cargas, levava também pessoas para tratamentos de saúde em outras cidades como Juiz de Fora, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, que à época Caratinga carecia de bons tratamentos. Muitos usavam o transporte à passeio e muitos até por curiosidade, o que pode ser verificado na narrativa de Jaider Cevidanes:

(...) Tive uma viagem inesquecível em 1950. Houve um congresso estudantil de âmbito estadual que ocorreu no Colégio Estadual, que a época se chamava Ginásio Mineiro em Belo Horizonte, no Barro Preto, Av Augusto de Lima. Do nosso Grêmio Literário, fomos escolhidos para representar Caratinga, Zivaldo, Rubens de Assis e eu (...). Não preciso dizer que um dos pontos altos foi a viagem em si. Para tomarmos o trem no dia marcado, ficamos surpresos com a quantidade de gente para fazer o BOTA FORA...Apareceram os nossos colegas de então...Rubens Paulo, Ramon, Helio Autora, Onofre Braga. A viagem começou aos gritos do tradicional IPIUPI Urra! Muito, muito legal...passamos pelas Estações de Dom Modesto, Dom Lara, Taquarassu, Bom Jesus do Galho, Rio Casca, onde entrou mais uma Congressista. Chegamos em Ponte Nova a noitinha, pois saímos por volta do meio dia, pernitoamos e lá já soubemos das presenças de colegas de Ubá', Visconde do Rio Branco e Viçosa, com quem nos congressamos. No dia seguinte fomos recebendo mais colegas, dois impagáveis de Ouro Preto outro de Mariana e esqueci-me de dizer que em Ponte Nova estava também o Antonino Grandão de Raul Soares. O congresso durou uma semana sempre com Caratinga em evidência principalmente através do Zivaldo cuja capacidade de relacionamento já era 'aquela altura invulgar, chamava para si a responsabilidade de tudo. Foi um acontecimento marcante e à volta, agora mais

³⁹ Dossiê do Tombamento, 2002.

⁴⁰ Id, 2002.

calmos, podemos sentir mais os efeitos meio desagradáveis das fagulhas em meio a fumaça que se engrossavam a cada subida de serra. (CEVIDANES, 2021)⁴¹

No fim da década de 70 com o aumento das estradas de rodagem, várias ferrovias nos países foram desativadas, e em Caratinga não foi diferente. Em 1978 a ferrovia foi desativada, ficando apenas o imóvel onde a sediou. Com toda essa história criada pela ferrovia na cidade em 1998 o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga, órgão instituído para auxiliar o poder público na preservação do patrimônio cultural, reconheceu seu valor histórico e arquitetônico e deliberou sobre o tombamento da edificação, símbolo do desenvolvimento econômico da cidade, que marcou uma época. O tombamento foi realizado por meio do decreto Executivo nº 010/1998 e em 2002 foi inscrito no Livro de Tombos de bens móveis do município e foi elaborado o dossiê de tombamento. Para melhor compreender essa ação do poder público municipal é necessário que seja discutido o conceito de tombamento.

Como Tombamento conceitua-se “Instrumento jurídico para a proteção dos bens culturais de natureza material⁴²”. No caso da Estação ferroviária, trata-se de um bem cultural de natureza material e pode ser tombado por seu valor histórico e arquitetônico. A estação ferroviária possui os dois valores, tanto histórico quanto arquitetônico. Nesse sentido, as características arquitetônicas do imóvel são de uma edificação que define seu espaço de forma retangular, seu estilo lembra as estações ferroviárias brasileiras do interior. A construção possui um pavimento, fica situada quase no centro da Praça Coronel Rafael Silva Araújo. Sua cobertura é em duas águas, com telhas francesas. Suas janelas são em madeira e vidro, com externo as portas em folhas maciças de madeira. As paredes são em tijolos, piso em cerâmica, forro de tábua pinus. A plataforma possui cobertura com estrutura de madeira em forma de tesoura e coberta de telhas francesas. A barra do prédio é revestida em pedra⁴³. Ainda segundo o Dossiê de Tombamento, a edificação implanta-se em uma praça, sendo circundada por ruas, ao lado da plataforma encontra-se o complexo do Serviço Social da Indústria SESIMINAS, que de certo modo oculta o prédio da estação, sendo essa uma questão a ser discutida no próximo subtítulo desse primeiro capítulo, como o entorno de um patrimônio cultural pode interferir em sua ambiência e paisagem.

⁴¹ Jaider Cevidan, 2021-2022.

⁴² MACHADO, Marília Rangel. **O tombamento e o inventário como formas de acautelamento**. In: Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo, Jorge Abdo Askar (orgs.). Belo Horizonte, IEDS, 2009, pp. 49-55. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/manual_agentes.pdf. Acesso em: 15 Set. 2022.

⁴³ Dossiê de Tombamento, 2002.

1.4 A interferência do crescimento da cidade com o patrimônio cultural

Caratinga possui uma densidade de edifícios que ocupam em sua maioria, testadas próximas umas das outras voltadas para os logradouros e os fundos para o rio Caratinga ou para o córrego São João que são os principais afluentes que cortam a cidade. Esses modelos construtivos com influência colonial, são comuns nas cidades brasileiras. A cidade começou a se expandir pelos bairros que tiveram sua origem a partir da divisão das terras que compunham as fazendas e suas estradas. O crescimento urbano trouxe mais oportunidades, fazendo com que a população crescesse e, com o centro das áreas mais planas já habitadas, a ocupação passou a ser em terrenos mais íngremes. A cidade, então, passou a ter sua expansão horizontal no início do século XX.

A preservação de edificações culturais é fundamental para a permanência do sentimento de pertencimento da comunidade. Caratinga possui edifícios coloniais, ecléticos, modernistas, porém em um número significativo encontramos os *Art Dèco*, presente em edificações do poder público, particulares, comércio e prestação de serviços que estão se desfazendo devido a especulação imobiliária e por falta de uma legislação eficaz⁴⁴. É certo que a cidade está em constante transformação e movimento, é nela que vivemos e depositamos todos nossos sentimentos cotidianos, portanto, não deve ser esquecido aquelas edificações que marcaram uma época.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, esta tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só cultuava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é, invariavelmente, a necessidade de preservar a “memória urbana”. (ABREU, 1998, p. 77)⁴⁵

Dessa forma, compreende-se que as modificações são inevitáveis e fazem parte de qualquer processo de desenvolvimento das cidades, contudo há que preservar a cultura local, expressas nas construções e nos modos de vida. Por isso não se pode esquecer daquelas

⁴⁴ CORREIA, Telma de Barros. **O art déco na arquitetura brasileira**. Revista UFG, Goiânia, v. 12, n. 8, 2017, pp. 14-18. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/694/o/08_Oartdeconaarquiteturabrasileira.pdf. Acesso em: 26 Set. 2022.

⁴⁵ ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

edificações que marcaram uma época e que ao longo do tempo se tornaram históricas, devido às narrativas que a compõem. Ainda nessa direção Abreu (1998) compreende que

O crescimento populacional acelerado e a ausência de planejamento das cidades brasileiras pressionam consideravelmente o ambiente urbano como um todo e, em particular, os imóveis que demandam proteção a edificação e conservação da paisagem no seu entorno. O patrimônio cultural tangível, definido pelo rol de bens culturais físicos, é testemunha de épocas, técnicas e modos de vida passados e legítima a construção identitária das comunidades que o detém. Esses artefatos físicos refletem atributos intangíveis e são dignos de preservação para o futuro porque fornecem a base concreta para a sedimentação de ideias e valores de cada sociedade. (ABREU, 1998, p. 77)⁴⁶

O crescimento populacional é inevitável e necessário, porém, deve haver parâmetros urbanísticos para que esse crescimento não comprometa a visibilidade ou não apague de nossa história nossos bens patrimoniais. No caso da Igrejinha de São João e da Estação Ferroviária, ambos objetos de estudo nesta pesquisa, percebe-se que houve um grande crescimento e desenvolvimento em seu entorno e no percurso que une os dois bens culturais, porém, muitas construções foram realizadas de forma que interferiu na visibilidade do patrimônio tombado.

LOCAL DA FOTO Antiga Estação Ferroviária De Caratinga	AUTOR DA FOTOGRAFIA Ítalo Guedes	Figura 7
DATA Janeiro / 2023	ACERVO Pessoal	

⁴⁶ Apud. NIJKAMP; RIGANTI, 2008

Figura 7 - A imagem tirada por satélite mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Nessa perspectiva, a Recomendação de Paris⁴⁷ de obras Públicas ou Privadas de 1968, defende que:

É necessário harmonizar a preservação do patrimônio cultural com as transformações exigidas pelo desenvolvimento social e econômico, e que urge desenvolver os maiores esforços para responder a essas duas exigências em um espírito de ampla compreensão e com referência a um planejamento apropriado. (IPHAN, 1968, p. 2)⁴⁸

⁴⁷ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação Paris de obras públicas ou privadas**. In: 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, 1968, 11 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

⁴⁸ Id, 1968, p. 2.

Figura 8 - Prédio da Antiga Estação Ferroviária⁴⁹



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Figura 9 - Edificação implantada para suporte às atividades de exercício físico na Praça Coronel Rafael Silva Araújo (Antiga Praça da Estação)



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Dessa forma, pode-se observar que a Estação Ferroviária ficou com a visibilidade bem comprometida após a construção dessa edificação mesmo que de forma menos agressiva do que

⁴⁹ Prédio da Antiga Estação Ferroviária e dois pontos comerciais em seu terreno. Um deles, se tornou ponto fixo.

a Igreja de São João. A área onde o imóvel tombado encontra-se é ampla e ficava em uma situação de destaque e após a construção dessa nova edificação, a estação já não pode ser vista por todos os ângulos como era antes. Localizada em uma área de comércio intenso que se estabeleceu desde o funcionamento da linha férrea. Seu entorno é formado por ruas largas e com grande fluxo de pedestres. O grande espaço livre no entorno do prédio da antiga Estação Ferroviária chamou a atenção de comerciantes e favoreceu o uso desse espaço como ponto de comércio. Além dos vendedores ambulantes, dois trailers se fixaram no lote e permaneceram com seus pontos. Um dos pontos comerciais se expandiu de tal forma que foi construído em alvenaria bem próximo a parede do imóvel tombado como pode ser visto na figura 5. Além destes, outro comerciante criou uma estrutura em madeira ao lado oposta do terreno onde funciona uma pequena lanchonete. Ambos utilizam o entorno do prédio da Estação para dispor mesas para seus clientes, o que comprometeu ainda mais a visibilidade do imóvel tombado.

Nesse contexto, Fonseca (2009)⁵⁰ defende que

A preservação aliada à valorização cultural contribui para que a inserção, em novos sistemas, como o mercado de bens culturais e do turismo, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem o comprometido de sua continuidade histórica, contribuindo, ainda, para que essa inserção aconteça sem o comprometimento dos valores que distinguem esses bens e lhes dão sentido particular (FONSECA, 2009, p.72)

Assim, entende-se que o consenso entre o crescimento da cidade concomitante com os serviços economicamente presentes, é necessário considerar toda a cultura que essa cidade apresenta e que, para que seu desenvolvimento seja equilibrado conforme descrito na Recomendação de Paris é necessário que o município acompanhe ativamente todos os processos evolutivos. Dessa forma, entende-se que para haver um planejamento da cidade, é necessário que haja um trabalho multidisciplinar além do envolvimento da comunidade. Caso contrário, essa ocupação desordenada no entorno dos bens tombados pode ocorrer em uma perda da valorização da história da evolução local.

⁵⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abreu; Mário Chagas (orgs.). 2ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, pp. 59-79.

Figura 10 - Arquivo dossiê de tombamento 2002 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga e após a 2ª restauração



Fonte: Retirado do site Ipatrimonio <http://www.ipatrimonio.org/caratinga-igrejinha-de-sao-joao/#!/map=38329&loc=-23.555844155766383,-406.72311544418335,15>, 21/12/2021.

Já no caso da Igrejinha de São João, a pressão do mercado imobiliário fez com que a visibilidade para esse patrimônio ficasse comprometida devido à construção de um prédio de quatro andares em uma de suas ruas no entorno. Além desta, há diversas outras edificações obstruindo as fachadas. O perímetro de tombamento da Igreja, segundo informações disponíveis no Dossiê de Tombamento⁵¹, está definido pela edificação e por sua projeção no terreno, estendendo-se apenas pelo terreno onde ela se localiza, seu jardim, muros e alinhamento com o passeio público. Ainda assim, a construção desapareceu diante de edificações mais recentes. Além do mais, a Igreja se encontra abaixo do nível da rua dificultando ainda mais sua visibilidade mesmo quando o observador se encontra logo à frente do lote.

Com tudo isso pode ser considerado que existe uma grande negligência no cumprimento da lei nº Lei 3.039 de 2008 que trata do entorno, portanto, torna-se necessário o estudo de algumas legislações municipais para compreender melhor o estudo do entorno de bens protegidos.

O movimento para a proteção do patrimônio cultural no Brasil teve início em 1934 quando houve a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), sediada no Museu Histórico Nacional, sendo instituída pelo Decreto nº 24.735/34. À frente da Inspetoria do

⁵¹ Dossiê de Tombamento, 2002.

Patrimônio Cultural, esteve Gustavo Barroso (1888-1959). Esse órgão funcionou até 1937, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado. Em 1936 foi elaborado o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) redigido pelo escritor e pesquisador paulistano Mário de Andrade (1893-1945), a pedido de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas. O anteprojeto apresentava uma perspectiva ampla da noção de patrimônio, incluindo a produção da cultural popular, a promoção de ações educativas em museus e a participação da comunidade na preservação dos bens patrimoniais.

Em 1937, a Fundação do Sphan, criada pelo Decreto-Lei n.º 25/37⁵², assinado pelo presidente Getúlio Vargas, e, com ele, o tombamento, instrumento de proteção dos bens materiais vinculados às elites nacionais. Nesse sentido, o Decreto acabou se distanciando do anteprojeto de Mário de Andrade. Interessante notar que já em 1937 já se preocupavam com entorno, que pode ser compreendido no artigo 18 do Decreto Lei nº 25/37 no qual cita:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937)⁵³

Segundo Miranda, Araújo, Askar (2009):

O entorno do bem tombado é toda área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados. É proibida qualquer intervenção tanto no ponto de vista físico (distância, perspectiva, altura) quanto finalístico (harmonia, integração, ambiência) com o objetivo de impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. As intervenções no entorno de bens tombados (construções, instalação de engenhos de publicidade, antenas etc.) devem ser previamente aprovadas pelo órgão responsável pelo tombamento. (MIRANDA; ARAÚJO; ASKAR, 2009, p. 107)⁵⁴

Juridicamente é possível compreender que existem restrições para área de entorno da edificação tombada, no sentido de proteger a visibilidade do bem patrimonializado. Entretanto, o que se verifica é a dificuldade de garantir que essas restrições sejam respeitadas, seja por falta

⁵² BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 Jun. 2022.

⁵³ Id., 1937.

⁵⁴ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo (orgs.). **Perguntas e respostas sobre os principais aspectos da gestão municipal do patrimônio cultural**. Tombamento. In: *Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural*. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo, Jorge Abdo Askar (orgs.). Belo Horizonte, IEDS, 2009, pp. 100-115. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/manual_agentes.pdf. Acesso em: 20 Nov. 2022.

de comprometimento ou até mesmo por falta de fiscalização pelos órgãos competentes. Ou até por carência de uma equipe técnica específica nos setores de Patrimônio Cultural dos municípios.

Considerando que a Lei Federal que trata da proteção do entorno do patrimônio tombado ocorreu em 1937, sendo ela o decreto lei nº 25/1937 e a construção da primeira igreja de Caratinga se deu em 1870, dessa forma, nota-se que após sessenta e quatro anos da construção da primeira igreja é que foi criada a lei federal, já em Caratinga, a primeira lei municipal criada para proteção do patrimônio cultural e que trata do seu entorno, se deu somente em 1997, pela lei 2.420/1997 que posteriormente foi revogada pela Lei nº 3.039/2008⁵⁵, sendo a lei 2.420/97. A lei municipal foi criada cento e vinte e quatro anos após a construção da Igreja de São João e sessenta anos após a primeira lei federal aprovada no ano de 1937. Portanto, a Lei Municipal 3.039/2008 em seu artigo 28 cita:

As pessoas físicas ou jurídicas que promovam ações que caracterizem intervenção, sem a prévia autorização do órgão competente, em objeto ou aspecto, estrutura de edificação ou local especialmente protegido ou em seu entorno por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor cultural, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, incorrerão nas seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa simples ou diária;

III - suspensão, embargo ou demolição parcial ou total da obra ou das atividades;

IV - reparação de danos causados;

V - restritiva de direitos. (CARATINGA, 2008)⁵⁶

Dessa forma, pode-se entender que o crescimento da cidade sem parâmetros de construção e de uso e ocupação do solo, faz com que as edificações que se tornaram históricas devido a sua passagem pelo tempo, fiquem com sua visibilidade comprometida e muitas vezes o que foi construído em seu entorno fica mais em evidência que o patrimônio em questão.

Para ampliar a compreensão acerca do tema, o próximo capítulo foi dedicado à discussão sobre as legislações municipais que limitam e preocupam com o crescimento ordenado de uma cidade.

⁵⁵ CARATINGA. **Lei nº 3.039**, de 08 de abril de 2008. Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Caratinga, e dá outras providências. Câmara Municipal de Caratinga. Disponível em: https://www.cmcaratinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3039_2008?cdLocal=5&arquivo={E3B2FD45-3FBD-FEDD-D9CD-0AFDE6ADC1F8}.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2022.

⁵⁶Id., 2008.

CAPÍTULO 2: MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS PATRIMÔNIOS

2.1. Um estudo sobre as legislações municipais

O Estado de Minas Gerais, em sua constituição sancionada em 1989, determina que é de sua competência a proteção do patrimônio de interesse histórico ao Estado e garante o incentivo aos municípios acerca da preservação de seus bens. A partir de então os municípios do estado de Minas Gerais passaram a criar normas e legislações específicas para proteção do patrimônio cultural e nesse capítulo será apresentado como esses instrumentos são aplicados no controle da expansão urbana. Nesse sentido, foi elaborado pesquisa junto aos órgãos competentes do município de Caratinga para obtermos informações a respeito dessa legislação que serão apontadas. Para melhor compreendermos como se deu a criação das leis municipais, é importante que seja discutido como ocorreu essa discussão legislativa no país.

No Brasil, durante o período conhecido como Estado Novo que compreendeu entre os anos de 1937 a 1945, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que ocorreu em 1937 sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937. Neste período, podemos observar a reconstrução de um passado nacional com a finalidade de angariar prestígio de modernidade para a identidade da nação. As ações desse órgão, que posteriormente foi denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fizeram com que o tombamento fosse transformado em sinônimo de preservação. Esse instrumento, cujo principal efeito incide na conservação dos bens materiais e consolidou-se como a forma mais antiga de preservação na política brasileira de patrimônio.

Durante muitos anos, a proteção do patrimônio brasileiro concentrou-se nos bens que atendiam aos interesses das classes dominantes, sendo amplamente associados à denominação genérica de "de pedra e cal". Igrejas, edifícios e conjuntos urbanos, bem como a arte do barroco colonial, foram frequentemente tombados, enquanto manifestações e expressões culturais que não possuíam essa natureza material foram negligenciadas. Nesse contexto, prevaleceu a preservação das expressões culturais de certas classes e grupos sociais, especialmente aqueles de tradição europeia com herança luso-colonial, ocasionado no esquecimento de memórias presentes em locais como senzalas, quilombos, terreiros, as primeiras fábricas, cortiços e vilas operárias.⁵⁷

⁵⁷ TOLENTINO, Átila B. (org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** *Caderno temático de educação patrimonial.* João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, n. 2. 2012, pp 30-37.

Após a promulgação da Constituição de 1988, houve um amadurecimento no entendimento de que o patrimônio cultural brasileiro não deveria se restringir exclusivamente aos grandes monumentos, mas também englobar as manifestações culturais representativas de diferentes grupos. Esse avanço foi possível graças à inclusão do artigo 216 na Constituição, que trouxe uma nova perspectiva ao reconhecer a importância e confrontar a diversidade cultural do país.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988)⁵⁸

Assim, o recorte da CF acima potencializou a defesa da diversidade cultural brasileira, vindo a conciliar o ordenamento jurídico com a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural.

No município de Caratinga, a Lei nº 1.613/1987 - Código de Obras de Caratinga – MG foi criada em 06 de agosto de 1987 pelo prefeito à época Anselmo Bonifácio e ainda se encontra em vigor. Trata-se de um instrumento necessário ao controle da expansão urbana e visa regulamentar e orientar projetos, construções, reformas e ampliações e firma a responsabilidade da administração pública em expedir licenças e alvarás, fiscalizar as obras e emitir o habite-se para as edificações⁵⁹. E nela menciona sobre a importância e obrigatoriedade do órgão público quanto à aprovação e fiscalização das obras, porém, nada menciona sobre o patrimônio cultural.

No Artigo 7º deste Código de Obras, trata-se da responsabilidade fiscal da Prefeitura sob os serviços de construção, reconstrução, reforma e acréscimo de quaisquer edificações a

⁵⁸ BRASIL, 1988.

⁵⁹ CARATINGA, 1987.

fim de acompanhar sua compatibilidade com o projeto arquitetônico aprovado de acordo com as prescrições do Código de Obras⁶⁰. A lei nº 1.613/87 também cita diversas vezes a Lei de Uso e Ocupação do Solo como complementar a seu funcionamento.

Já a Lei nº 3.039/2008 – que estabelece normas de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caratinga, essa mesma lei é responsável pela criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga (COMPAC), suas competências e obrigações junto ao município. Dentre estas competências, está a necessidade do parecer prévio do COMPAC para a concessão de licença para a elaboração de novas construções, desde modificações até a construção de loteamentos, situadas no entorno de qualquer bem tombado que possa interferir na integridade estética, na ambiência ou visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente⁶¹. O COMPAC deve ser composto por oito membros, além de seus respectivos suplentes, e possuir representantes das Secretarias Municipais de Esporte e Cultura; Secretaria de Obras; Secretaria de Serviços Urbanos, Transporte e Meio Ambiente; Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Além destes, a lei também prevê a participação de representantes da sociedade civil composta por representante das instituições de ensino superior; do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); dos meios de comunicação; e das instituições culturais⁶².

Assim, a lei determina que o COMPAC deve promover e orientar políticas e ações que visam a valorização e preservação do patrimônio, além de mobilizar a população a respeito da salvaguarda desses bens, dentre outras atribuições⁶³. Em se tratando do tombamento, a Lei nº 3.039/2008 diz que “a natureza do objeto tombado e o motivo do tombamento determinarão as diretrizes de proteção” tratadas na lei. O COMPAC também é responsável, de acordo com a lei 3.039/2008 em seu artigo 6º, por elaborar as propostas de preservação e valorização dos bens culturais da cidade, além de emitir parecer prévio para expedição de licenças para afixação de anúncio, cartaz ou letreiro em imóvel tombado⁶⁴. Compete ainda ao Conselho emitir parecer prévio para: a concessão de licença para a realização de obra em imóvel situado em entorno de bem tombado ou protegido pelo Município e a modificação ou revogação de projeto urbanístico, inclusive de loteamento, que possa repercutir na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto

⁶⁰ CARATINGA, 1987.

⁶¹ CARATINGA, 2008.

⁶² Id, 2008.

⁶³ Id, 2008.

⁶⁴ Id, 2008.

panorâmico ou urbanístico circunjacente⁶⁵. O Conselho também deve analisar o Estudo de Impacto e Vizinhança (EIV), conforme consta no Estatuto da Cidade para garantir os aspectos em relação à proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural⁶⁶.

O Artigo 19 e em seu parágrafo único da Lei 3.039/2008, informa:

Art. 19. O processo de tombamento será instruído com os estudos necessários à apreciação do interesse cultural do bem e com as características motivadoras do tombamento e encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, para avaliação. Parágrafo Único - No processo de tombamento de bem imóvel, será delimitado o perímetro de proteção e o de entorno ou vizinhança, para fins de preservação de sua ambiência, harmonia e visibilidade. (CARATINGA, 2008)⁶⁷

Dessa forma, a Lei orienta que no processo de tombamento seja delimitado o perímetro do tombamento e o perímetro de entorno do patrimônio tombado, para que sua ambiência seja preservada sem comprometer a paisagem urbana. A Lei estabelece também infrações e penalidades administrativas para aqueles que agirem contra o disposto em seu texto e prevê a fiscalização periódica dos bens e de seus entornos pelo setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e pelo COMPAC sempre que julgarem necessário⁶⁸.

São prescritas ações para aqueles que realizarem intervenção sem autorização do órgão competente, “em objeto ou aspecto, edificação ou local especialmente protegido ou em seu entorno” tais como pintura, demolição, destruição, mutilação, alteração, abandono, restauração, bem como a execução de obras irregulares que descaracterizem o bem em questão⁶⁹. O artigo 35 da lei dá competência ao setor de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de promover o embargo da obra ou atividade que ponha em risco a integridade do bem tombado. Nesse sentido, pode-se observar que a gestão do patrimônio cultural está sob os cuidados do poder público com a colaboração da sociedade que se encontra representada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, porém, nem sempre o poder público possui em seu quadro de servidores uma equipe técnica multidisciplinar e especializada na preservação desse patrimônio, o que por muitas vezes alguma intervenção no próprio patrimônio ou em seu entorno passa despercebido por falta dessa equipe especializada.

Outra legislação importante para o planejamento de uma cidade e para a preservação do patrimônio cultural é o Plano Diretor. No caso de Caratinga, o primeiro foi elaborado em 1959 por meio da Lei nº 232/59 na então gestão do prefeito Euclides Etienne Arreguy, porém nesse

⁶⁵ CARATINGA, 2008.

⁶⁶ IdA, 2008.

⁶⁷ Id, 2008.

⁶⁸ Id, 2008.

⁶⁹ Id, 2008.

primeiro Plano Diretor nada se trata a respeito das diretrizes para preservação do patrimônio cultural. Somente em 2007 foi realizada a primeira revisão decenal do Plano Diretor por meio da Lei nº 3025/2007, e nele trata-se de algumas ações a favor da preservação do patrimônio cultural, conforme descrito abaixo:

Título 6 Art. 9º inciso VI que garante a qualificação estética da paisagem urbana. No capítulo 1 Art. 28 As expressões culturais e seus registros são patrimônio do Município e, como tais, devem ser salvaguardadas. Art. 29. São Patrimônio dos cidadãos do Município bens de natureza material e imaterial, desde que pertençam à história ou ao cotidiano da população ou parte dela. Art 32. O patrimônio edificado, identificado e cadastrado nas formas da lei deverá ser preservado individualmente ou em conjunto, através do tombamento em diversas gradações e pelos instrumentos de política urbana adequados. Art. 35. as paisagens notáveis ou peculiares fazem parte do patrimônio cultural e devem ser protegidas através dos instrumentos previstos para esse tipo de proteção. Art. 37. A imagem urbana da cidade deverá ser trabalhada no sentido de permitir a leitura de linhas de visada, conjuntos arquitetônicos e contato visual com elementos topográficos que rodeiam as áreas ocupadas. (CARATINGA, 2007)⁷⁰

Dessa forma, compreende-se que mesmo que insuficientes, existem parâmetros para a preservação do patrimônio cultural e de seu entorno, porém, nota-se que a exigência maior se encontra na Lei nº 3.039/2008 que informa que o perímetro de entorno será definido e deliberado pelo COMPAC junto com a equipe técnica do setor de patrimônio cultural da prefeitura no ato do processo de tombamento. Nesse sentido, é possível perceber que faltou nos dossiês de tombamento da Igrejinha de São João e da Estação ferroviária de Caratinga, diretrizes mais fortalecidas para a preservação do entorno dos bens aqui tratados nesta pesquisa, como será aprofundado no capítulo a seguir.

2.2 A origem do ICMS Patrimônio Cultural e sua adesão na cidade de Caratinga

Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), ao longo de sua trajetória, vem aumentando sua escuta aos coletivos culturais e comunidades locais, e seu envolvimento no reconhecimento do patrimônio cultural nacional. Entre suas principais iniciativas, o Instituto monitora e realiza a restauração de bens culturais, realiza ações de cooperação municipal por meio do ICMS Patrimônio Cultural e produz inventários, cadastros e arquivos patrimoniais, além de ações de preservação do patrimônio de Minas Gerais, e está vinculada ao Ministério da Cultura Nacional, dedicada ao campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Sendo assim, o Instituto possui uma interlocução com

⁷⁰ CARATINGA, 2007.

órgãos municipais e federais, tornando-se responsável pela pesquisa, salvaguarda, proteção e promoção de produtos culturais de natureza material e imaterial em Minas Gerais.

O ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes. O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. Por intermédio das Rodadas Regionais, o Iepha-MG oferece aos municípios orientações sobre as políticas de preservação, como a Deliberação Normativa do CONEP, que estrutura um sistema de análise e de pontuação da documentação apresentada pelo município participante do programa ICMS Patrimônio Cultural. (IEPHA, 2016)⁷¹

A Constituição Federal determina que 75% do ICMS dos Estados devem ser repassados aos municípios de acordo com o volume de arrecadação, e que 25% devem ser repassados conforme a regulamentação dada pela Lei Estadual. Em 28 de dezembro de 1995, já esfera estadual, foi a Lei que estabeleceu a redistribuição do ICMS através de novos critérios, que recentemente foi modificada, e hoje é amparada pela Lei 18.030/2009 criando mecanismos que favorecem ainda mais os municípios, aumentando assim a arrecadação nas categorias patrimônio cultural, ambiental, turístico e esporte.

Para que o município garanta o seu repasse financeiro referente ao ICMS cultural é necessário regulamentar as políticas de preservação cultural local. Essa política é norteadada por uma Deliberação Normativa do IEPHA, na qual os municípios usam como referência para execução dos trabalhos técnicos que resultam em pontuação do ICMS cultural.

De acordo com IEPHA (2016):

A gestão e a definição das políticas de proteção do patrimônio cultural são ações municipais inerentes aos gestores públicos. O resultado desta política mostra que mais de 80% dos municípios mineiros contam, hoje, com um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural atuante e, portanto, efetivam a gestão de seus bens culturais. (IEPHA, 2016)

Em Caratinga, o trabalho de ICMS começou no ano de 1997, quando foi criado a primeira Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, sendo ela Lei Municipal 2420/97 que em 2008 foi revogada e criada a Lei nº 3.039/2008. Dessa forma, o poder público de Caratinga criou, através do Decreto nº 058/97, o primeiro Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e em 1998 foi feito os primeiros tombamentos do município, sendo indicado pelo

⁷¹ IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Programa ICMS Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

Conselho de Patrimônio Cultural a Igrejinha de São João e a Estação Ferroviária, os referidos tombamentos foram realizados seguindo a Lei Robin Hood⁷², Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, sendo ela que introduziu novos critérios para a distribuição do ICMS. Essa lei foi alterada pela Lei 13.803, de dezembro de 2000, que passou a orientar a execução da política até janeiro de 2009, e, em 2009, pela Lei 18.030, que passou a regulamentar a distribuição da parcela do tributo estadual para o exercício de 2011.

No ano de 1998, o IEPHA ainda não havia criado nenhuma Deliberação Normativa para que os municípios seguissem como orientação, era exigida apenas o cumprimento da Lei Robin Hood. Com o passar dos anos ocorreram vários avanços na área técnica do Patrimônio Cultural e com isso surgiram novas exigências mais criteriosas para os tombamentos a nível municipal. Nesse sentido foi que no ano 2000 foi elaborado pelo IEPHA a primeira Deliberação Normativa, com isso percebe-se que os tombamentos realizados no município de Caratinga nos anos anteriores tiveram poucas exigências a serem cumpridas, principalmente quando se trata de entorno. Dessa forma torna-se possível compreender o porquê de as duas edificações trabalhadas nesta dissertação estarem com seu entorno bem comprometido, pressupõe-se que devido à falta de normativas pelo IEPHA, comprometeu o trabalho técnico na elaboração do tombamento. Isso também pode ser percebido ao recorrer aos dossiês de tombamento elaborados posteriormente ao ano 2000, quando o IEPHA criou sua primeira Deliberação Normativa. Em 2008 a Lei nº 2420/97 foi revogada e substituída pela Lei nº 3039/2008 que também versa sobre o inventário e processo de registro que reconhece e protege os bens de natureza imaterial para que estes possam ter “continuidade de expressões culturais referentes à memória, à identidade e à formação da sociedade do Município, para o conhecimento das gerações presentes e futuras” (CARATINGA, 2008). As primeiras ações realizadas no município em relação ao registro do patrimônio imaterial foram o Registro da Corporação Musical Santa Cecília e o Coral São João Batista, ambos são celebrações centenárias que mantêm viva uma tradição.

2.3 A delimitação do entorno nos processos de tombamento Igrejinha de São João e Estação Ferroviária de Caratinga

O termo "entorno" refere-se à área de abrangência próxima dos imóveis tombados, delimitada com o propósito de preservar a atmosfera e o contexto do bem protegido, além de

⁷² A Lei Robin Hood, 12.040, de 1995, foi alterada pela Lei 13.803, de dezembro de 2000, que teve aplicação até 2009. Esta foi substituída pela Lei 18.030, de janeiro de 2009, que ampliou os critérios para a repartição da arrecadação do ICMS: recursos hídricos; sede de estabelecimento penitenciários, esportes, turismo, ICMS solidário e mínimo per capita

evitar a preservação ou diminuição de sua visibilidade por novos elementos. Para determinar essa delimitação, são cuidadosamente considerados aspectos como a distância, perspectiva, altura e harmonia, garantindo assim uma proteção abrangente e adequada do patrimônio cultural.⁷³

“Entende-se por ambiência de conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Recomendação de Nairóbi 1976).

Segundo (Marcos Paulo de Souza Miranda) “É proibida qualquer intervenção tanto do ponto de vista físico (distância, perspectiva, altura) quanto finalístico (harmonia, integração, ambiência).

Ainda segundo Marcos Paulo “entorno é a definição geométrica do espaço de proteção visual ou urbanística do bem tombado com a finalidade de preservação desua visibilidade, fruição física e acessibilidade. As alterações a serem realizadas dentro desse perímetro devem ser harmonizadas cm essas diretrizes”.

Nesse sentido é possível compreender a importância da delimitação de um entorno ao realizar um processo de tombamento, porém é necessário que a obediência dessa delimitação seja respeitada após o ato administrativo de tombamento.

O conceito de entorno e as recomendações foram indicadas em várias cartas patrimoniais que segundo a Carta de Washington⁷⁴ “as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem, qualquer ameaça a esses valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica”.

Já a Carta de Atenas⁷⁵,

Recomenda-se respeitar, na construção dos edificios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Recomenda-se ainda a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história. (IPHAN, 1933)

⁷³ IPHAN, 2015.

⁷⁴ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Washington**. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS. Washington, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

⁷⁵ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas**. Congresso Internacional de arquitetura moderna - CIAM. Novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

Quando se trata de entorno, uma série de problemas e indagações surgem como: legislação defasada, omissões legislativas, carência de estudos técnicos para auxiliar na compreensão e definição e ausência de estudos jurídicos que auxiliem nesse aspecto interpretativo. O estudo técnico para um processo de tombamento e de uma definição do perímetro de entorno demanda tempo e necessita de uma equipe multidisciplinar dos órgãos responsáveis que por muitas vezes sobre a ameaça da especulação imobiliária intensa na cidade fazem com que a maioria dos processos de tombamento não contemplem a delimitação do entorno, embora a Deliberação Normativa estabelecida pelo Conselho do IEPHA de Minas Gerais, tem estabelecido critérios para realização dos processos de tombamento para efeito de pontuação resultando em repasse de recursos financeiros para os municípios do estado de Minas Gerais e dentre esses critérios está a definição desse perímetro de entorno. Porém, vale ressaltar que ao longo dos anos as Deliberações Normativas foram ficando mais rígidas e não foi possível informações sobre a deliberação normativa que estava vigente durante o processo de tombamento dos bens aqui pesquisados. Segundo a última Portaria IEPHA a ser publicada, Portaria nº 06, de 31 de março de 2021 que estabelece procedimentos técnicos e metodológicos acerca do envio de documentação para fins de pontuação no programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei 18.030/2009, no que tange à competência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG para o exercício 2023 e subsequentes, pág. 35-36:

A descrição do perímetro/poligonal (de tombamento e de entorno) deverá trazer, no mínimo, as seguintes informações: As coordenadas geográficas de cada um dos vértices da poligonal que delimita a área do perímetro de tombamento e do perímetro de entorno, obtida por meio de GPS de navegação ou Google Earth ou Google Maps; - Escala numérica ou escala gráfica. Destaca-se que a escala adotada deverá permitir a leitura e aferição, por meio do escalímetro, das dimensões da área ou bem a ser protegido; - A área do perímetro tombado em metros quadrados (m²) ou hectares (ha). Para conjuntos paisagísticos e para núcleos históricos, a área do perímetro tombado deve ser em hectares (ha). Caso disponível, será aceita a indicação da área através da Planta Cadastral do município com indicação clara de quadra, quarteirão e lote. (IEPHA, 2021, pp.35-36)⁷⁶

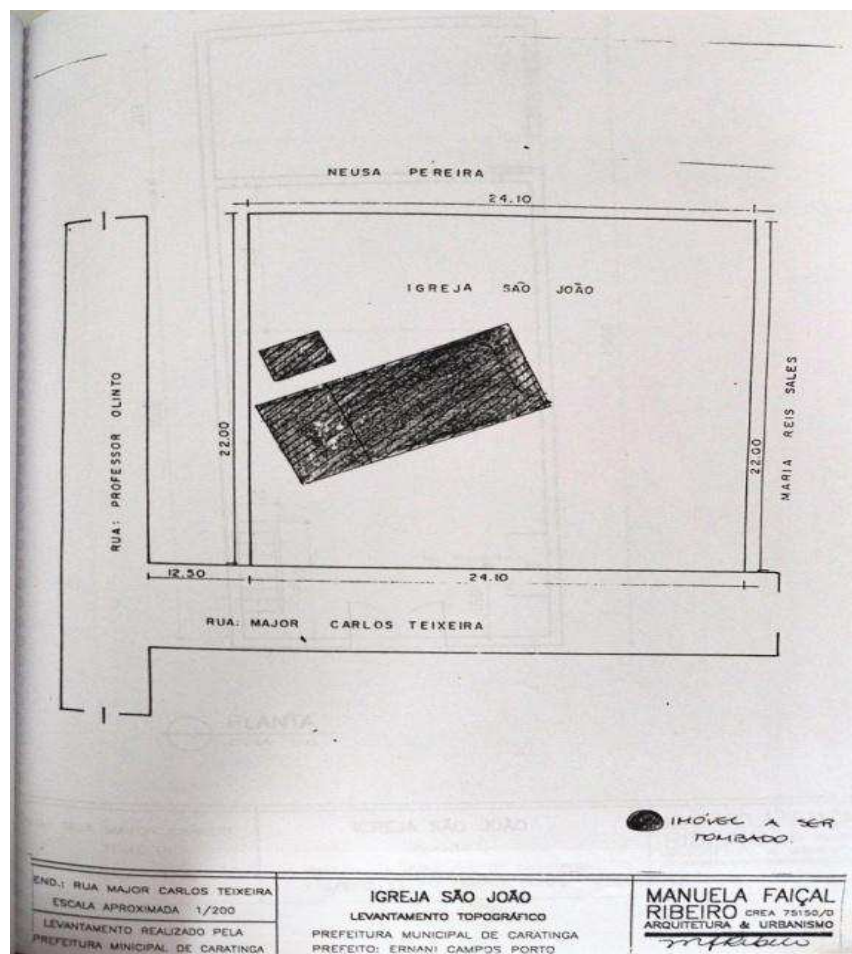
A competência para delimitação da área de entorno e para estabelecer critérios de proteção caso haja possíveis intervenções no patrimônio tombado bem como em sua área de

⁷⁶ IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais. **Portaria nº 06**, de 31 de março de 2021. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos acerca do envio de documentação para fins de pontuação no programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei 18.030/2009, no que tange à competência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG para o exercício 2023 e subsequentes. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/ICMS_Como_funciona/Portaria_IEPHA_06_2021_ICMS_Patrimoni_o_Cultural_site.pdf. Acesso em: 15 Jun. 2022.

entorno é do órgão gestor, nesse caso o poder público juntamente com o órgão fiscalizador e em Caratinga, trata-se do COMPAC.

Com base na documentação pesquisada no acervo da Prefeitura Municipal de Caratinga no departamento técnico de patrimônio cultural, buscando compreender como o entorno foi tratado nos processo de tombamento, foi possível diagnosticar que muito embora a delimitação do perímetro de entorno de um patrimônio tombado é determinada no processo de tombamento, organizado pela equipe técnica e discutida e aprovada pelo COMPAC nota-se que no dossiê de tombamento da Igrejinha de São João, a delimitação do tombamento se ateve apenas pela área tombada, não contemplando a delimitação do entorno. Nesse sentido a construção do prédio atrás da edificação tombada e que compromete a harmonia de sua paisagem, está em desacordo com a legislação, porém pode-se entender que por não constar no dossiê de tombamento a delimitação desse perímetro, compromete também os argumentos contra a construção já consolidada.

Figura 11 – Croqui da Igrejinha - arquivo dossiê de tombamento 2002 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Caratinga.

LOCAL DA FOTO Igrejinha de São João	AUTOR DA FOTOGRAFIA Ítalo Guedes
DATA Janeiro / 2023	ACERVO Pessoal

Figura 12 - A imagem capturada por satélite mostra a Igrejinha de São João



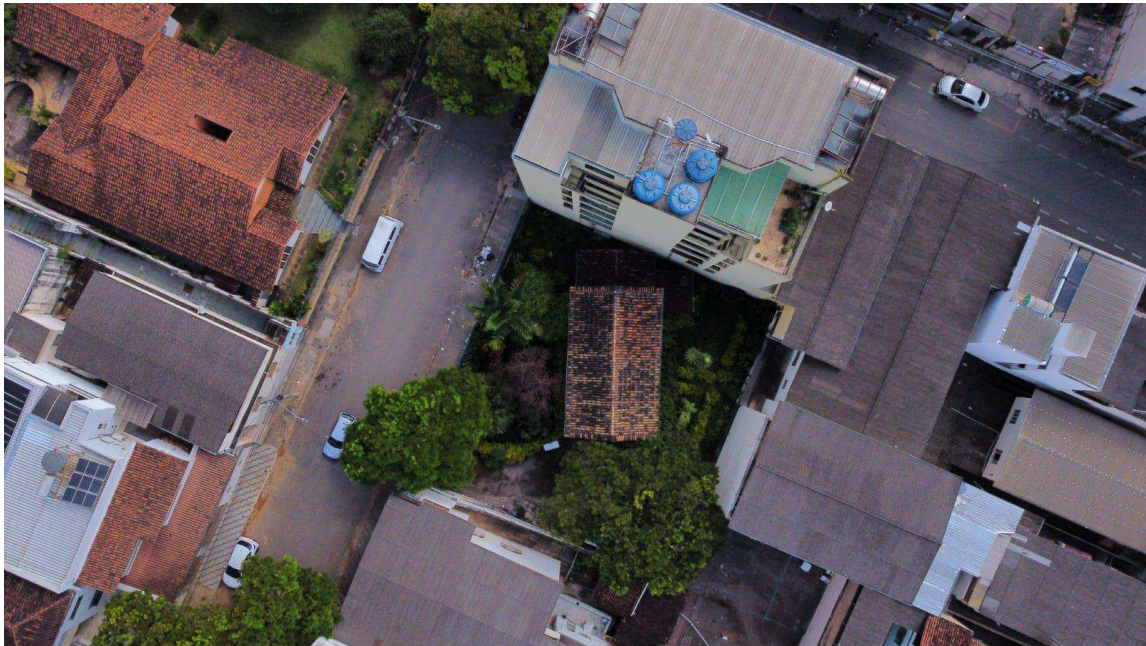
Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Figura 13 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João



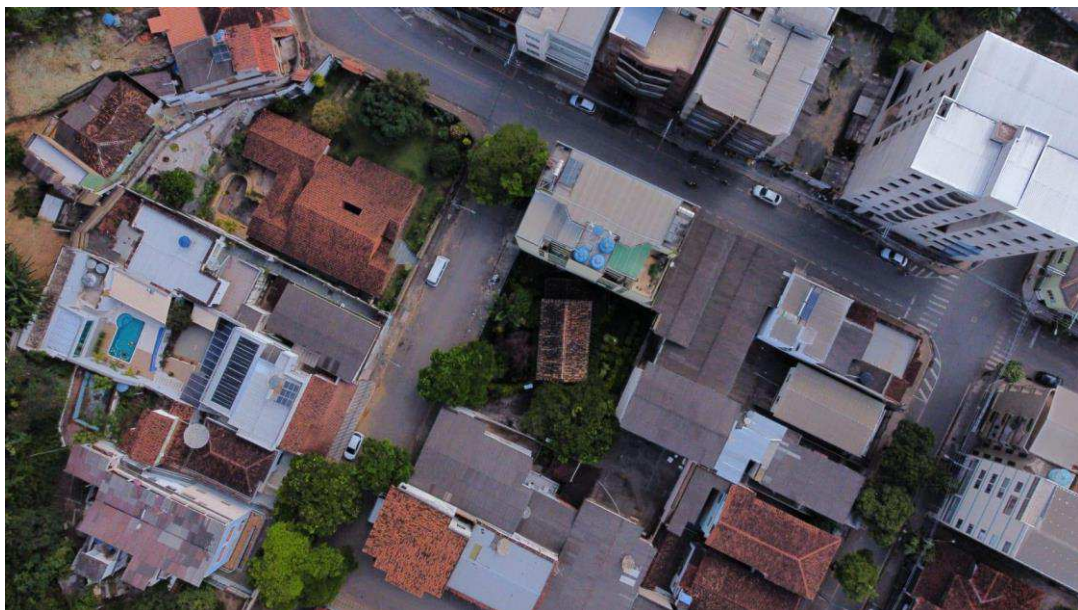
Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Figura 14 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Figura 15 - A imagem capturada por drone mostra a Igrejinha de São João



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

As imagens acima mostram como a Igrejinha de São João ficou “escondida” entre as construções em seu entorno, principalmente o prédio que se encontra na parte posterior. O que faz com que a capela não seja mais vista pela Rua Professor Olinto, além disso, dificultou a ventilação, o que pode ocasionar umidade ao imóvel tombado.

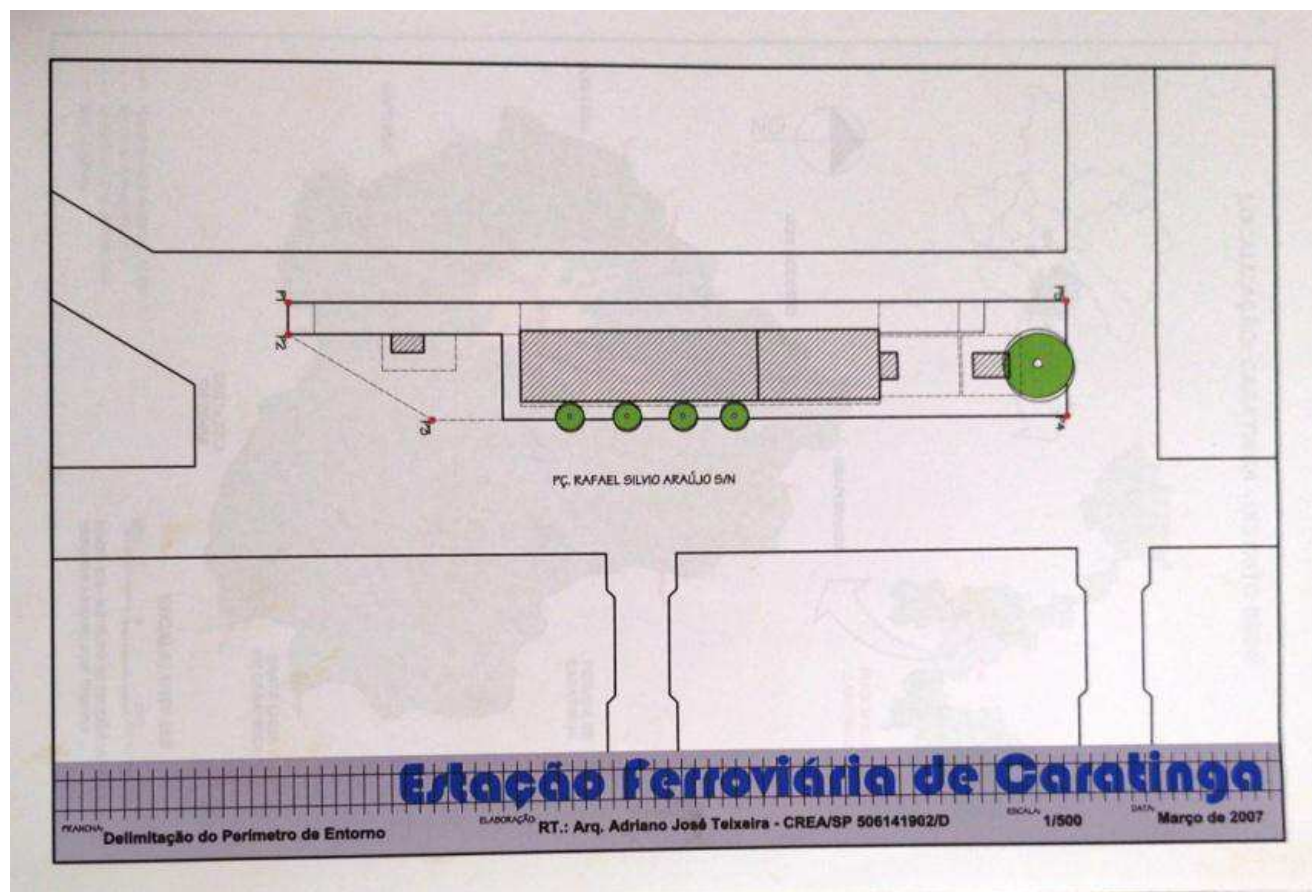
Já a Estação ferroviária de Caratinga seguiu a mesma linha, o tombamento da estação foi realizado em 1998, quando foi elaborado um dossiê sem muita exigência técnica, porém, a delimitação do entorno foi elaborada em 2007, como complementação deste dossiê. Embora tenha sido feito esse complemento incluindo a delimitação do entorno, ela se ateve apenas ao imóvel tombado e à sua calçada, não havendo uma delimitação que abrangesse uma área maior. A delimitação foi elaborada com as seguintes descrições:

O perímetro de entorno tem início em P1 (3,50m), segue em linha diagonal até topar com a projeção da edificação encontrando o P3 (18,00m), prossegue reto até o fim da praça deparando-se com o P4 (69,80), quebra a direita até alcançar o P5 (13,00m) e segue fechando o perímetro no ponto inicial P1 (85,10m)⁷⁷.

Dessa forma é possível apontar que o entorno é apenas a calçada do imóvel como pode ser visto na Figura 24:

⁷⁷ Complemento do Dossiê de Tombamento, 2007

Figura 16 - Imagem arquivo complemento do dossiê de tombamento 2007 do Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga



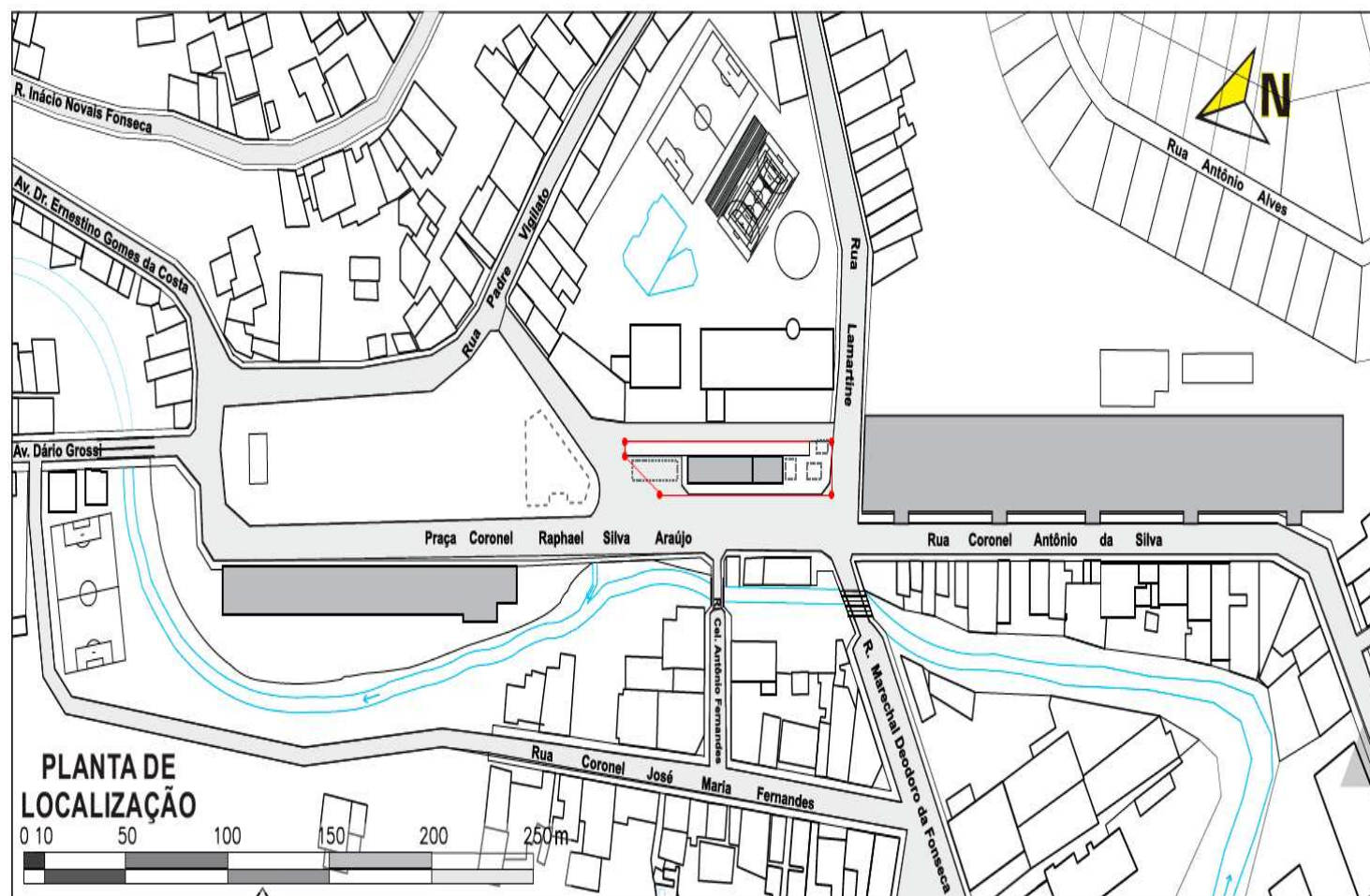
Fonte: Dep. Patrimônio Cultural de Caratinga.

Figura 17 - A imagem tirada por satélite mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Figura 18 - Entorno do bem tombado demarcado de vermelho



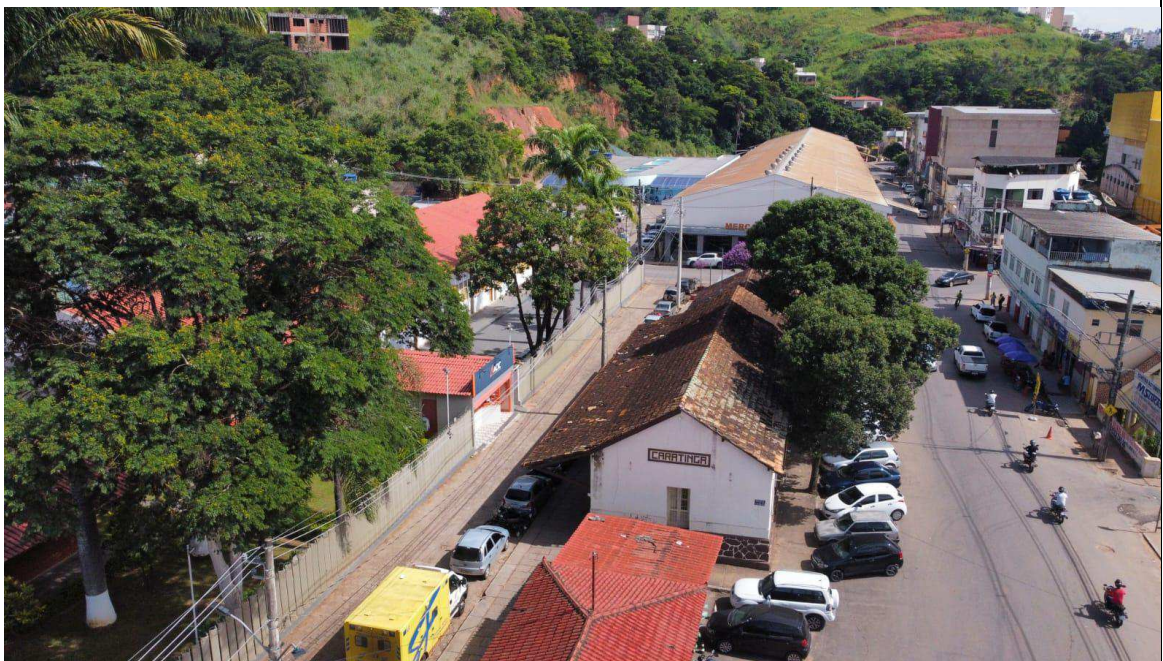
Fonte: Elaborado por Ana Kérem Lima

Figura 19 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

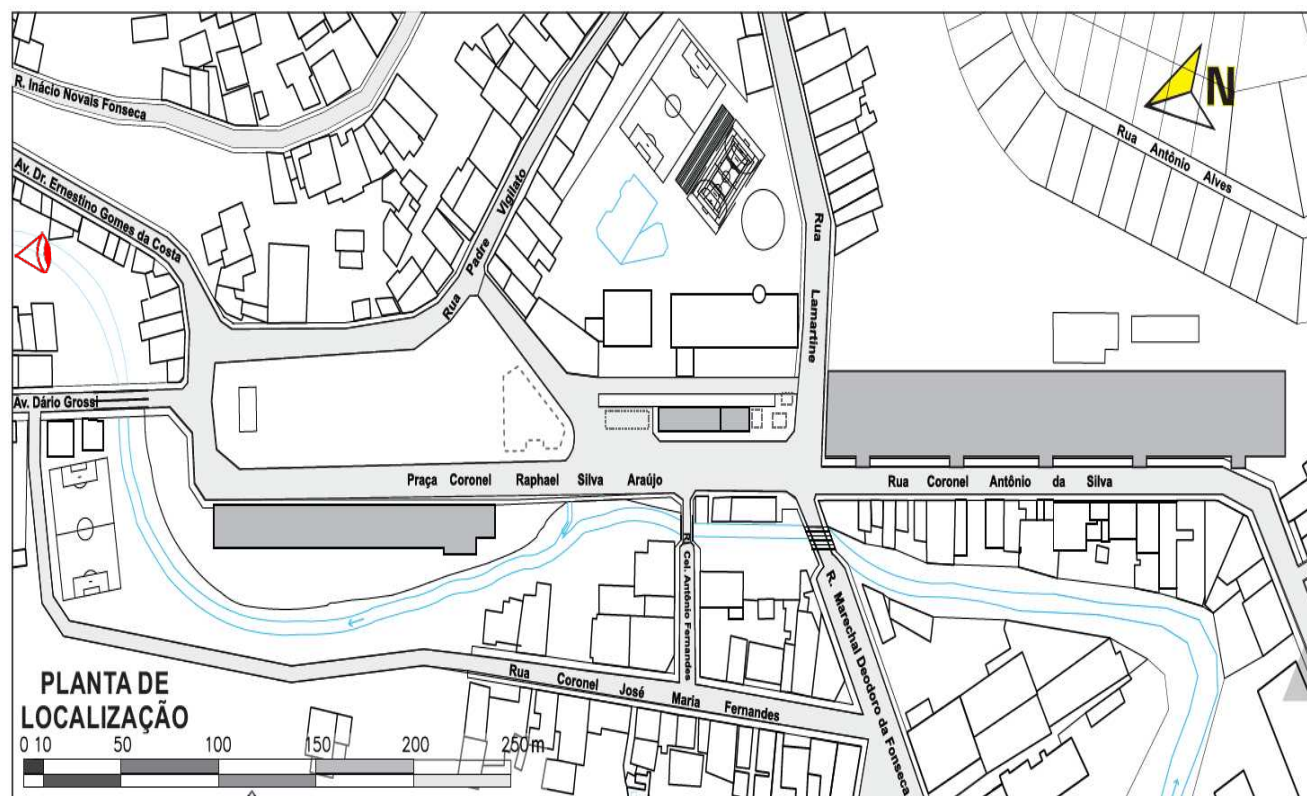
Figura 20 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Nas imagens acima mostra que a edificação da estação ferroviária não se encontra mais em um lugar de destaque, a construção do trailer impediu a visibilidade total da fachada. A estação só é vista por quem passa pelas ruas laterais.

Figura 21 - Planta de localização



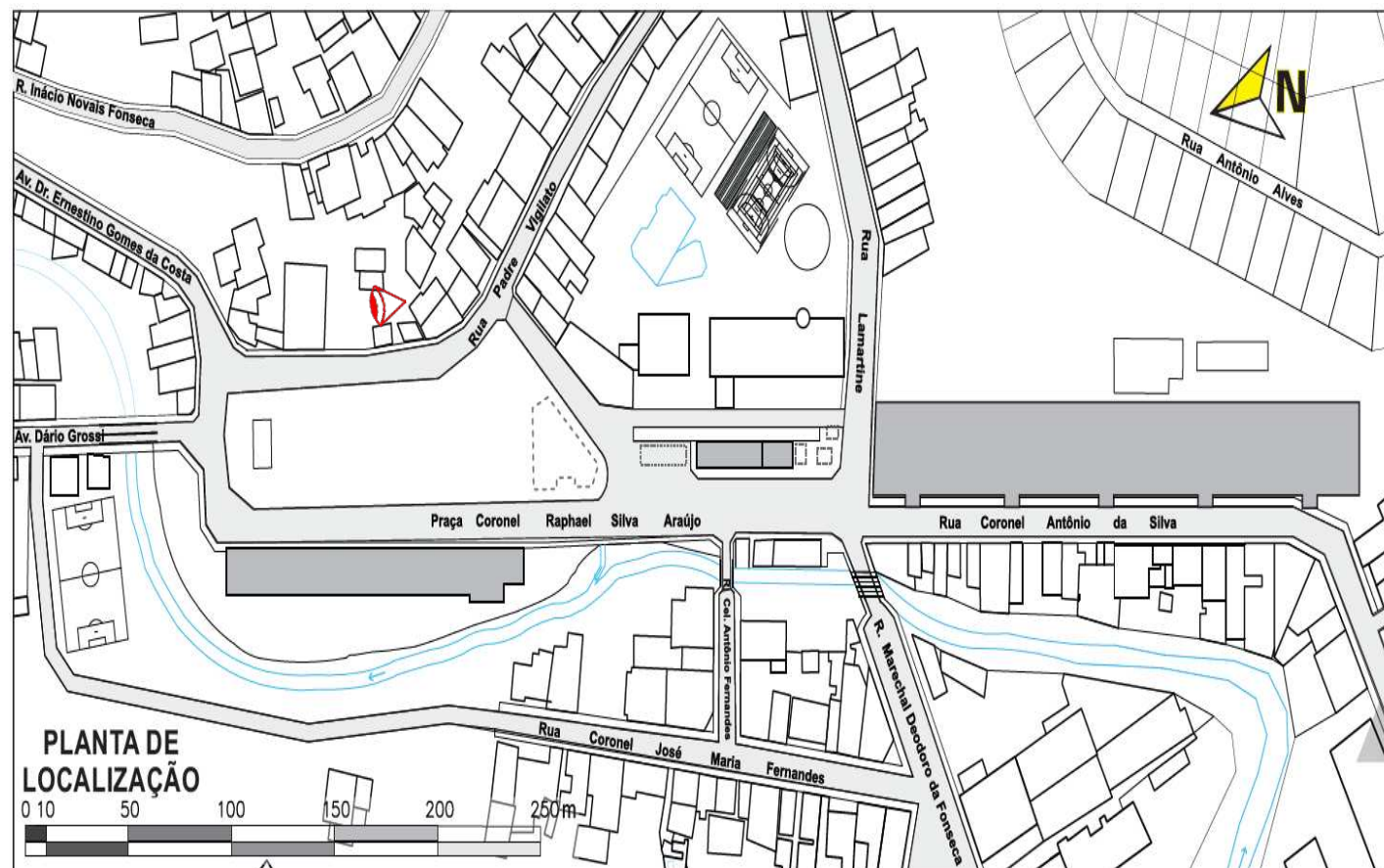
Fonte: Elaborado por Ana Kérem Lima

Figura 22 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor e incluída no Google Earth. 2023

Figura 23 - Planta de localização



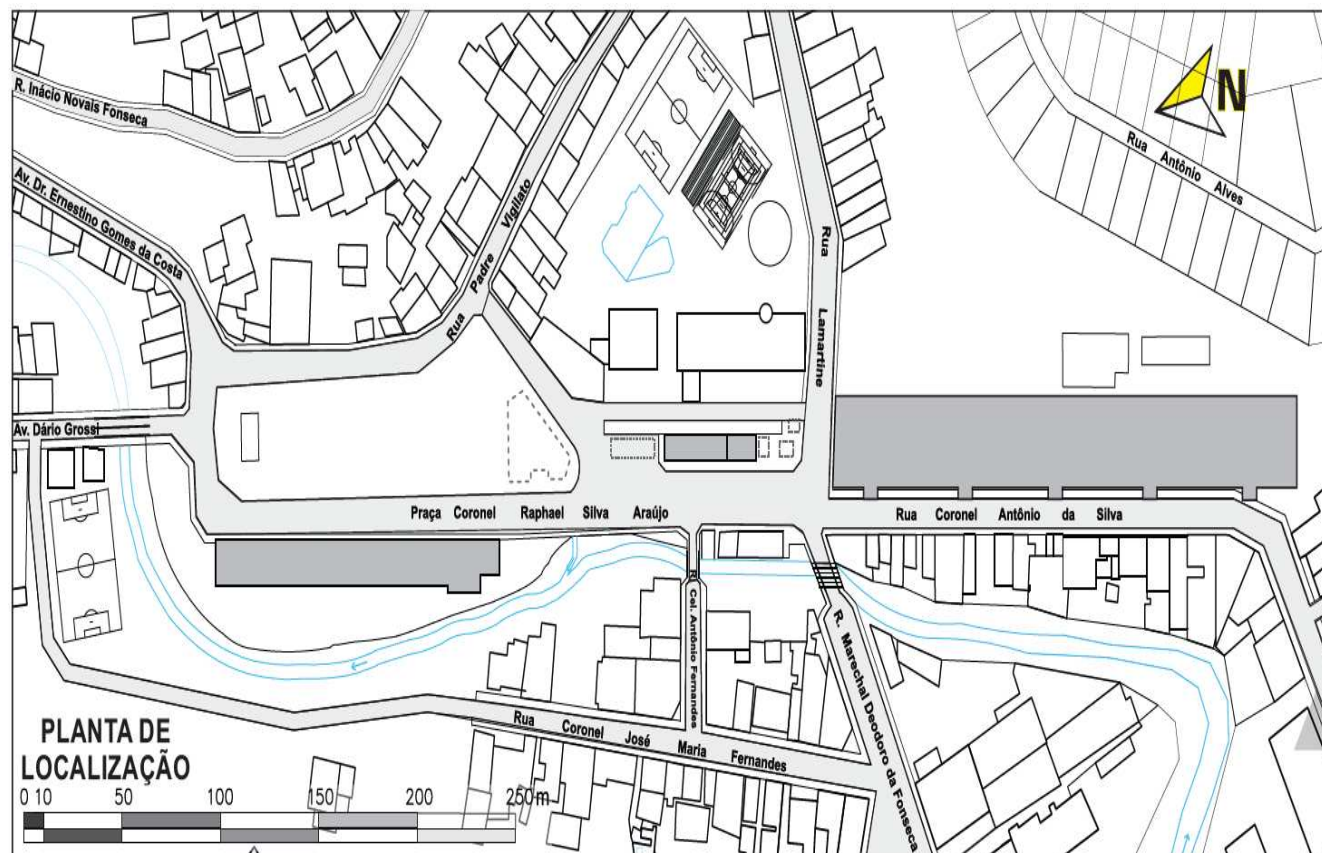
Fonte: Elaborado por Ana Kérem Lima

Figura 24 - A imagem tirada por drone mostra o Conjunto da Praça da Estação. Os três principais edifícios e suas respectivas escalas no desenho urbano



Fonte: Tirada pelo autor 2023

Figura 25 - Planta de localização



Fonte: Elaborado por Ana Kérem Lima

Já nessas imagens mostra o espaço da praça da estação toda cercada passando por uma reforma, que segundo a prefeitura, está sendo construída uma Praça. Bem ao fundo vê-se a edificação da estação.

Não foi encontrada nenhuma ata do COMPAC que deliberasse sobre a definição de entorno. Dessa forma, percebe-se então que houve falha na elaboração da parte técnica do processo de tombamento, pois não houve definição da delimitação. Segundo Ítalo Stephan, “a alta complexidade nas regras adotadas pelo IEPHA-MG demanda a atuação de profissionais especializados para a preservação do patrimônio cultural”⁷⁸.

Vale ressaltar a importância de haver uma equipe técnica especializada e capacitada para atuar no setor de patrimônio, bem como seu local de trabalho deve estar preparado e possuir infraestrutura necessária para a plena realização das atividades desenvolvidas. Tal equipe pode ser compartilhada entre os municípios. Não é possível deixar decisões e obras nas mãos de leigos. (STEPHAN, 2021, p. 125)⁷⁹.

Nesse sentido, compreende-se que o poder público se preocupou em elaborar o perímetro de entorno da Praça da Estação, porém, essa delimitação foi insuficiente para proteção de toda área de entorno do imóvel. Com isso, ocorreu a construção de uma sorveteria bem próxima a parede do imóvel o que comprometeu bem a visibilidade do bem tombado e do outro lado a implantação de um trailer fazendo com que a visibilidade fique comprometida dos dois lados. Além dessas construções existem bem próximo à edificação painéis luminosos de propagandas comerciais que acabam por chamar mais atenção do que o bem tombado.

Nestor Goulart Reis, em sua obra *Patrimônio Cultural e problemas urbanos*, denuncia este descompasso entre as “práticas de preservação” e cita:

[...] Estes responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, consciente ou inconscientemente, interferem diretamente nas diretrizes de planejamento urbano, sem delegação para isso e, reciprocamente, planejadores urbanos passam simbolicamente seus tratores sobre os bens culturais, quando não o fazem em campo, materialmente, igualmente sem atribuição para isso. (REIS, 2011, p. 117)⁸⁰

Assim, compreende-se que houve um descompasso, uma falta de diálogo entre patrimônio e comércio. É óbvio que a cidade precisa se desenvolver, mas muitas vezes a questão

⁷⁸ STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **Patrimônio em risco**: o patrimônio arquitetônico na Zona Proibida. Appris Editora, 1ª edição, 2021, p. 125.

⁷⁹ Id, 2021.

⁸⁰ REIS, Nestor Goulart. **Patrimônio Cultural e problemas urbanos**. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 117.

do “progresso” não é realizada de forma planejada e isso acaba por comprometer a paisagem urbana da cidade.

Vários casos têm acontecido por falta de planejamento e por negligência de comerciantes que sem se preocupar com a paisagem fazem construções muitas vezes sem respeitar legislações e sem nenhum critério técnico.

Figura 26 - Deslizamento de barranco atinge casa e ameaça prédios em Caratinga



Fonte: Hérisder Matias / Inter TV dos Vales

Como podemos ver na figura 26, a exploração imobiliária infringe as leis e colocam em risco a cidade e os moradores. Nela também revela uma situação onde às margens da rodovia foi construído um posto de gasolina e este com a intenção de explorar ainda mais o terreno, iniciou uma tentativa de conseguir mais espaço fazendo um desaterro. Durante esse processo foi encontrado rochas e o ideal seria a paralisação do trabalho, porém, deram continuidade realizando pequenas explosões em rochas no terreno para continuar o desaterro, até que foi erguido um muro de contenção com ferragens grampeadas às rochas e isso foi o que ocasionou o desabamento. Segundo Jornal G1 o fato ocorreu em uma madrugada de segunda-feira do dia 07 de dezembro de 2020, onde, um barranco cedeu, destruindo parcialmente uma casa e deixando mais de 50 famílias, moradoras de três prédios próximos, desalojadas. Esse é um dos fatos de maior gravidade recente na cidade de Caratinga. O município vem sofrendo constantemente com deslizamentos de alta e baixa complexidade, alagamentos constantes, onde, em alguns pontos não precisa nem que chova muito para alagar. A enxurrada que desce dos novos bairros e loteamentos, sem calcular adequadamente alguns pontos importantes que são: o índice pluviométrico que poderá aumentar, tipo de piso, lixo nos bueiros, erros de projeto

(drenagem insuficiente) e a ocupação irregular do solo, isso causa vários transtornos além de comprometer o patrimônio histórico, a memória e a paisagem da cidade.

A ideia de paisagem como patrimônio cultural é conflituosa pelo aspecto subjetivo que o conceito pode ser interpretado. Se por um lado é necessário que haja uma relação entre a sociedade e a natureza, de outro modo a noção de paisagem desdobra-se em um afastamento, homem-natureza. Assim, essa noção de paisagem como patrimônio torna-se relativa à representação social, dos que apenas irão contemplar o caráter cultural da paisagem e dos que dessa paisagem retiram seu sustento, nesse último caso a paisagem não é contemplação, mas meio de sobrevivência.

2.4 A memória e o espaço urbano em disputa: interesses econômicos e impactos causados ao patrimônio cultural de Caratinga

Existem valores que são agregados ao patrimônio oficialmente tombado e seu entorno, que dizem respeito à memória, história e identidade de um povo, soma-se a eles valores coletivos, que dizem respeito diretamente ao bem-estar da população, garantindo esse direito às gerações presentes e às futuras. Muitas vezes a cidade se torna um local sem memória, deixando de preservar o passado, e cedendo à busca por lucros, e pressões imobiliárias. As cidades devem crescer, porém não podem ignorar o seu passado, portanto, devem crescer em harmonia com o passado. Por vezes, não por falta de espaço, mas pela tendência na verticalização das cidades, e para dar vazão ao progresso, são destruídas as edificações culturais arquitetônicas, ou quando não são destruídas são “suprimidas” em meio a outras edificações. O mais prudente seria incorporar esses núcleos históricos no contexto e na dinâmica atual das cidades.

As edificações discutidas nessa pesquisa trata-se de dois símbolos da cidade de Caratinga representantes de um passado que envolve uma ameaça ao patrimônio cultural local, nos quais os bens sofrem pressões da dinâmica urbana atual que comprometem a paisagem, não só por meio de construções, mas também com a utilização de placas, outdoors e painéis luminosos.

A paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram

e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas. (SANTOS, 2001, p. 21)⁸¹.

Para o estudo dessa materialidade torna-se necessário conhecer o espaço e sua paisagem e ainda, trazer para as pessoas a ideia de que o patrimônio que será preservado pertence a ela, não se tratando de domínio apenas da arquitetura e da história oficial, mas, sim, das pessoas que utilizam ou utilizavam esses ambientes, permitindo o entendimento do que se passou, do que se passa e do que irá passar.

Podemos identificar que os bens culturais que são objetos de pesquisa deste trabalho, estão inseridos em uma paisagem que se encontra em confronto com outras edificações devido ao desenvolvimento urbano ao longo dos anos, que segundo Besse:

Primeiramente observa que, como produção cultural, as significações da paisagem vão além das significações estéticas e relaciona essas múltiplas significações da paisagem às particularidades do olhar, do sujeito que olha: o cientista, o engenheiro, o geógrafo, o religioso etc. O que não é apenas uma questão subjetiva, mas antropológica, já que o olhar desses sujeitos representa saberes instituídos. A paisagem não é apenas objeto de uma contemplação e avaliação estética, mas seu valor reside no fato de ser representativa da ação humana e, mais ainda, do desenvolvimento de uma "cultura do olhar". (BESSE, 2006, pp. 245-246)⁸².

No município de Caratinga, este contexto de olhar em relação à paisagem urbana muitas vezes se torna ainda mais grave, algumas vezes pelo descumprimento às leis existentes ou pela insuficiência em alguma delas. Como por exemplo a Lei de uso e ocupação do solo, que não possui parâmetros urbanísticos delimitados, e pela insuficiência de um plano diretor que explicita mais sobre a preservação do patrimônio cultural. Assim, presume-se que na ausência destes instrumentos legais para a proteção do patrimônio cultural, a melhor maneira de salvaguardá-los em seu esquema tradicional é conciliar a preservação e o desenvolvimento urbano de forma sustentável, estimulando um diálogo entre poder público e agente da iniciativa privada e de atores sociais.

Sabemos que a vida urbana está passando por enormes transformações, com mudanças nos modos de organização e de ocupação do espaço urbano. A cidade como espaço público, ou seja, como lugar de comunicação de diferentes grupos sociais, apresenta mutações, já que esses diferentes grupos estão fazendo apropriações distintas desse espaço. Grafiteiros, camelôs, usuários do transporte coletivo,

⁸¹ SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. In: Tempo/Artigos, 2001. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/arquivos/arquivo-71.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

⁸² BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. GEOgraphia, v. 8, n. 15, 2006, p. 245-246.

trabalhadores se dirigindo aos seus locais de trabalho, pedintes, visitantes, turistas, cada grupo faz um uso diferente do espaço da cidade. (SANTOS, 2000, p. 9)⁸³

Nesse sentido, é necessário que essas transformações sejam realizadas de uma maneira pacífica, de forma que não comprometa a paisagem e a preservação do patrimônio cultural do município. A paisagem é portadora de formas, cores, cheiros, barulhos e movimentos. Pode-se citar o exemplo dos sons dos sinos, que se torna algo que influencia toda uma comunidade, alguns se identificam com o som, a ponto de usar como marcador de tempo, outros já se sentem incomodados, a ponto de acionar até o poder judiciário para tentar parar com o toque. Assim como o sino, tem também o aviso de saída e chegada dos trens, que já faz parte do cotidiano da comunidade que tem esse tipo de transporte em sua cidade.

Fazendo uma reflexão sobre a paisagem sonora do toque da locomotiva pertencente à estação ferroviária na cidade de Caratinga, foi observado que a sonoridade da estação ferroviária foi suprimida com a desativação, que mudou toda a paisagem local e o convívio social. E esse processo natural da paisagem, imprime suas marcas na cultura numa relação dinâmica e recíproca.

É possível observar na cidade de Caratinga que esses dois bens culturais antes de serem preservados, suas ambiências foram tratadas como uma mercadoria em função dos interesses de determinados agentes sociais na reconfiguração espacial e simbólica do espaço público urbano.

Casos como esse, pode ser observados também em outras cidades, podendo citar o ocorrido na Praça Carlos Gianelli em Alcântara, localizada no município de São Gonçalo/RJ, que na década de 1970 se configurava como um importante ponto de um centro urbano num bairro fortemente valorizado pelo seu expressivo caráter comercial e que a negligência do Estado permitiu que aquele espaço público de grande visibilidade sofresse um intenso processo de sucateamento com o abandono de investimentos públicos e ausência de manutenção.

Desse modo, criou-se um estigma de necessidade de renovação espacial em função das dinâmicas neoliberais e dos sujeitos interessados, permitindo assim, uma arbitrária reurbanização e ressignificação daquele espaço. E, apesar de um processo judicial conturbado, a completa subtração e privatização do espaço público foram coroadas com a inauguração do Shopping Pátio Alcântara em novembro de 2013.

⁸³ SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Espaço Público, Estética. Política e Memória**, In: 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000.

Segundo Cosgrove⁸⁴, a paisagem nada mais é do que “um modo de ver o mundo”. Nesse sentido, o que é valorizado é a experiência do ver, do olhar, do observar, do sentir. A paisagem, portanto, se apresenta como uma construção simultaneamente subjetiva e objetiva, plural e singular.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988), em sua obra “A cidade como um jogo de cartas”, chama a atenção à importância da experiência da população na vida real no âmbito dos jogos de poder instituídos nas cidades.

As discussões em torno das paisagens contribuem para a história das relações sociais e culturais estabelecidas com o meio ambiente. A paisagem assume a forma que lhe é dada por uma sociedade. Parece ser um produto da relação entre uma pessoa e seu meio, seja ele no ambiente geográfico, social, econômico e cultural, a partir de seus sentimentos e interesses temporalmente demarcados.

Assim, com esta pesquisa, pude verificar a influência do tempo na transformação da cidade de Caratinga por três olhares distintos. O olhar de uma geração que vivenciou o avanço tecnológico lento que se deu nos anos de 1940, os que vivenciaram o avanço tecnológico mais avançado que ocorreu nos anos 1980 aos anos 2000 e a geração que está vivenciando o mundo em tempos exponenciais. Nesse contexto de tempo exponencial, devemos levar em consideração o papel da mídia que devido ao seu poder de alcance, assume um papel de substituição de pontos de encontros; trazendo um pertencimento e uma identificação de raízes, em que passa oferecer aos indivíduos em qualquer lugar que esteja, a imaginação de uma sociabilidade mais afetiva; oferecer intensidade de experiências; em vez de oferecer informações que orientam o indivíduo na crescente complexidade das interações e dos conflitos urbanos.

Segundo Milton Santos⁸⁵:

A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns movimentam-se segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. (SANTOS, 2001, p. 22).

⁸⁴ COSGROVE, Denis. **Prospect, perspective and the evolution of landscape idea**. Senior Lecturer in Geography. Loughborough University, p.46, may, 1984, p.13. Disponível em: https://avblivinglandscape.files.wordpress.com/2011/01/cosgrove_1985.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2022.

⁸⁵ SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. In: Tempo/Artigos, 2001. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/arquivos/arquivo-71.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

Nesse sentido, a pesquisa nos trouxe respostas sobre a evolução da cidade de Caratinga em relação à paisagem urbana e ao patrimônio cultural. O estudo sobre as legislações existentes foi fundamental para compreendermos como se deu a ocupação e principalmente como a ocupação realizada sem parâmetros influenciou na visibilidade do patrimônio cultural tratado como objeto da pesquisa.

Kevin Lynch, em seu livro "A imagem da cidade" publicado em 1996, foi um dos principais autores a abordar a qualidade do espaço público. Ele realizou uma análise da qualidade visual da paisagem urbana, focando no estudo da imagem mental formada pelos habitantes e visitantes da cidade, assim como sua habilidade em se localizar nessa imagem. Lynch introduziu conceitos fundamentais, como legibilidade e imagibilidade, e argumentou que a análise da qualidade da paisagem urbana engloba três componentes essenciais: identidade, estrutura e significado. Além disso, Lynch enfatizou a importância da flexibilidade e adaptabilidade dos espaços públicos para lidar com as transformações ao longo do tempo.

De acordo com o autor, a legibilidade é definida como a "facilidade com que as partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas em uma estrutura coerente" (LYNCH, 1996, p. 13). "A imagem da cidade", originalmente publicada em inglês com o título "The Image of the City" em 1960. O autor propõe parâmetros de legibilidade, incluindo cor, forma, movimento da luz, cheiro, audição, tato e cinestesia. Por sua vez, a imagibilidade refere-se à capacidade dos objetos de serem percebidos de forma vívida e intensa, evocando imagens fortes, e isso se manifesta por meio da forma, cor ou disposição.

Uma cidade altamente imaginável, nesse sentido específico, teria uma aparência bem definida, distinta e notável, convidando os olhos e os ouvidos a uma maior atenção e participação (LYNCH, 1996, p. 20). Por fim, a identidade está relacionada ao reconhecimento de algo único, individual e particular; a estrutura diz respeito às relações espaciais entre o objeto e o observador, bem como com outros elementos; e o significado refere-se à relação emotiva ou perceptiva que o observador estabelece com o objeto.

Com o propósito de avaliar a qualidade da forma urbana, Kevin Lynch dedica-se a analisar cinco elementos-chave (vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos de referência), ressaltando a importância das inter-relações e interdependências entre eles. A partir dessas interdependências, Lynch classifica a qualidade da forma urbana em várias categorias, que incluem singularidade, simplicidade da forma, continuidade dos limites, predominância, clareza das conexões, diferenciação direcional, alcance visual, consciência do movimento, sequências temporais e atribuição de nomes e significados.

A singularidade ou clareza é percebida através da distinção dos limites, fechamento, contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, hábito e localização espacial. A simplicidade da forma é compreendida em termos geométricos e na delimitação de partes distintas. A continuidade dos limites ou superfícies é alcançada por meio da repetição e semelhança. A predominância de uma parte sobre as outras ocorre devido ao tamanho, intensidade ou interesse, permitindo a identificação do conjunto como uma característica principal. A clareza das conexões é garantida pela boa visibilidade das ligações e inter-relações existentes. A diferenciação direcional é alcançada por meio de assimetrias, mudanças e referências radiais que distinguem a posição e a relação espacial entre os elementos. O alcance visual abrange a extensão e a penetração da visão, considerando tanto aspectos concretos quanto simbólicos, como transparências, sobreposições, vistas e panoramas que aumentam a percepção em profundidade. A consciência do movimento abarca as características que sensibilizam o observador em relação ao seu próprio movimento real ou potencial, através de estímulos visuais e cinestésicos. As sequências temporais levam em consideração as relações simples e estruturadas no tempo entre os elementos. Por fim, os nomes e significados são atributos não físicos que podem ressaltar a imagem de um elemento, sendo que os nomes reforçam a identidade e fornecem indicações sobre sua localização.

No próximo capítulo, será apresentado a proposta de um audiovisual que certamente irá facilitar aos telespectadores a compreensão do tema exposto.

CAPÍTULO 3: PROJETO AUDIOVISUAL: A HISTÓRIA EM IMAGENS

3.1 Memória na vida dos caratinguenses

Esse capítulo será destinado à proposta de elaboração de um produto final que faz parte do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. A proposta é um audiovisual composto por fotografias antigas e atuais, de forma a retratar as mudanças ocorridas na paisagem, em especial aquelas ocorridas no entorno da Igrejinha de São João e da antiga Estação Ferroviária de Caratinga. O objetivo deste comparativo, será apresentar para sociedade a importância do diálogo entre patrimônio e desenvolvimento e sua relação com a história. Além das imagens, haverá a narração realizada pelo autor de forma que dê mais identidade ao produto apresentado. A intenção é que esse audiovisual seja apresentado em escolas, Casa Ziraldo de Cultura, Memorial Cine Brasil, Casarão das Artes e será disponibilizado também em um canal de YouTube. Dessa forma, esse produto será um material educativo que vai contribuir para o conhecimento e valorização da história e memória local.

Durante essa pesquisa, percebi o quanto a fotografia é importante para discussão e entendimento da história, sendo a fotografia a memória materializada de um tempo e um lugar. Foi possível perceber também que a nova geração possui pouca relação com os bens tombados ou inventariados que ainda estão preservados. Eles, sequer, têm algum senso de pertencimento, afeto ou alguma reminiscência com os dois bens tratados nessa dissertação.

Pierre Nora⁸⁶ em seu clássico texto “Entre memória e história”, desenvolve a problemática dos lugares: a afirmativa de que não existe mais memória, que está só é revivida e ritualizada numa tentativa de identificação por parte dos indivíduos e que a sociedade se utiliza hoje da história para lhe conferir lugares onde pode pensar que não somos feitos de esquecimentos, mas, de lembranças: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”(NORA, 1984, p. 5).

Dessa forma, entende-se que as ações de políticas públicas e projeto de educação patrimonial, voltado para o público escolar, pode estar sendo insuficiente para que esse público se aproprie do seu patrimônio.

Nesta mesma direção, Fonseca (2009) esclarece:

⁸⁶ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII- XLII. Trad. Yara Aun Khoury. Editions Gallimard.

(...) o processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica, sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e de promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação. (FONSECA, 2009, p.72)

Acredita-se que a apresentação desse audiovisual, irá fortalecer as ações educativas contribuindo para que a nova geração se sinta parte integrante da história da cidade onde vivem. Além das imagens e narrativas apresentadas, será veiculada uma síntese de Legislações existentes no município que tratam da preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano. Acredita-se que tanto as fotografias quanto às legislações, poderão trazer discussões importantes para o futuro da cidade, visto que tem acontecido vários casos de desastres ambientais e construções no entorno do patrimônio, interferindo na paisagem como já foi tratado ao longo dessa pesquisa.

3.2 O uso da fotografia como fonte histórica

Na elaboração do audiovisual a fotografia foi usada para um estudo crítico e reflexivo sobre o desenvolvimento da cidade e sua paisagem. A fotografia a princípio era apenas um instrumento ilustrativo e nesta pesquisa, assumiu uma posição de documento fundamental para compreender os períodos da história de Caratinga e a relação do patrimônio com seu entorno. Dessa forma, ela nos abre uma lacuna para o passado, fornecendo dados que outros documentos não registram, e nos traz inúmeras possibilidades de análise de problemas de crescimento da cidade ao longo dos anos.

Figura 27 - Vista parcial da cidade no período de 1940



Fonte: Foto cedida pelo Departamento de Cultura 19 nov 2021.

Nesta imagem (figura 27), podemos observar que neste período as construções eram em sua maioria de um pavimento e poucas em dois pavimentos e do alto dos morros se tinha uma visão periférica de vários pontos da cidade. Observamos também como a Igrejinha foi construída em um lugar de destaque e como a cidade se desenvolveu em suas proximidades.

Figura 28 - A visão periférica ou visão indireta é aquela que ocorre no canto do olho, permitindo a visualização de objetos que estão fora do campo visual central sem que seja necessário virar a cabeça ou mover os olhos



Fonte: Foto tirada de um drone pelo autor

Nesta outra imagem, (figura 28), podemos observar a cidade nos dias atuais no mesmo ângulo que supostamente foi tirado a foto anterior no período de 1940. Podemos notar, que a transformação da cidade foi muito grande, onde a tipologia das construções mudou devido a vários fatores urbanos. Nessa imagem atual, já não temos mais a visibilidade da Igrejinha de São João, pois o crescimento vertical dificultou vê-la pelo mesmo ângulo da imagem anterior.

Nota-se que a cidade nunca teve um projeto de crescimento sustentável e justo, envolvendo as muitas variáveis, entre as quais o uso racional da energia, da água e do meio ambiente equilibrado como uma das principais premissas.

Na (figura 29), podemos observar, a Praça Cesário Alvim esquina com Rua João Pinheiro na década de 40, se destaca pela diversidade de usos, apresentando fachadas abertas e acessíveis, o que as torna mais dinâmicas, permeáveis e, possivelmente, propícias para interações sociais enriquecedoras no espaço público.

Figura 29 - Vista parcial da cidade no período de 1940. Praça Cesário Alvim esquina com Rua João Pinheiro



Fonte: Facebook

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10160671172721192&set=gm.2520795454734101&id=172643339549336> ,
14/02/2023

Figura 30 - Vista parcial da cidade do mesmo ângulo da foto anterior



Fonte: Foto tirada de um drone pelo autor

Na (figura 30), nota-se que a mesma rua da foto anterior (Figura 29), foi tomada por uma segregação urbana presentes nas cidades contemporâneas, estabelecendo territórios temáticos para a autonomia do mercado residencial e comercial, resultando em uma separação de interesses sociais. O que deveria ser contrabalançado por meio da expansão do local fomentando a interação livre e plural entre pessoas por se tratar de área urbana e próximo a principal praça da cidade, foi suprimida.

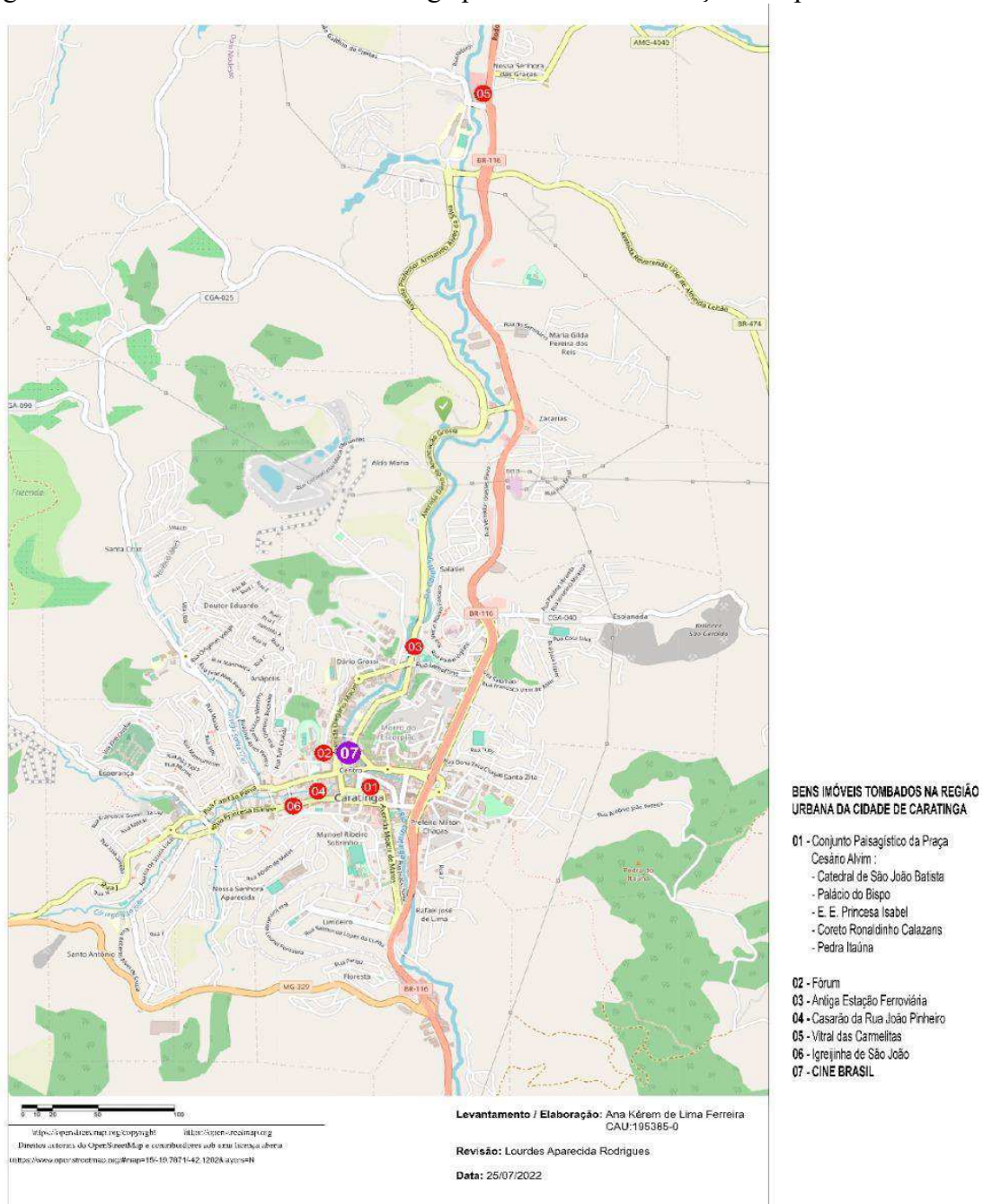
O audiovisual a ser elaborado usará as imagens acima descritas e um roteiro baseado numa narrativa da evolução da cidade de Caratinga. A perspectiva é que esse produto seja um instrumento pedagógico que desperte no telespectador um olhar crítico sobre o tema retratado. Ele irá explorar assuntos reais, com uso de linguagem detalhada para facilitar o entendimento de como se deu o crescimento da cidade, conforme tema da pesquisa apresentada. As imagens obtidas nessa pesquisa irão fazer parte do roteiro. Os cenários serão descritos pelas sequências de imagens selecionadas com o foco maior nos dois bens culturais, objetos da pesquisa apresentada, sendo: A Igrejinha de São João e a antiga Estação Ferroviária. A sequência de imagens antigas e atuais que serão apresentadas deixarão em evidência as mudanças na paisagem urbana de Caratinga.

Na imagem abaixo, procurei realizar um roteiro turístico para identificar onde estão os principais bens tombados e preservados na cidade de Caratinga, sendo estes, símbolos da história e memória. No percurso, será realizada uma comparação com as imagens da década de 1930/1940 comparando com imagens de 2023. Será possível também visualizar toda a

superfície montanhosa existente em Caratinga e quando comparadas com o momento atual, permitem perceber quão desordenada segue a ocupação nos arredores da área central e dessa forma, impedindo ou comprometendo a visibilidade das edificações tombadas.

Esse roteiro poderá ser usado por professores em atividades educativas e turistas em visita à cidade, portanto, esse roteiro possibilitará à população conhecer como se deu a evolução da cidade e porque essas edificações representam a história e memória de Caratinga.

Figura 31 - Roteiro turístico de Caratinga pontuando a localização dos patrimônios tombados



Fonte: Elaborado por Ana Kérem Lima. Julho/2022

Figura 32 - Igreja São João Batista; Casarão das Artes; Conjunto Paisagístico da Praça Cesário Alvim; Prédio da Estação Ferroviária



Fonte: *Google Earth*. Elaborado pelo autor.

As figuras 31 e 32, referem-se ao roteiro seguindo o percurso das edificações tombadas em Caratinga, começando pelo primeiro ponto, a Igrejinha de São João, seguindo para o Casarão das Artes, Conjunto Paisagístico da Praça Cesário Alvim, Cine Brasil, antigo Fórum até chegar na estação ferroviária.

Figura 33 - A imagem mostra rua onde está localizada a Igrejinha de São João



Fonte: Foto do autor. Janeiro 2023

Ao conhecer o audiovisual o telespectador verá de forma clara como os problemas relacionados ao entorno dos patrimônios tombados de Caratinga ocorreram e como isso afeta em sua visibilidade. Através dessa pesquisa foi possível perceber que todo esse comprometimento ocorreu após os processos de tombamento e evidentemente após a aprovação das leis municipais que tratam da preservação do patrimônio cultural, além das leis de uso e ocupação do solo e plano diretor.

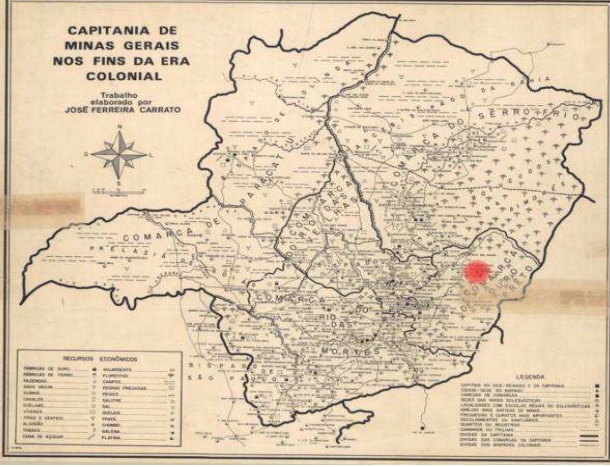
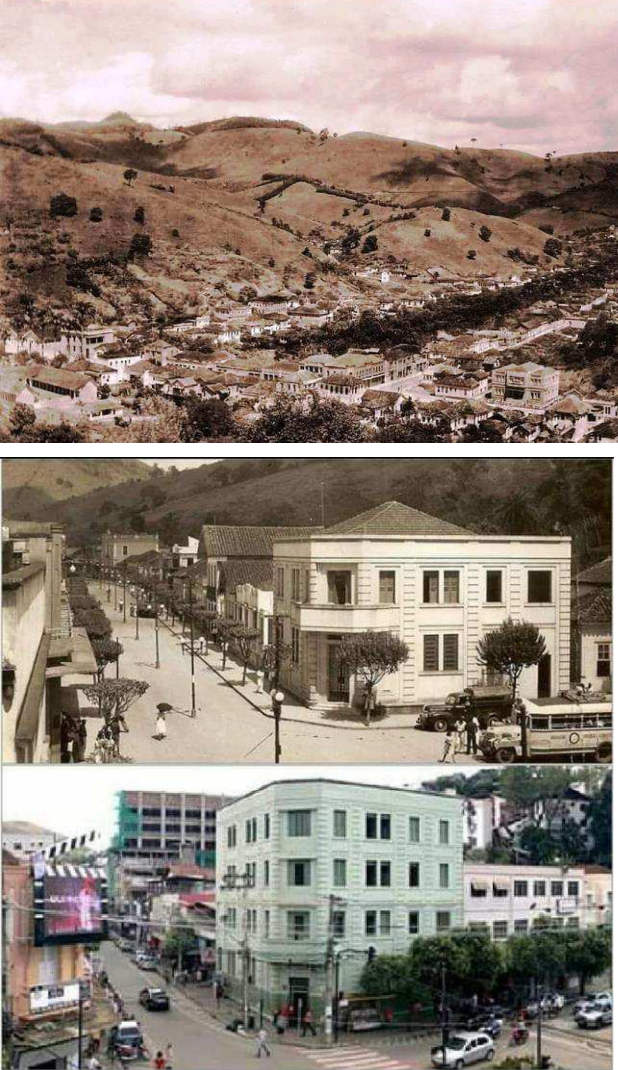
3.3 Estrutura do audiovisual e roteiro

O produto desenvolvido na finalização dessa dissertação é um audiovisual que terá no máximo vinte minutos e este será uma narração realizada pelo próprio autor apresentando como se deu o crescimento de Caratinga. Será produzido em formato compatível para reprodução em diferentes plataformas de mídias (AVI, MOV, WMP, MP4 etc.⁸⁷). As imagens a ser apresentadas serão as mesmas usadas na dissertação, fotografias antigas, imagens atuais da cidade, mapas históricos, ilustrações, gráficos, animações, vídeos de arquivo, entre outros, que receberão efeitos sonoros necessários para prender a atenção do espectador.

Depois de finalizado, o projeto será compartilhado com o público. E será exibido em eventos locais, ficando disponível online em plataformas de vídeo youtube no canal: @italoguedessoares1391, a fim de promovê-lo nas redes sociais e divulgá-lo para a comunidade local, escolas e instituições relacionadas à cidade.

⁸⁷ Formato dos arquivos de mídia do tipo vídeo.

3.4 Roteiro

Imagem	Narração
 Mapa histórico da Capitania de Minas Gerais, mostrando a localização de Caratinga (ponto vermelho) no interior da capitania. O mapa inclui uma bússola, uma escala e uma legenda com recursos econômicos.	A origem de Caratinga está relacionada com a chegada dos “pioneiros” que vieram à procura de ouro para a Coroa Portuguesa
 Três imagens: uma paisagem de colinas e vilarejo; uma rua urbana com edifícios e carros antigos; e uma rua moderna com edifícios modernos e carros atuais.	O desenvolvimento do município de Caratinga não foi diferente da maioria das cidades mineiras. As terras eram exploradas por suas riquezas vegetais e minerais, onde os precursores buscavam ouro e às margens do Rio Doce iniciaram o plantio de vegetais, porém o café predominou. A região foi originalmente ocupada por habitantes nativos da região, da tribo dos Aimorés. Por volta de 1848, atraídos pelas notícias alvissareiras da nova terra, os percursores e irmãos João Caetano do Nascimento, João Antônio de Oliveira e João José da Silva, vindo de Ponte Nova partiram para as terras com o interesse de se estabelecerem em definitivo. O então distrito se desmembrou de Manhuaçu e recebeu a denominação de São João de Caratinga, por meio do Decreto Estadual nº 16, de 06 de fevereiro de 1890, assinado pelo Presidente de Minas Gerais, Dr. José Cesário de Faria Alvim e assim surgiu o Município (e Vila).



Assim como em outras cidades mineiras, o desenvolvimento de Caratinga teve início a partir de sua primeira capela. Em 1848, quando as terras foram exploradas por João Caetano do Nascimento ergueu uma cruz como marco inicial, estabelecendo a construção da primeira capela dedicada a São João Batista. Essa capela histórica ainda permanece de pé até os dias de hoje, localizada na Rua Major Carlos Teixeira. Por alguns anos a Igrejinha de São João foi a única igreja do município, local onde se realizavam missas, casamentos e batismos. Sua construção teve início em 1867 e em 1873 teve sua obra concluída.

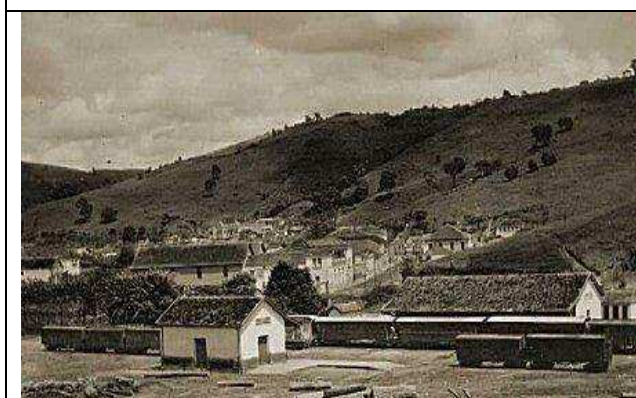


Já em 1880, começou a ser construída a nova igreja matriz de São João Batista para atender a um maior número de fiéis. Esta nova igreja foi construída em um estilo colonial em um local denominado Largo da Barreira, que mais tarde passou a se chamar Praça Cesário Alvim.

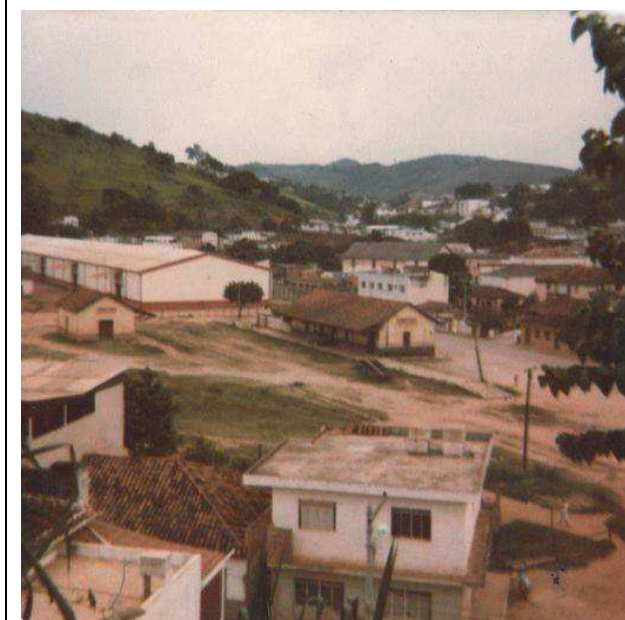




Hoje a matriz que leva também o nome de “Catedral de São João Batista” foi oficialmente reconhecida como patrimônio cultural pelo Decreto nº 39/2002⁸⁸ e inscrição no Livro de tombo nº 03/2002, pelo seu valor arquitetônico. A Catedral possui uma arquitetura neogótica e possui uma pintura interior admirada por todos, pintada pelas mãos do artista Padre Lázaro.



Ano 1950



Ano 1980

Em 1930, chega a Caratinga a estrada de ferro e marcou época na história da cidade além do transporte de passageiros, serviu de escoadouro para a produção agrícola do município. A ferrovia forçou o crescimento da cidade com a abertura de ruas e transformou as imediações do Barro Branco, em grande centro comercial. Era notável as transformações e o progresso de Caratinga, que lhe foi atribuído o título de “Princesa da Mata”, facilitou o transporte para outras regiões e houve a necessidade de implantar o escritório do Instituto Brasileiro do Café, sendo um ponto de partida para que a cidade se tornasse polo da cafeicultura. O problema que a cidade tinha com relação ao transporte foi resolvido com a extensão do ramal de Raul Soares até nossa cidade, ou seja, da Estrada de Ferro Leopoldina. A implantação do ramal deve-se à luta do Dr. Agenor Ludgero Alves, que conseguiu junto ao Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada a assinatura (1927) do contrato entre a Estrada de Ferro Leopoldina e o Estado de Minas Gerais.

⁸⁸ CARATINGA. **Lei nº 3.039**, de 08 de abril de 2008. Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Caratinga, e dá outras providências. Câmara Municipal de Caratinga. Disponível em: https://www.cmcaratinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3039_2008?cdLocal=5&arquivo={E3B2FD45-3FBD-FEDD-D9CD-0AFDE6ADC1F8}.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2022.



1950



2022



Rua onde está localizada a Igrejinha de São João

Caratinga possui uma densidade de edifícios que ocupam em sua maioria, testadas próximas umas das outras voltadas para os logradouros e os fundos para o rio Caratinga ou para o córrego São João que são os principais afluentes que cortam a cidade. Esses modelos construtivos com influência colonial, são comuns nas cidades brasileiras. A cidade começou a se expandir pelos bairros que tiveram sua origem a partir da divisão das terras que compunham as fazendas e suas estradas. O crescimento urbano trouxe mais oportunidades, fazendo com que a população crescesse e, com o centro das áreas mais planas já habitadas, a ocupação passou a ser em terrenos mais íngremes. A cidade, então, passou a ter sua expansão horizontal no início do século XX.

Em 1997 a Igrejinha de São João foi reconhecida como Patrimônio Cultural da cidade pela Lei Municipal nº 2420/97 revogada pela Lei nº 3.039/2008. Portanto, a pesquisa apresentada tem o objetivo de mostrar como esses dois importantes símbolos da história de Caratinga perderam um pouco da visibilidade devido às construções realizadas em seu entorno. No caso da Igrejinha de São João, bem nos fundos foi construído um prédio residencial que impediu completamente a visibilidade de quem passa pela Rua Professor Olinto.

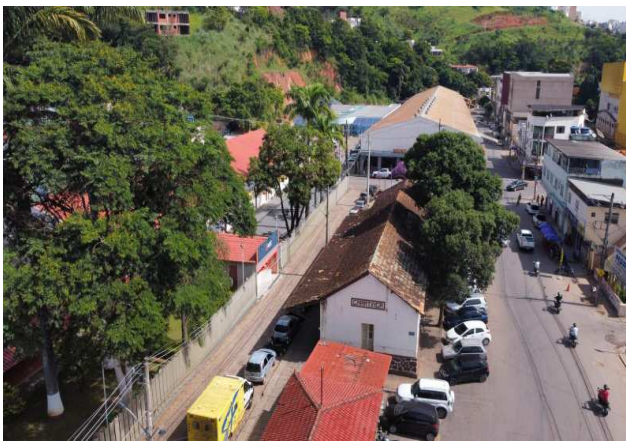


Na imagem podemos ver como a capela que hoje abriga o Museu de arte sacra São João Batista ficou escondida entre as edificações em seu entorno.



A estação ferroviária que também foi tombada em 1997 pelo seu valor histórico e arquitetônico também está com a visibilidade comprometida com as construções em seu entorno.

A Lei de preservação do Patrimônio Cultural de Caratinga em seu Artigo 19 informa: Art. 19. O processo de tombamento será instruído com os estudos necessários à apreciação do interesse cultural do bem e com as características motivadoras do tombamento e encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, para avaliação. Parágrafo Único - No processo de tombamento de bem imóvel, será delimitado o perímetro de proteção e o de entorno ou vizinhança, para fins de preservação de sua ambiência, harmonia e visibilidade. (CARATINGA, 2008)⁸⁹



Nas imagens acima mostra que a edificação da estação ferroviária não se encontra mais em um lugar de destaque, a construção do trailer impediu a visibilidade total da fachada. A estação só é vista por quem passa pelas ruas laterais

⁸⁹ Id, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, foi encontrado muitas respostas aos problemas inseridos em Caratinga no que tange a preservação do patrimônio cultural, a paisagem urbana e o entorno dos bens tombados. Porém, é certo que nunca conseguimos encontrar todas as respostas que almejamos e certamente surgirão outros olhares ao que foi pesquisado.

O objetivo principal desta pesquisa foi encontrar respostas sobre como se deu os processos de tombamento da Igrejinha de São João e da estação ferroviária de Caratinga referente à delimitação do perímetro do entorno. Tivemos também como objetivo conhecer a evolução da cidade em relação ao patrimônio cultural.

A pesquisa teve o recorte temporal de 1997 a 2020 e foi realizada entre os anos de 2021 e 2022, visto que boa parte da pesquisa se deu no período da pandemia do COVID-19 o que dificultou o acesso a alguns lugares de pesquisa.

No primeiro capítulo foi dedicado à discussão sobre a dinâmica urbana do município de Caratinga e sua origem, além de relevantes informações históricas sobre a Igrejinha de São João e o desenvolvimento econômico após a chegada da ferrovia.

No segundo capítulo abordou os mecanismos de proteção do patrimônio cultural, especialmente acerca das legislações municipais que envolvem o patrimônio cultural. Ainda neste capítulo abordou os processos de tombamento da Igrejinha de São João e da Estação Ferroviária, bem como a delimitação do perímetro do entorno.

No terceiro e último capítulo apresentou-se a proposta de um audiovisual, produto final desta dissertação, cujo roteiro será exposto por meio de fotografias antigas e atuais, no intuito de mostrar à comunidade como se deram as transformações da paisagem de Caratinga.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

ARAÚJO, Jefferson Tomaz; SOUZA, Karina Martins; ARAÚJO, Eloisa Carvalho **Paisagens urbanas comuns: sob constante pressão de interesses corporativos**. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 14, 2019.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes. **De Arraial a Vila**. A criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa – 1.ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. GEOgraphia, v. 8, n. 15, 2006, p. 245-246.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25/1937**. Brasília, DF, 30 novembro 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 Jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 10.257/2001**. Estatuto da Cidade, Brasília, DF, 10 julho 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 16-35. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf. Acesso em: 21 Out. 2019.

BUENO, Laura Machado de Mello; CYBALISTA, Renato, (Orgs.). **Planos diretores municipais: Novos conceitos de planejamento territorial**. 2005.

CAMPOS, Paulo Tiago Cardoso. **MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: Uma estratégia de pesquisa**. Conjectura, v.17, n. 3, p. 164-169, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1802>. Acesso em: 03 Dez. 2022.

CARATINGA. **Decreto Executivo n.º 10/1998**. Dossiê da Estação Ferroviária de Caratinga, Caratinga, 1998.

CARATINGA. **Decreto Executivo nº 11/1998**. Dossiê da Igrejinha São João, Caratinga, 1998.

CARATINGA. **Dossiê de Tombamento**, 2002.

CARATINGA. **Lei nº 1.613/1987**, de 06 de agosto de 1987. Dispõe sobre a aprovação do regimento do código de obras municipal de Caratinga - MG, Caratinga, 1987. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/caratinga/lei-ordinaria/1987/161/1613/lei-ordinaria-n-1613-1987-dispoe-sobre-aprovacao-do-regimento-do-codigo-de-obras-municipal-de-caratinga>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

CARATINGA. **Lei nº 3.025/2007**, de 27 de novembro de 2007. Dispõe sobre a primeira revisão do Plano Diretor Participativo do município de Caratinga - MG instituído pela resolução nº 463/1996 e dá outras providências. Caratinga, 2007. Disponível em: https://www.cmcaratinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3025_2007?cdLocal=5&arquivo={3C0E546D-BEFA-AD70-AE3A-6EA64A909A23}.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2022.

CARATINGA. **Lei nº 3.039**, de 08 de abril de 2008. Estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Caratinga, e dá outras providências. Câmara Municipal de Caratinga. Disponível em: https://www.cmcaratinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3039_2008?cdLocal=5&arquivo={E3B2FD45-3FBD-FEDD-D9CD-0AFDE6ADC1F8}.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2022.

CHOAY, Françoise. **Urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORREIA, Telma de Barros. **O art déco na arquitetura brasileira**. Revista UFG, Goiânia, v. 12, n. 8, 2017, pp. 14-18. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/08_Oartdeconaarquiteturabrasileira.pdf. Acesso em: 26 Set. 2022.

COSGROVE, Denis. **Prospect, perspective and the evolution of landscape idea**. Senior Lecturer in Geography. Loughborough University, p.46, may, 1984, p.13. Disponível em: https://avblivinglandscape.files.wordpress.com/2011/01/cosgrove_1985.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2022.

DOMINGUES, Ângela, Maria Leônia Chaves de Resende, et Pedro Cardim, orgs. 2019. **Os Indígenas e as Justças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e PPGH/UFSJ – Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei

FERNANDES, Edésio. (Org.) **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del - Rey, 2001.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.) **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.) **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Org.) **Cidade, memória e legislação – A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Trad. Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Regina Abreu; Mário Chagas (orgs.). 2ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, pp. 59-79.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **E. F. Leopoldina (1886-1975)**. In: *Estações ferroviárias do Brasil*. 2018. Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/ligacao.htm. Acesso em: 15 Fev. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caratinga**. In: *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/caratinga.html>. Acesso em: 27 Nov. 2021.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Programa ICMS Patrimônio Cultural**. Disponível em:
<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais. **Portaria nº 06**, de 31 de março de 2021. Estabelece procedimentos técnicos e metodológicos acerca do envio de documentação para fins de pontuação no programa ICMS Patrimônio Cultural, conforme previsto na Lei 18.030/2009, no que tange à competência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG para o exercício 2023 e subsequentes. Disponível em:
http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/ICMS_Como_funciona/Portaria_IEPHA_06_2021_ICMS_Patrimonio_Cultural_site.pdf. Acesso em: 15 Jun. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas**. Congresso Internacional de arquitetura moderna - CIAM. Novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Washington**. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS. Washington, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Brasília (DF): IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História das ferrovias no Brasil**. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/609>. Acesso em: 19 Dez. 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventários de bens culturais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421#:~:text=Os%20Invent%C3%A1rios%20s%C3%A3o%20instrumentos%20de,de%20natureza%20imaterial%20e%20material>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação Paris de obras públicas ou privadas**. In: 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, 1968, 11 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

Jornal Diário de Caratinga. Caratinga, 28 de julho de 2002, nº 2.154.

Jornal O Combate, 1934.

Jornal O Município, 1927.

Jornal O Município, 1930, p. 4.

Jornal O Município. Caratinga, 1929, nº 67.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1996.

LOURES, Orthon Fernandes. **Diocese de Caratinga: Documentos para sua história 1840-1920**. Caratinga: FUNEC, 2015.

LUFT, Rosângela Marina. **Políticas Públicas Urbanas** – Premissas e condições para a efetivação do direito à cidade. 2011.

MC Assis, ANA GIULIETTI - Brazilian Journal of Botany, 1999 - SciELO Brasil.

Diferenciação morfológica e anatômica em populações de "ipecacuanha"-Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stokes (Rubiaceae). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbb/a/C4rFgxbh5pVbCJBmbQhbmPQ/abstract/?lang=pt>

MACHADO, Marília Rangel. **O tombamento e o inventário como formas de acautelamento**. In: Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo, Jorge Abdo Askar (orgs.). Belo Horizonte, IEDS, 2009, pp. 49-55. Disponível em:
https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/manual_agentes.pdf. Acesso em: 15 Set. 2022.

MATIAS, Hérisher; FERREIRA, Zana. **Deslizamento de barranco atinge casa e ameaça prédios em Caratinga**, MG. G1, Vales de Minas Gerais. 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/12/07/barranco-cede-e-destroi-parte-de-uma-casa-em-caratinga.ghtml>. Acesso em: 21 Fev. 2022.

MICHELLON, Eduardo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil**. AgEcon Search - Research in agricultural & applied economics. Rio Branco, 2008, 16 p. Disponível em:
<https://ageconsearch.umn.edu/record/109225/#:~:text=As%20perspectivas%20futuras%20para%20o,no%20player%20mundial%20do%20%C3%A1lcool>. Acesso em: 15 Ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social, teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo (orgs.). **Perguntas e respostas sobre os principais aspectos da gestão municipal do patrimônio cultural**. Tombamento. In: Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo, Jorge Abdo Askar (orgs.). Belo Horizonte, IEDS, 2009, pp. 100-115. Disponível em:
https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/manual_agentes.pdf. Acesso em: 20 Nov. 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII- XLII. Trad. Yara Aun Khoury. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard 1984.

PAIVA, Odair da Cruz. **Memória, patrimônio e cidade**. Observatório, São Paulo: Itaú Cultural 22, maio/nov, 2017, p.123-132. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/explore/observatorio>. Acesso em: 21 Out. 2019.

REIS, Nestor Goulart. **Patrimônio Cultural e problemas urbanos**. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 117-127.

RENAUX, Pedro. **Gráfico mostra os 20 municípios mais populosos desde o primeiro Censo** (de 1872 a 2019). Agência de notícias IBGE. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25467-grafico-mostra-os-20-municipios-mais-populosos-desde-o-primeiro-censo>. Acesso em: 15 Fev. 2022.

REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidadania**. Antonio Augusto Arantes (Org.), Iphan, n. 24, 1996.

REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidades**. Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), Iphan, n. 23, 1994.

SANTOS, Mariza Veloso Motta dos. **Espaço Público, Estética. Política e Memória**, In: 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. In: Tempo/Artigos, 2001. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/arquivos/arquivo-71.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **Patrimônio em risco: o patrimônio arquitetônico na Zona Proibida**. Appris Editora, 1ª edição, 2021, p. 125.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona, 2002.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. Caderno temático de educação patrimonial. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, n. 2. 2012, p. 30-37.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de capelas e matrizes do antigo bispado e do atual arcebispado de Mariana**. In: Instituições de igrejas no bispado de Mariana. SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, publicação nº 13, 1945, p. 92 Disponível em: <https://ia804509.us.archive.org/33/items/instituicoesdeig00trin/instituicoesdeig00trin.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

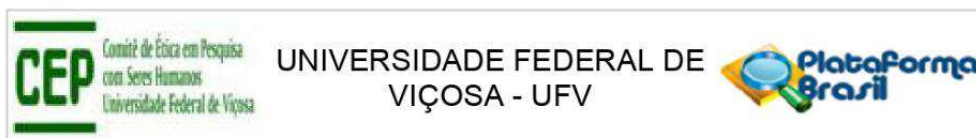
VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da região de Caratinga**. Caratinga MG: Editora Gráfica Alvorada, 1972.

VERONEZZI, Fernando; FAJARDO, Sergio. **A paisagem na análise geográfica: considerações sobre uma paisagem rural em Guarapuava-PR**. GEOgraphia, v. 17, n. 34, p. 207-224, 2015.

VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. **A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914).** Revista de História Regional, [S. l.], v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3346>. Acesso em: 25 Fev. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA: Caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária de Caratinga - MG

Pesquisador: Patrícia Vargas Lopes de Araujo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43836921.8.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.720.849

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto unicêntrico desenvolvido no âmbito do mestrado Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, visando a construção de uma pesquisa de abordagem qualitativa acerca de bens culturais tombados na cidade de Caratinga (MG), a saber a Igrejinha de São João e antiga Estação Ferroviária.

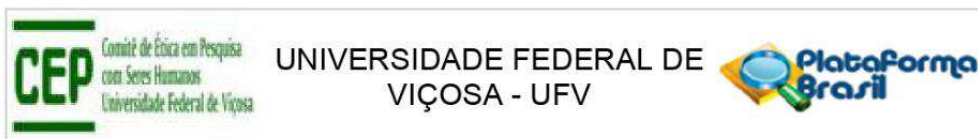
Objetivo da Pesquisa:

A pesquisadora informa que o objetivo da pesquisa é "entender como o processo de crescimento da cidade pode interferir negativamente no entorno e na gestão dos bens tombados do município e como essas ações podem ser amenizadas no município de Caratinga, a partir de um contato direto com a comunidade e grupos específicos."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios da pesquisa pressupõem mudança na "maneira de viver e nossa cultura" e atenção à "preservação da visibilidade dos bens aqui estudados encontra-se comprometida." A pesquisadora informa que os riscos envolvem constrangimentos, invasão de privacidade e que estará atenta a fim de minimizá-los, interrompendo a entrevista se necessário. Esclarece, em carta resposta, que em caso de entrevistas presenciais todos os protocolos preconizados pela OMS serão seguidos.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.720.849

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui abordagem qualitativa, se debruçará sobre documentos e entrevistas, relatadas como "pesquisa oral com moradores antigos, principalmente os que moram ou que já moraram nas proximidades dos bens que são objetos de estudo dessa pesquisa." Na carta resposta, informa que o critério de inclusão envolve pessoas maiores de 18 anos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de acordo.

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

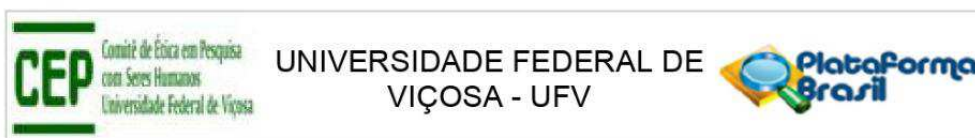
Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1699813.pdf	15/04/2021 21:53:22		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Modificado_Final.pdf	15/04/2021 21:53:00	Patrícia Vargas Lopes de Araujo	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA	15/04/2021	Patrícia Vargas	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.720.849

Outros	TALO_Final.pdf	21:52:11	Lopes de Araujo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Projeto_Modificado_Final.pdf	15/04/2021 21:51:40	Patrícia Vargas Lopes de Araujo	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_Modificado_Final.pdf	15/04/2021 21:51:21	Patrícia Vargas Lopes de Araujo	Aceito
Outros	Roteiro_Para_Entrevistas_Italo_Guedes.pdf	19/02/2021 11:28:02	Patrícia Vargas Lopes de Araujo	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Italo_Guedes.pdf	19/02/2021 11:15:20	Patrícia Vargas Lopes de Araujo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 19 de Maio de 2021

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
 (Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “O entorno de bens tombados na atual dinâmica urbana, caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária de Caratinga – MG”. Nesta pesquisa pretendemos pesquisar sobre a transformação da paisagem no entorno desses bens culturais por se tratar de um exemplar que representa a formação da cidade e outro que representa o desenvolvimento da economia local. O motivo que nos leva a estudar este tema se deve ao fato de que as cidades muitas vezes crescem sem nenhum planejamento urbano e isso pode prejudicar a preservação dos imóveis que representam a história das cidades, muitas vezes ficando com sua visibilidade comprometida devido ao crescimento desordenado e principalmente devido a especulação imobiliária. Além disso, também é bastante escasso o número de pesquisas científicas sobre este tema o que motivou a realização desta pesquisa no que tange ao reconhecimento de novos movimentos culturais dentro do campo do patrimônio histórico e cultural. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: A sua participação consistirá em responder a uma entrevista com uma série de perguntas sobre o desenvolvimento da cidade e sobre seu conhecimento acerca dos bens propostos na pesquisa. Também serão direcionadas perguntas no que tange às relações afetivas e/ou comerciais neste meio assim como as suas definições de patrimônio histórico e cultural. A entrevista tem previsão de durar cerca de 30 minutos, terá seu áudio gravado e poderá ser interrompida a qualquer momento se você assim desejar. Na transcrição dos dados da entrevista será garantido o sigilo das suas respostas, seu nome não será identificado e todo material coletado (gravações e anotações) será guardado em segurança sob a responsabilidade de Ítalo Guedes Soares, com a garantia do sigilo e confidencialidade e que serão destruídos após a pesquisa. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem no fato de que as perguntas da entrevista podem causar algum desconforto ou forte emoção, também poderá ser cansativa quanto ao tempo envolvido. Para minimizar estes riscos, o presente pesquisador se propõe a criar um ambiente confortável e seguro para o entrevistado passando confiança de que haverá o tempo todo um clima de diálogo e aberto para interrupções a todo o momento se assim o entrevistado desejar. As perguntas também serão respondidas somente se o entrevistado quiser, sendo facultativo ao mesmo responder a todas. Ainda lhe será garantido o sigilo dos dados e o seu direito de deixar

retirar o consentimento e a não divulgação dos dados. A pesquisa contribuirá para maior reconhecimento das práticas patrimoniais, levando em consideração o estudo da paisagem e como ela foi transformada. Além disso, a pesquisa vem tentar ressaltar a importância de preservar os patrimônios. Não são previstos benefícios individuais aos entrevistados. Os benefícios serão estendidos a toda comunidade que receberá no fim do estudo uma pesquisa inédita trazendo a este grupo o seu devido reconhecimento no campo do patrimônio histórico e cultural. Esta pesquisa ainda terá como fruto final um produto voltado à comunidade de Caratinga visando aumentar sua divulgação. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em local de absoluta segurança e sigilo e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de "05 (cinco) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, Jaider Cevidanes, contato (62)98255-4665, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa "O entorno de bens tombados na atual dinâmica urbana, caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária de Caratinga – MG" de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Digitizado com CamScanner

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br

Pesquisador assistente: Ítalo Guedes Soares – e-mail: italo.guedes@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

Universidade Federal de Viçosa

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

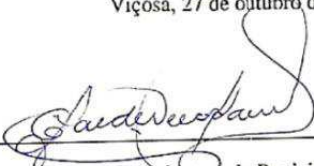
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - Viçosa/MG

CEP: 36570-000

TELEFONE: (31) 3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

Viçosa, 27 de outubro de 2021.


Assinatura do Participante
Assinatura do Pesquisador

ANEXO 4 – Diário de Caratinga



ANEXO 5 – Jornal O Município, 2 de julho de 1927

Director - Gerente
L. Fontoura de Oliveira

O MUNICIPIO

ORGAN DEDICADO AOS INTERESSES DO POVO

Collaboradores — DIVERSOS — Red. e Off. — Praça CESARIO ALVIM

Editora:
Typographia ANTONINA

ANNO I
Caratinga, Minas, 3 de Julho de 1927
NUM. 1

SURGINDO...

Das cousas difficeis que é dado ao homem realisar, na sua curta e agitada passagem pelo planeta, uma d'ellas é aquella que se refere aos programmas que se delineam, com maior ou menor entusiasmo e que muitas vezes, por circumstancias independentes da vontade de quem promette, se não cumprem, deixam de ser a róta serena e firme que o viajor se traçou no começo aspero e rude da jornada.

Nós inauguramos hoje nesta terra mais um periodico -- O MUNICIPIO. E' um jornal que precisa, como todos os outros, do favor publico, destinado como é a defender-lhe os interesses, a ser um arauto das suas necessidades e a fazer o bom combate pelo progresso da terra em que vivemos.

Folha que se filia a um agrupamento partidario, conta, para logo, com a animosidade de um outro grupo partidario.

Sabedores disso, nós, d'O MUNICIPIO, não incluímos a palavra -- politica -- nas nossas cogitações jornalisticas.

Procuraremos, sim, fazer um jornal alheio por completo ás competições politicas locais, jornal noticioso e cheio de farta materia, desde que não nos falte nunca o valioso auxilio dos nossos amigos, freguezes e annunciantes.

E' pequeno, pois, e facil de ser cumprido o nosso programma; nós nos comprometemos a levar-o avante e retribuiremos o favor do publico com uma propaganda intensa pela grandeza sempre crescente de nossa terra, pelos seus melhoramentos, em todos os ramos da actividade e para que Caratinga cada dia mais se imponha no concerto das outras communas do nosso Estado.

É esse, tão somente, o nosso objectivo.

O resto, o tempo dirá.

A DIRECÇÃO

AFIM de assistir o casamento de seu irmão--o nosso companheiro, Colombo Arreguy--está na cidade, vindo de Victoria, o jovem Etienne Arreguy, a quem visitamos.

Banco de Caratinga

Vae em franco surto de progresso o estabelecimento bancario que se deve á iniciativa e ao patriotismo de um grupo de cidadãos que desejam bem a esta terra.

Não só pela lisura e escrupulo de suas transações, como pelo nome de seus directores e mais pela perfeição da escripta, entregue a profissional competitissimo, o Banco de Caratinga é um estabelecimento destinado a vencer gloriosamente em nosso meio commercial.

Fazemos votos para que o Banco de Caratinga cada dia inais se imponha, o que é de se esperar, dada a boa vontade com que todos auxiliam e encorajam tão utilitaria iniciativa.

Breve teremos oportunidade de commentar o balancete ultimo que o Banco vae apresentar aos seus accionistas, que se contam entre todas as classes sociaes do nosso municipio.

SAUDADE

*Ani out'ora retumbaram hymnos,
Muito coche real nestas calçadas
E nestas praças hoje abandonadas
Rodou, por entre os europeis mais
[finos...]*

*Arco de flores, facho purpurno
Tons festivos, bandeiras desfraldadas,
Girandolas, clarins, atropeladas
Legiões de povo, bimbalar de sinos...*

*Tudo passou! Mas dessas arcarias
Negras e desses torredões medonhos
Alguem se assenta sobre as lajeas
[frias.]*

*E em torno os olhos humidos, tristes
Esprata e chora, como Jeremias,
Sobre a Jerusalem de tantos sonhos!*

RAYMUNDO CORRÊA

AS audiencias do Juiz de Direito em exercicio -- Exmo. Snr. Dr. Geroncio Borba Carvalho, realizam-se ás terças feiras, no Forum, ao meio dia.

AS audiencias do Juiz Municipal em exercicio -- Capm. José Martins Guimarães, têm logar no mesmo dia e local, ás 11 horas.

Querem

ser felizes um momento? Vinham-se. Querem ser sempre? Perdoem.

Lacordaire

"O MUNICIPIO"

Os leitores são visitados hoje pelo O MUNICIPIO, novo organ de publicidade, que se dedica aos interesses de Caratinga, sem côr politica e nem religiosa.

O seu apparecimento veio prehencher um claro sensivel em nosso meio jornalístico, onde circulam duas folhas -- A RENASCENÇA e A EPOCA -- ambas de caracter exclusivamente partidario.

A direcção e gerencia do novo jornal está entregue ao jornalista Leonel Fontoura de Oliveira, que já manteve nesta cidade, em 1922, O NOVIDADES, que conseguiu um ruído successo em nosso municipio e nos centros intellectuaes do Estado.

Não é, pois, um neophito na imprensa e o seu nome, na gerencia, é uma garantia segura de exito.

Conta no seu corpo de collaboradores com a fina flôr da intellectualidade caratinguense, com quem já entrou em entendimento o director-gerente.

D'entre seus collaboradores se destaca o jornalista Colombo Arreguy, membro da Associação Mineira de Imprensa e um dos mais habéis e competentes luctadores de imprensa no interior de Minas.

IRICH

Estrada de Ferro

Activam-se os trabalhos de estudos da estrada que virá dar um impulso novo e surpreendente ao nosso Caratinga.

Diversas turmas, chefiadas por engenheiros inglezes e brasileiros, empregados da Cia. Leopoldina e de uma companhia constructora que se propõe a empreitar todo o serviço, estão em pesquisas e estudos para o inicio dos trabalhos.

Ainda ha poucos dias esteve na cidade o distincto engenheiro Dr. Sorberg, em companhia do Dr. Ary Couto, os quaes percorrem a zona por onde passará a estrada, em observações e estudos.

Que a estrada de ferro em nossa cidade seja quanto antes uma bella realidade, são os nossos votos mais ardentes.

ANEXO 6 – Jornal O Município, 7 de setembro de 1930

O MUNICIPIO

ORGÃO DEDICADO AOS INTERESSES DO POVO

Director-Proprietario:
L. FONTOURA DE OLIVEIRA

Collaboradores—Diversos— Red. e Ol.—Rua João Pinheiro

Redactores :
DIVERSOS

ANNO 4 Caratinga, Minas, 7 de Setembro de 1930 NUM. 76

A PRIMEIRA LOCOMOTIVA

Conforme estava amplamente divulgado, domingo ultimo chegou a esta cidade a primeira locomotiva da Leopoldina Railway. Impossível descrever-se o entusiasmo da imensa mole humana, desde cedo agglomada nas cercanias do local onde está sendo construida a estação, para presenciar a chegada da machina.

A's 15 horas, approximadamente, um silvo forte se fez ouvir, repercutindo de quebrada em quebrada e indo acordar, nas anfractuosidades das serranias que circundam a nossa cidade, as energias da nossa gente, até então adormecidas, como um toque de rebate, concitando-as á luta pelo progresso e desenvolvimento da nossa terra.

Logo, em uma curva da estrada, resfolegando, possante, toda engalanada, surgiu a locomotiva, mostrando-se orgulhosa á multidão que a contemplava presa de jubilo indescriptivel. Acclamações sem conta partiam de todas as boccas, enquanto centenas de foguetes subiam altarcres aos ares.

Foi quando diante de um silencio geral, que repentino se fez, a voz conhecida de Colombo Arreguy se elevou entusiasmada, dominando a situação e fazendo, por instantes, o povo ab traír-se do verdadeiro motivo que alli o levava, para só ouvir a palavra fluente do querido tribuno que, feliz, produziu uma das mais bellas peças oratorias que lhe temos ouvido. Disse, com propriedade, de expressão, do incalculavel beneficio que vinha prestar a esta rica região de Minas, tão gigantesco melhoramento, frisando a gratidão de Caratinga, para com o pessoal da Leopoldina, que não soubera poupar esforços para tornar em realidade o seu ardente desejo que era ver dentro de tão pouco tempo, attingirem os serviços de construcção da estrada o seu ponto terminal, contrariando assim as affirmações derrotistas dos que vacillavam não termos tão cedo tal melhoramento. Teve palavras de referencia elogiosa ao actual governo de

Minas, em cuja vigencia se verificou a realização do auspicioso acontecimento. Applausos calorosos abafaram as suas ultimas palavras.

Falou, em seguida, o Dr. A. C. Pinheiro, engenheiro da estrada, que agradeceu as referencias feitas ao pessoal da Leopoldina pelo orador que o antecederá, dizendo compartilhar tambem da mesma satisfação de que se achava possuida Caratinga, ao ver realisada uma das suas mais anheladas aspirações. Palmas de sincero entusiasmo se fizeram ouvir quando o Dr. Pinheiro terminou a sua oração.

Pela commissão encarregada dos festejos foram distribuidas bebidas variadas aos presentes, dispersando-se a multidão, na melhor ordem possível.

Este jornal fez-se representar nas festividades por um dos seus redactores.

PRECE DA EXPIAÇÃO

Dom Vital de ante o throno soberano onde, junto do Pae, impera o Christo, roga por nós. Bispo e patriota insano, que venceste a vileza de Mephisto.

Nest' hora em que se exalta a gente nova pela volta da Patria ao seu redil, roga cesse o castigo, estanque a prova que tortura o teu povo, o teu Brasil.

Veiga dos Santos.

(De «Patria Nova» — S. Paulo)

Regressaram

acompanhado de Sua Exma. Espôsa D. Antonietta Fernandes Loures, do Rio, o nosso presado amigo e talentoso companheiro de Red. Dr. Eurico Ladeira Loures;

de S. João do Matipão onde se achavam em visita aos seus parentes, as gentis senhoritas Onesima e Jupyrá Muniz da Silva Araújo, filhas dilectas do nosso presado amigo e assignante sr. Joaquim da Silva Araújo, avaliador da Fazenda Publica nesta comarca.

Nossa visita.

PHOTO GUIMARÃES SERVIÇOS NITIDOS CARATINGA — MINAS (5)

7 de Setembro

Commemora hoje, a nossa bem amada Patria, o 108º anniversario de sua emancipação politica, sua existencia como nação livre.

Ha 108 annos, nas margens do Ypiranga, este admiravel Principe-Soldado que foi Sua Magestade o Sr. D. Pedro, nosso primeiro Imperador num momento de revolta contra a Corte Portuguesa e de grande amor a sua nova Patria—ao nosso Brasil querido—alçara o grito historico, escripto em letras indeleveis nas paginas de nossa Historia:—

Independencia ou morte!

Tambem completa hoje o seu periodo governamental, o nosso eminente coestadano—S. Exc. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada—grande Presidente de Minas Geraes.

Dotado de grande amor a sua terra natal, soube o grande Andrada, em momento difficil para a vida nacional, cumprir com honra o seu mandato, impedindo que Minas fosse humilhada, abatida, pela prepotencia do Governo Central. Bem merece pois, o eminente mineiro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento, e a Historia reservará um lugar de destaque para inscrever agradecida, o nome do seu Grande Presidente o benemerito mineiro Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada!

Num ambiente de Paz e de Progresso, assume nesta data a suprema direcção dos negocios do Estado, o venerando e preclaro mineiro Exmo. Dr. Olegario Dias Maciel. Dotado de energia ferrea, de grande cultura e muito amor a nossa terra—a sua terra natal—o successor do Presidente Antonio Carlos no Palacio da Liberdade—fará por certo uma administração feliz, conduzindo com mão segura de timoneiro experiente, para os seus grandes destinos a Nau do Estado. Ao Creador fazemos ardentes votos pela felicidade do Governo que hoje se inicia, enviando ao illustre Presidente Olegario Dias Maciel e aos seus dignos auxiliares, nossas felicitações.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas

Roteiro para Entrevista:

1- Qualificação do entrevistado

Nome:

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

Cidade onde nasceu:

2- Quais as primeiras lembranças você possui da área e da paisagem onde foi erguida a Igrejinha de São João?

Resposta:

3- Como eram as ruas, calçadas, árvores construções em suas proximidades?

Resposta:

4- Relate alguma lembrança vivenciada na Igrejinha de São João?

Resposta:

5- Após a desativação da Igreja como templo religioso, ela passou a funcionar como capela velório por um tempo. Você acha que isso fez com que a população perdesse o sentimento de pertencimento em relação ao imóvel?

Resposta:

6- Dentro dessa mesma questão, você acha que isso contribuiu para deteriorização do imóvel? Ou acha que deveria ter continuado tendo esse uso?

Resposta:

7- Após esse uso, o espaço passou a abrigar um museu de arte sacra, você acha que tem sentido para a população?

Resposta:

16- Na época em que a ferrovia estava em pleno funcionamento, ela se destacava na paisagem urbana. Após sua desativação como se deu a modificação desse espaço?

Resposta:

17- O imóvel vai passar por uma restauração, qual sua opinião em relação a essa manutenção. O que poderia sugerir para funcionar no espaço?

Resposta:

18- Você possui alguma foto ou vídeo da ferrovia em Caratinga? Pode emprestar?

Resposta:

19- Qual o sentido o imóvel tem para você?

Resposta:

20- Pretendemos fazer um vídeo audiovisual relatando a história da Igrejinha de São João e da Estação Ferroviária contextualizando com a história de Caratinga, para ser transmitido à população, você participaria desse vídeo?

Resposta:

Roteiro para Entrevista:

- 1- Qualificação do entrevistado (a), nome, idade, profissão, escolaridade e cidade onde nasceu.
- 2- Quais as primeiras lembranças possui da área e da paisagem urbana onde foi erguida a Igrejinha de São João?
- 3- Como eram as ruas, calçadas, árvores e construções em suas proximidades?
- 4- Relate alguma lembrança vivenciada na Igrejinha de São João?
- 5- Após a desativação da Igreja como templo religioso, ela passou a funcionar como capela velório por um tempo. Você acha que isso fez com que a população perdesse o sentimento de pertencimento em relação ao imóvel?
- 6- Dentro dessa mesma questão, você acha que isso contribuiu para deteriorização do imóvel? Ou acha que deveria ter continuado tendo esse uso?
- 7- Após esse uso, o espaço passou a abrigar um museu de arte sacra, você acha que esse Museu tem sentido para a população?
- 8- De acordo com relatos históricos, a Igreja era única e visível à época de sua construção. Após algum tempo, novas construções foram erguidas, sendo que alguma delas comprometeu inclusive sua visibilidade da capela. Você vê esse crescimento como progresso ou crescimento desordenado?
- 9- Quais as primeiras lembranças você possui da área e da paisagem onde foi erguida a Estação ferroviária de Caratinga?
- 10- Sabemos que o desenvolvimento econômico da cidade, acelerou após a construção da ferrovia. Você possui lembranças dessa época?
- 11- Como era a conjuntura urbana na época da construção da ferrovia? (as casas, passeios, calçamento, condição social e econômica da população ?)
- 12- Conhece pessoas que já trabalhou na ferrovia? Pode indicar?
- 13- Na época da ferrovia, a cidade recebia muitos visitantes? Eles vinham com que finalidade?
- 14- O preço cobrado do bilhete de embarque era acessível a toda população?
- 15- Quais impactos causados com a desativação da ferrovia? Houve desemprego, falências ou revolta por parte da população? Quais suas lembranças dessa época?

8- De acordo com relatos históricos, o local onde a Igreja foi construída ela era única e visível, após algum tempo, novas construções foram erguidas, sendo que alguma delas comprometeu inclusive sua visibilidade, você vê isso como progresso?

Resposta:

9- Quais as primeiras lembranças você possui da área e da paisagem onde foi erguida a Estação ferroviária?

Resposta:

10- Sabemos que o desenvolvimento econômico da cidade acelerou após a construção da ferrovia. Você possui lembranças dessa época?

Resposta:

11- Como era a conjuntura urbana na época da construção da ferrovia? (as casas, passeios, calçamento, condição social e econômica da população).

Resposta:

12- Conhece pessoas que já trabalharam na ferrovia? Pode indicar?

Resposta:

13- Na época da ferrovia, a cidade recebia muitos visitantes? Eles vinham com que finalidade?

Resposta:

14- O preço cobrado do bilhete de embarque era acessível a toda população?

Resposta:

15- Quais impactos causados com a desativação da ferrovia? Houve desemprego, falências ou revolta por parte da população? Quais suas lembranças dessa época?

Resposta:

- 16- Na época em que a ferrovia estava em pleno funcionamento, ela se destacava na paisagem urbana. Após sua desativação como se deu a modificação desse espaço?
- 17- O imóvel vai passar por uma restauração, qual sua opinião em relação a essa manutenção. O que poderia sugerir para funcionar no espaço?
- 18- Você possui alguma foto ou vídeo da ferrovia em Caratinga? Pode escanear a foto?
- 19- A edificação possui algum sentimento de identidade ou pertencimento a você?
- 20- Pretendemos fazer um vídeo audiovisual relatando a história da Igrejinha de São João e da Estação Ferroviária contextualizando com a história de Caratinga que será transmitido à população, você participaria desse vídeo?

APÊNDICE 2 – Termo de autorização sr. Jaider Cevidanes



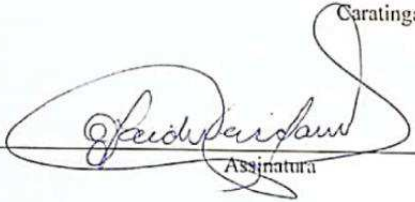
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que autorizo Ítalo Guedes Soares, CPF: 042.673.796-29, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, que faça entrevistas oral, questionários, e autorizo mencionar o nome de minha pessoa, Jaider Cevidanes para elaboração de sua dissertação de mestrado, com título provisório “O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA DE CARATINGA – MG - Caso Igreja São João e Estação Ferroviária (1997 a 2020)”.

A participação nas entrevistas é de livre opção do entrevistado, a qual será informado sobre o teor da pesquisa, devendo também assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que asseguram a utilização das informações para fins da pesquisa e o anonimato dos participantes.

Caratinga, MG, 27 de outubro de 2021.


Assinatura

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br
Pesquisador assistente: Ítalo Guedes Soares – e-mail: italo.guedes@ufv.br
Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
Universidade Federal de Viçosa
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG
CEP: 36570-000
TELEFONE: (31)3612-2316
E-mail: cep@ufv.br

APÊNDICE 3 – Termo de autorização Seminário Diocesano de Caratinga

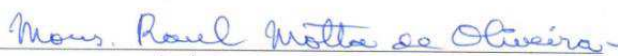
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **autorizo Ítalo Guedes Soares, CPF: 042.673.796-29**, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que frequente, pesquise e consulte o acervo, faça entrevistas e questionários e demais ações necessárias, no Acervo Histórico do Seminário Diocesano de Caratinga, com vistas à coleta de dados para elaboração de sua dissertação de mestrado, com título provisório de **“O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA Caso Igreja São João e Estação Ferroviária de Caratinga – MG”**.

A participação nas entrevistas é de livre opção dos entrevistados, os quais serão informados sobre o teor da pesquisa, devendo também assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que asseguram a utilização das informações para fins da pesquisa e o anonimato dos participantes.

Caratinga, MG, 18 de fevereiro de 2021.


Assinatura

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br
Pesquisador **assistente**: Ítalo Guedes Soares – e-mail: italo.guedes@ufv.br
Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
Universidade Federal de Viçosa
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG
CEP: 36570-000
TELEFONE: (31)3612-2316
E-mail: cep@ufv.br

APÊNDICE 4 – Termo de autorização do Casarão das Artes



Universidade Federal de Viçosa

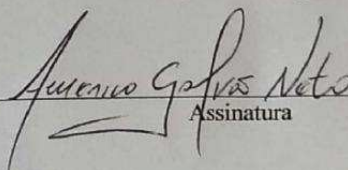
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que autorizo **Ítalo Guedes Soares**, CPF: **042.673.796-29**, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que frequente, pesquise e consulte o acervo, faça entrevistas e questionários e demais ações necessárias, no Casarão das Artes, com vistas à coleta de dados para elaboração de sua dissertação de mestrado, com título provisório de “O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA Caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária de Caratinga – MG”.

A participação nas entrevistas é de livre opção dos entrevistados, os quais serão informados sobre o teor da pesquisa, devendo também assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que asseguram a utilização das informações para fins da pesquisa e o anonimato dos participantes.

Caratinga, MG, 19 de FEVEREIRO de 2021.


Assinatura

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br

Pesquisador assistente: Ítalo Guedes Soares – e-mail: italo.guedes@ufv.br

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Universidade Federal de Viçosa

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG

CEP: 36570-000

TELEFONE: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

APÊNDICE 5 – Termo de autorização do Núcleo de Documentação e Estudos Históricos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **autorizo** *Lourdes Aparecida Rodrigues*, CPF: **925.178.206-78**, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que frequente, pesquise e consulte o acervo, faça entrevistas e questionários e demais ações necessárias, no NUDOC (Núcleo de Documentação e Estudos Históricos), com vistas à coleta de dados para elaboração de sua dissertação de mestrado, com título provisório de “**O desafio de preservar o Cine Brasil em Caratinga: Fundação, tombamento, demolição e reconstrução**”. A participação nas entrevistas é de livre opção dos entrevistados, os quais serão informados sobre o teor da pesquisa, devendo também assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que asseguram a utilização das informações para fins da pesquisa e o anonimato dos participantes.

Caratinga, MG, 18 de fevereiro de 2021.


Assinatura

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br
Pesquisadora **assistente**: Lourdes Aparecida Rodrigues – e-mail: lourdes.rodrigues@ufv.br
Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
Universidade Federal de Viçosa
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG
CEP: 36570-000
TELEFONE: (31)3612-2316
E-mail: cep@ufv.br

APÊNDICE 6 – Termo de autorização do Instituto Hélio Amaral



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que autorizo **Ítalo Guedes Soares, CPF: 042.673.796-29**, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que frequente, pesquise e consulte o acervo, faça entrevistas e questionários e demais ações necessárias, no Instituto Hélio Amaral, com vistas à coleta de dados para elaboração de sua dissertação de mestrado, com título provisório de “**O ENTORNO DE BENS TOMBADOS NA ATUAL DINÂMICA URBANA Caso Igrejinha São João e Estação Ferroviária de Caratinga – MG**”.

A participação nas entrevistas é de livre opção dos entrevistados, os quais serão informados sobre o teor da pesquisa, devendo também assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que asseguram a utilização das informações para fins da pesquisa e o anonimato dos participantes.

Caratinga, MG, 18 de fevereiro de 2021.


Assinatura

Pesquisadora responsável: Patrícia Vargas Lopes de Araújo – e-mail: patricia.lopes@ufv.br
Pesquisador **assistente**: Ítalo Guedes Soares – e-mail: italo.guedes@ufv.br
Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
Universidade Federal de Viçosa
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG
CEP: 36570-000
TELEFONE: (31)3612-2316
E-mail: cep@ufv.br